

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	4
2.3 - Outras Informações Relevantes	5

3. Informações Financ. Seleccionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições Não Contábeis	7
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	8
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	9
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	10
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	11
3.7 - Nível de Endividamento	12
3.8 - Obrigações	13
3.9 - Outras Informações Relevantes	14

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	15
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	18
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	19
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	20
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	21
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	22
4.7 - Outras Contingências Relevantes	23
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	24

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	25
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	31
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	35
5.4 - Programa de Integridade	37
5.5 - Alterações significativas	40
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	41

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	42
6.3 - Breve Histórico	43
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	44
6.6 - Outras Informações Relevantes	45

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	46
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	47
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	48
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	50
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	51
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	52
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	53
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	54
7.8 - Políticas Socioambientais	55
7.9 - Outras Informações Relevantes	56

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	57
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	58
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	59

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	60
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	61
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	62
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	63
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	73
9.2 - Outras Informações Relevantes	75
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	76
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	94
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	98
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	99
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	100
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	103
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	104
10.8 - Plano de Negócios	105
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	106
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	107
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	108
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	109
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	112
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	115
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	116
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	117
12.7/8 - Composição Dos Comitês	129

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	137
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	138
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	163
12.12 - Outras informações relevantes	164

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	165
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	169
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	173
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	174
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	175
13.6 - Opções em Aberto	176
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	177
13.8 - Precificação Das Ações/opções	178
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	179
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	180
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	181
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	182
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	183
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	184
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	185
13.16 - Outras Informações Relevantes	187

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	188
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	190
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	191

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	192
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	193
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	194
15.3 - Distribuição de Capital	208
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	209
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	210
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	211
15.7 - Principais Operações Societárias	212
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	213
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	214
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	215
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	223
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	224
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	225
17.2 - Aumentos do Capital Social	226
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	227
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	228
17.5 - Outras Informações Relevantes	229
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	230
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	232
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	233

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	234
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	236
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	237
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	238
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	239
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	240
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	241
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	242
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	243
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	244
19. Planos de Recompra/tesouraria	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	245
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	246
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	248
20. Política de Negociação	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	249
20.2 - Outras Informações Relevantes	250
21. Política de Divulgação	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	251
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	252
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	253
21.4 - Outras Informações Relevantes	254

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Fabio Alberto Amorosino

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Fabiano Siqueira de Oliveira

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente



São Paulo, 29 de maio de 2020.

Declaro e atesto que:

- a) Revi o Formulário de Referência do ano 2019;
- b) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do Emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por eles emitidos.

Banco Alfa de Investimento S.A.
Fabio Alberto Amorosino
Diretor Presidente
(original assinado)

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores



São Paulo, 29 de maio de 2020.

Declaro e atesto que:

- a) Revi o Formulário de Referência do ano 2019;
- b) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do Emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por eles emitidos.

Banco Alfa de Investimento S.A.
Fabiano Siqueira de Oliveira
Diretor de Relações com Investidores
(original assinado)

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	57.755.217/0022-53		
Data Início	01/01/2001		
Descrição do serviço contratado	<p>Exame de auditoria das demonstrações financeiras estatutárias, elaboradas conforme determinação da Lei das S.A. para os semestres e exercícios financeiros encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de 2017, e das Informações Trimestrais elaboradas em 31 de março e 30 de setembro de 2017.</p> <p>Exame de auditoria das demonstrações financeiras estatutárias, elaboradas conforme determinação da Lei das S.A. para os semestres e exercícios financeiros encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de 2018, e das Informações Trimestrais elaboradas em 31 de março e 30 de setembro de 2018.</p> <p>Exame de auditoria das demonstrações financeiras estatutárias, elaboradas conforme determinação da Lei das S.A. para os semestres e exercícios financeiros encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de 2019, e das Informações Trimestrais elaboradas em 31 de março e 30 de setembro de 2019.</p>		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Em 2019 foram pagos R\$ 714.454,00 a título de auditoria independente (Consolidado R\$ 867.327,00).		
Justificativa da substituição	Não houve substituição do auditor no período mencionado.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição do auditor no período mencionado.		
Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
MARCO ANTONIO PONTIERI	01/01/2018	126.502.398-08	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos nº. 105 - Edif. EZ Tower, Torre A, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (011) 39403132, Fax (011) 39403072, e-mail: mpontieri@kpmg.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

Não há informações complementares a serem fornecidas.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	1.488.318.000,00	1.443.123.000,00	1.405.468.000,00
Ativo Total	12.025.399.000,00	13.320.347.000,00	12.623.208.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	896.224.000,00	898.192.000,00	1.124.098.000,00
Resultado Bruto	179.178.000,00	108.637.000,00	181.213.000,00
Resultado Líquido	67.152.000,00	56.036.000,00	73.551.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	88.556.884	88.600.584	88.819.184
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	16,806350	16,287963	15,823924
Resultado Básico por Ação	0,758292	0,632456	0,828098
Resultado Diluído por Ação	0,76	0,63	0,79

3.2 - Medições Não Contábeis

As medições não contábeis não estão sendo divulgadas.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Não ocorreram eventos subsequentes que alteraram as últimas demonstrações financeiras.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2019	2018	2017
a. Regras sobre retenção de Lucros	O Estatuto Social determina que, após as destinações para Reserva Legal, Reserva para Contingências, Reserva de Lucros a Realizar e Dividendos, até 90% do lucro líquido remanescente seja destinado para Reserva para Aumento de Capital e o remanescente destinado para Reserva Especial para Dividendos. Não houve retenções de lucros com base em orçamento de capital.	O Estatuto Social determina que, após as destinações para Reserva Legal, Reserva para Contingências, Reserva de Lucros a Realizar e Dividendos, até 90% do lucro líquido remanescente seja destinado para Reserva para Aumento de Capital e o remanescente destinado para Reserva Especial para Dividendos. Não houve retenções de lucros com base em orçamento de capital.	O Estatuto Social determina que, após as destinações para Reserva Legal, Reserva para Contingências, Reserva de Lucros a Realizar e Dividendos, até 90% do lucro líquido remanescente seja destinado para Reserva para Aumento de Capital e o remanescente destinado para Reserva Especial para Dividendos. Não houve retenções de lucros com base em orçamento de capital.
a.i - Valores das retenções de lucros	R\$ 47.635 mil	R\$ 37.038 mil	R\$ 51.255 mil
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O dividendo obrigatório é de 25%, conforme previsão estatutária, e é calculado sobre o lucro líquido após a dedução dos valores destinados à Reserva Legal e Reserva para Contingências.	O dividendo obrigatório é de 25%, conforme previsão estatutária, e é calculado sobre o lucro líquido após a dedução dos valores destinados à Reserva Legal e Reserva para Contingências.	O dividendo obrigatório é de 25%, conforme previsão estatutária, e é calculado sobre o lucro líquido após a dedução dos valores destinados à Reserva Legal e Reserva para Contingências.
c. Periodicidade da distribuição de dividendos	O emissor distribui dividendos semestrais tendo por base o lucro líquido do 1º e 2º semestres de cada exercício, ajustado na forma acima descrita.	O emissor distribui dividendos semestrais tendo por base o lucro líquido do 1º e 2º semestres de cada exercício, ajustado na forma acima descrita.	O emissor distribui dividendos semestrais tendo por base o lucro líquido do 1º e 2º semestres de cada exercício, ajustado na forma acima descrita.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao Emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não ocorreram quaisquer restrições quanto à distribuição de dividendos no exercício	Não ocorreram quaisquer restrições quanto à distribuição de dividendos no exercício	Não ocorreram quaisquer restrições quanto à distribuição de dividendos no exercício
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.	O Emissor não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	O Emissor não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	O Emissor não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	63.794.015,86	53.234.620,02	69.872.985,03
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	30,593557	35,687360	31,909005
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	4,511912	3,882998	5,233168
Dividendo distribuído total	19.516.730,17	18.998.030,61	22.295.774,03
Lucro líquido retido	47.634.865,46	37.038.411,52	51.254.736,53
Data da aprovação da retenção	24/04/2020	25/04/2019	18/04/2018

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio							
Preferencial	Preferencial Classe A	5.326.767,25	01/10/2019	8.279.175,77	02/10/2018	8.679.174,97	06/10/2017
Preferencial	Preferencial Classe A	14.189.962,92	16/03/2020				
Preferencial	Preferencial Classe A			10.718.854,84	18/03/2019		
Ordinária						4.070.349,44	06/10/2017
Preferencial						9.546.249,62	19/03/2018

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Nos 3 últimos exercícios sociais não foram declarados dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP) por conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	10.528.174,00	Índice de Endividamento	7,07387400	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Flutuante		414.948,00	92.031,00	0,00	0,00	506.979,00
Empréstimo	Quirografárias		6.096.397,00	3.686.992,00	206.844,00	30.962,00	10.021.195,00
Total			6.511.345,00	3.779.023,00	206.844,00	30.962,00	10.528.174,00
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

Não existem informações relevantes além das anteriormente mencionadas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

O emissor está sujeito a riscos inerentes à sua atividade como instituição financeira e que podem impactar negativamente a sua rentabilidade ou até mesmo comprometer parte do seu patrimônio. Dentre os riscos a que o emissor está submetido podemos citar os riscos de mercado, de crédito, liquidez e o risco operacional, como os principais, e que explicitamos a seguir.

Risco de Mercado - Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das oscilações nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado. A definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Risco de Crédito - Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes, dentre outras, mas principalmente, das seguintes situações:

- A. Da inadimplência dos tomadores de crédito (pessoas físicas, empresas, instituições financeiras) na liquidação dos compromissos assumidos sob posições de empréstimos, ativos financeiros e ou seus respectivos instrumentos derivativos.
- B. Da possibilidade de desembolsos financeiros para honrar avais, fianças, compromissos de crédito, coobrigações ou operações de natureza semelhante.
- C. De possíveis renegociações, em termos mais desfavoráveis, das condições pactuadas na operação original.

Risco de Liquidez - Risco de Liquidez é a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, considerando-se as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Risco Operacional - Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou de eventos externos.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Dentre os controladores do emissor, as empresas holdings - Consórcio Alfa, Alfa Holdings e Corumbal Participações detêm, em conjunto, 82,72% das ações ordinárias do emissor. Na qualidade de controladoras, estas possuem o direito a eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração. A este Conselho cabe a responsabilidade pela eleição da diretoria, a definição dos princípios gerais da política de gestão de risco da organização, e o acompanhamento da sua implantação. Equívocos na definição, ou deficiências na implantação da Política de Gestão de Riscos poderiam trazer como consequência a piora das condições financeiras do emissor, ou até mesmo impactar na sua solvência.

c. a seus acionistas

Devido ao baixo nível de liquidez das ações do emissor, movimentos relevantes de compra ou venda feitos por um número pequeno de acionistas poderão causar grandes volatilidades, distorcendo os preços destes papéis no mercado. Além disso, em momentos de piora das condições de mercado os acionistas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

poderão enfrentar adversidades por conta da redução da liquidez dificultando a negociação das ações da instituição.

d. a suas controladas e coligadas

O emissor possui participação direta de 55,66% no capital da Alfa Leasing, 100,00% da Alfa Corretora, e 99,99% da BRI Participações. O emissor detém participação indireta de 44,32% no capital da Alfa Leasing. Um eventual desempenho ruim destas controladas poderá afetar negativamente o desempenho financeiro do Emissor.

e. a seus fornecedores

Nossos sistemas de informação são em sua maioria fornecidos por terceiros, desta forma, estamos sujeitos a condições adversas oriundas da deterioração da situação financeira ou técnica de fornecedores e que podem impactar no de prazos de implantação de novos desenvolvimentos ou na piora da performance dos sistemas existentes.

f. a seus clientes

O emprego de critérios equivocados de avaliação de crédito poderá superestimar a capacidade de pagamento de certos clientes que, no futuro poderão apresentar dificuldades em honrar suas obrigações com o emissor. Esta possibilidade impactaria adversamente o resultado financeiro e o fluxo de caixa da instituição.

Da mesma forma, o estabelecimento ineficaz de procedimentos e critérios para prevenir a lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores na instituição poderia impactar negativamente a sua reputação e seus resultados.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

Mudança nas condições da economia mundial ou do nosso país, problemas estruturais ou piora nas condições de competitividade podem afetar negativamente determinados setores econômicos específicos. A eventual concentração da exposição de crédito a empresas destes setores poderia ocasionar um aumento nas perdas de crédito e comprometer os resultados financeiros do emissor.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

A atuação do emissor é submetida à regulação principalmente do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliário. Eventuais alterações na regulamentação dos mercados ou produtos onde atuamos poderia reduzir nossas margens, restringir a atuação ou mesmo impedir nossa operação nesses mercados, afetando assim negativamente os resultados futuros do emissor.

i. Aos países estrangeiros onde o emissor atue

Por atuarmos somente no mercado brasileiro não estamos expostos a este tipo de risco.

j. A questões socioambientais

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nas nossas avaliações para a concessão de crédito, buscamos trabalhar com clientes que se comprometam com os princípios de nossa Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e que permaneçam aderentes às mesmas até a liquidação de suas operações. Entretanto, a ocorrência de eventos de caráter socioambiental relacionados aos devedores durante o curso de suas operações, poderão trazer prejuízos financeiros à instituição, sejam decorrentes de perdas com as operações de crédito ou da possibilidade de corresponsabilidade nesses eventos.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

O emissor, dada as características da exposição de suas captações e aplicações, poderá estar sujeito ao risco de variação nas taxas de juros prefixadas, cupons de índices de preços, cupons cambiais e variação cambial, os quais podem influenciar seus resultados operacionais e sua situação financeira.

Com base em 31/12/2019, o quadro abaixo mostra o montante das exposições mencionadas acima e o respectivo resultado do teste de estresse aplicado pelo emissor.

Exposição	31/12/2019			
	MTM - Exposição	Individual		
		Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário (a)	cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixado	1.131.791	(830)	(1.588)	(3.018)
Cupom de Inflação	(2.399)	108	879	1.331
Câmbio	5.643	933	1.081	2.124

As demais exposições a outros fatores de riscos são desprezíveis nesta data.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**Natureza: Cível**

Não há processos cíveis individualmente relevantes para o Emissor ou suas Controladas de forma que a sua divulgação possa influenciar a decisão de investimento.

Natureza: Trabalhista

Não há processos trabalhistas individualmente relevantes para o Emissor ou suas Controladas de forma que a sua divulgação possa influenciar a decisão de investimento.

Natureza: Tributária

Processo nº. 0009024-54.2004.8.26.0053	
a. Juízo	14ª Vara da Fazenda Pública
b. Instância	Justiça Estadual
c. Data de instauração	31/03/2014
d. Partes no processo	Emissor x Município de São Paulo
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.378 mil
f. Principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança que visa afastar a cobrança de ISS sobre as receitas decorrentes da contratação de aval, fiança e congêneres. O Emissor obteve sentença que julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, sob alegação de que o argumento de que para o deslinde da controvérsia faz-se necessária a ampla produção de provas, incompatível com o rito do Mandado de Segurança. O Emissor interpôs recurso de Apelação o qual foi julgado pelo Tribunal de Justiça, para o fim de dar provimento ao apelo, afastando a sentença, porém, no mérito, denegando a segurança. O Emissor interpôs Recursos Especiais (REsp) e Extraordinários (RExt), os quais não foram admitidos. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento (AI) do Despacho Denegatório dos Recursos. O Relator no Superior Tribunal de Justiça admitiu o AI e o converteu em julgamento do REsp, mas no mérito, não lhe deu provimento. Posteriormente o Relator no Supremo Tribunal Federal do AI do Despacho Denegatório do RExt negou provimento ao recurso. Foi interposto Agravo Regimental, o qual foi desprovido. Foram opostos Embargos de Declaração, pendentes de apreciação.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A eventual perda deste processo implicará no descaixe de R\$ 11.378 mil, sem afetar a posição financeira, patrimonial ou os negócios do Emissor, porém impactará negativamente o seu resultado, de forma que poderá refletir na cotação de suas ações.
i. Valor provisionado	R\$ 11.378 mil

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

O Emissor e suas controladas não possuem processos nessas condições.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Não existem processos sigilosos, relevantes ou não, em que o Emissor ou suas controladas sejam parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto**Natureza: Cível**

a. valores envolvidos: R\$ 63.784,13
b. valor provisionado, se houver: Não há provisão
c. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência: Trata-se de contratos de arrendamento mercantil de empresa controlada Alfa Arrendamento Mercantil S.A. que previam reajuste do valor das parcelas segundo a variação da cotação do dólar. Em razão da abrupta variação cambial no início de 1999 alguns arrendatários entenderam que o contrato deveria ser revisado para substituir o índice de atualização do valor das parcelas.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Não há outras contingências relevantes não descritas nos itens anteriores.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Os valores mobiliários do Emissor são negociados somente no Brasil.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- a. O Emissor possui políticas formalizadas para o gerenciamento de riscos aprovada pelo Conselho de Administração.
- b. O emissor tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar:
- o risco de crédito;
 - o risco de mercado;
 - o risco operacional;
 - o risco de liquidez;
 - o risco socioambiental;
 - demais riscos inerentes aos objetivos estratégicos do emissor.

Para tanto o emissor possui políticas e estratégias para o gerenciamento de riscos documentadas, com limites e procedimentos detalhados e destinados a manter sua exposição aos riscos mencionados em conformidade com seus respectivos apetites.

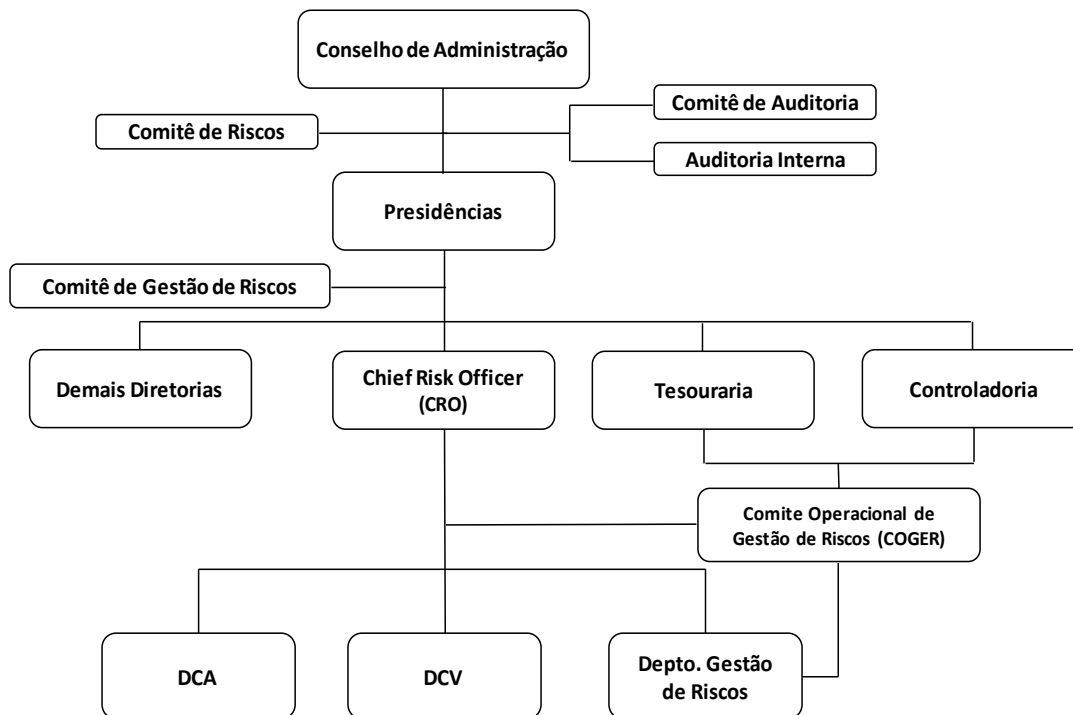
O gerenciamento de riscos vale-se de processos de monitoramento e tomadas de decisões tempestivas quanto à necessidade de medidas mitigatórias no gerenciamento dos riscos, ou retificadoras no caso de rompimento de limites estabelecidos.

Os limites são definidos por Comitês com o envolvimento da alta administração do emissor. Esses limites são monitorados através de sistemas, rotinas e procedimentos que permitem a identificação dos riscos decorrentes dos produtos e serviços oferecidos pela instituição ou de mudanças significativas nos processos operacionais.

Para o gerenciamento integrado de riscos e para o gerenciamento do risco socioambiental, o emissor possui a estrutura organizacional definida conforme abaixo:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS:



1. Conselho de Administração:

O Conselho de Administração deverá estabelecer as diretrizes para a tomada de riscos pelo Conglomerado. Para tanto deverá:

- Aprovar e revisar os níveis de apetite por riscos (RAS), com o auxílio do Comitê de Riscos, do Chief Risk Officer (CRO) e outros membros da diretoria quando necessários.
- Definir a composição do Comitê de Riscos;
- Assegurar que o Conglomerado mantenha níveis adequados de capital e de liquidez;
- Assegurar que a Política de Remuneração não incentive comportamentos inadequados na tomada de riscos;
- Aprovar e revisar com periodicidade mínima anual:
 - A Política do gerenciamento integrado de riscos;
 - A Política de gerenciamento de capital;
 - Os planos de contingência de riscos e de capital;
 - O Programa de teste de estresse

2. Comitê de Riscos

O Comitê de Riscos deverá ser composto por, no mínimo, 3 (três) integrantes com a responsabilidade de:

- Propor recomendações ao Conselho de Administração, no mínimo anualmente, sobre o gerenciamento de riscos e de capital;
- Avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na RAS, as estratégias para seu gerenciamento, considerando os riscos de forma individual e de forma integrada;
- Supervisionar o desempenho e observância pelo CRO e pela diretoria dos termos da RAS;
- Avaliar o grau de aderência dos processos internos de gerenciamentos de risco e de capital à esta Política e demais documentos pertinentes

As deliberações do Comitê de Riscos deverão ser registradas em ata.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

3. Presidências

As Presidências do Conglomerado deverão:

- Aprovar e garantir a execução desta Política.
- Disseminar a cultura de gerenciamento de riscos na instituição

4. Comitês de Gestão de Riscos

- **CGR – Comitê de Gestão de Riscos:** Deverá supervisionar a condução do Gerenciamento de Riscos do Conglomerado, revisando e propondo seus limites de risco, atualizações da Política, e decidindo sobre nossas exposições quando acionado pelo COGER.
 - *Integrantes:*
 - a. Presidências;
 - b. Chief Risk Officer (CRO);
 - c. Diretor de Tesouraria;
 - d. Gerente Geral de Gestão de Riscos.
- **COGER – Comitê Operacional de Gestão de Riscos:** Supervisiona os processos operacionais de gerenciamento de riscos.
 - *Integrantes:*
 - a. Chief Risk Officer (CRO);
 - b. Diretor de Tesouraria;
 - c. Diretor de Controladoria;
 - d. Gerentes das Mesas de Tesouraria e de Câmbio;
 - e. Gerentes de Gestão de Riscos.

5. Chief Risk Officer (CRO)

O CRO será o Diretor Responsável pelo Gerenciamento Integrado de Riscos e pelo Gerenciamento de Capital. Suas atribuições abrangem:

- Supervisionar o desenvolvimento, as implementações, o desempenho e o aperfeiçoamento dos gerenciamentos de riscos e de capital;
- Responder pela execução desta Política, e pela aderência da gestão de riscos aos princípios estabelecidos na RAS e aos objetivos estratégicos do Conglomerado;
- Subsidiar o Conselho de Administração no processo de tomada de decisões relacionadas aos gerenciamentos de riscos e de capital;
- Promover a capacitação técnica dos colaboradores envolvidos nas estruturas e processos de gerenciamentos de riscos e de capital.

6. Departamento de Gestão de Riscos

O Departamento de Gestão de Riscos deverá aplicar ferramentas e metodologias capazes de identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar os riscos incorridos pelo Conglomerado. Para tanto deverá:

- Documentar as estratégias para os gerenciamentos de riscos e de capital;
- Elaborar relatórios de acompanhamento de limites destinados a manter as exposições aos riscos em conformidade com o apetite fixado na RAS;
- Estabelecer processos efetivos de rastreamento e reporte tempestivos às exceções ou rompimentos aos limites estabelecidos;
- Realizar a identificação prévia de riscos inerentes a:
 - Novos produtos;
 - Modificações significativas nos processos, produtos ou serviços existentes;
 - Alterações nas perspectivas macroeconômicas e seus impactos em nossas exposições;
- Realizar testes de aderência para validações de metodologias (Backtest);

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Avaliar periodicamente a adequação de sistemas, rotinas e procedimentos dos gerenciamentos de riscos e de capital
- Acompanhar os estudos técnicos junto às instituições reguladoras, órgãos de classe, associações e quaisquer outros relevantes ao tema;
- Aplicar o teste de estresse aprovado pelo Conselho de Administração.

7. Departamento de Controle de Aplicação (DCA)

As principais responsabilidades atribuídas ao DCA são as de:

- Gerenciar o sistema Creditflow;
- Cadastrar as decisões de crédito conforme as respectivas das alçadas;
- Liberar as operações nas esteiras de Crédito do Conglomerado;
- Manter atualizadas as listas de impedimentos: (Inadimplências, Prejuízos, Ações contra o Conglomerado, Recuperação Judicial e Legal);
- Representar o DAC, DCA, DCV e DOVA no Comitê Operacional de Segurança e Contingência;

8. Departamento de Cobrança de Operações Vencidas (DCV)

O DCV deverá:

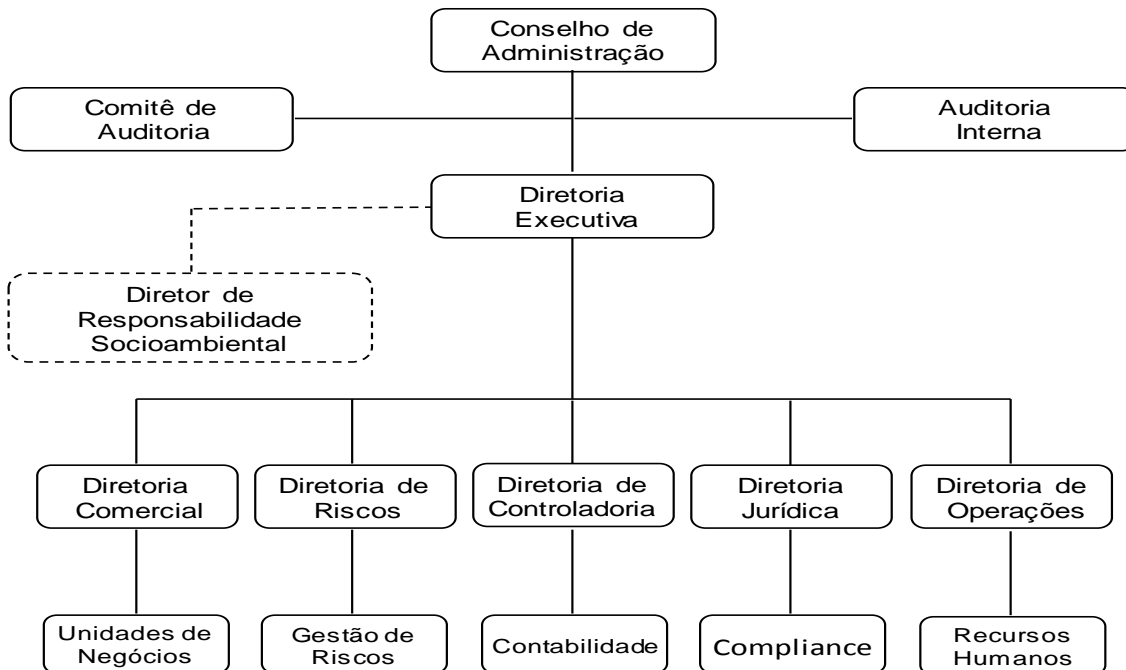
- Responder pelo desenvolvimento, implantação e alteração de metodologias para cobrança de operações vencidas no segmento varejo;
- Supervisionar, contratar e descredenciar advogados responsáveis pelo ajuizamento de ações de cobrança;
- Acompanhar os processos de cobrança junto a advogados terceirizados;
- Supervisionar a ação da equipe de cobrança nas regionais, bem como as empresas terceirizadas de cobrança;
- Elaborar relatórios e estatísticas de todos os créditos em atraso.

9. Auditoria Interna

A Auditoria Interna deverá verificar o cumprimento e a aderência do processo de gerenciamento dos riscos e do capital às normas externas e internas, avaliando a qualidade alcançada na execução das tarefas determinadas para as diversas etapas dos processos e das estruturas envolvidas.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

RISCO SOCIOAMBIENTAL:



1. Conselho de Administração

- Aprovar e revisar, no mínimo a cada 5 (cinco) anos, esta Política, manifestando-se expressamente, quando necessário, acerca das ações a serem implementadas para a correção de eventuais deficiências constatadas.

2. Auditoria Interna

- Verificar o cumprimento e a documentação pertinente à implantação e observância rigorosa desta Política de Responsabilidade Socioambiental.

3. Diretoria Executiva

- Aprovar e tornar efetiva esta Política, revisando-a no mínimo a cada 5 (cinco) anos, além de acompanhar as ações a serem implementadas para a correção tempestiva das deficiências apontadas nos controles correlatos a esta atividade.

4. Diretor de Responsabilidade Socioambiental

- Diretor responsável pela aplicação desta Política.

5. Unidades de Negócios

- Respeitar os princípios e dispositivos desta Política em suas atividades, desenvolvendo procedimentos específicos para a aplicação destas regras, considerando as particularidades de seus clientes e produtos negociados.
- Apoiar internamente ações de desenvolvimento sustentável, promovendo treinamento aos profissionais das áreas comerciais e de crédito do Alfa e alertando seus clientes quanto à

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

necessidade do cumprimento das cláusulas contratuais relacionadas à responsabilidade socioambiental para o desembolso das operações de crédito e o transcurso normal destas operações.

6. Controles Internos e Gestão de Riscos

- Monitorar o cumprimento dos dispositivos desta Política, avaliando a aderência das práticas aos princípios e regras definidos, respeitando o cronograma de implantação estabelecido.
- Auxiliar na elaboração de planos de ação para a total implantação da Política e o cumprimento de suas diretrizes.
- Controlar, documentar e armazenar os dados das perdas oriundas de questões socioambientais, contabilizando-as em uma conta específica, podendo esta ser incorporada ao plano de contas de risco operacional. Os dados deverão ser armazenados por um período de 5 (cinco) anos.

7. Recursos Humanos

- Implantar, conscientizar e disseminar internamente os preceitos desta Política como importante instrumento de sustentabilidade de negócios.
- Promover, juntamente com as Unidades de Negócios, treinamentos sobre o tema para todos os colaboradores do Alfa.
- Coletar, documentar e armazenar informações de cunho socioambiental que reflitam a ação consciente da utilização de recursos naturais, energia, cumprimento das práticas trabalhistas e treinamento de seus colaboradores.

8. Jurídico

- Elaborar e atualizar, de tempos em tempos, as cláusulas socioambientais dos contratos firmados com clientes, investidores, fornecedores e prestadores de serviços.
- Analisar e apontar eventuais riscos legais a que o Alfa possa estar exposto ao receber um bem imóvel em garantia.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

- a. O Emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de risco de mercado aprovada pelo Conselho de Administração.
- b. A gestão de risco de mercado objetiva a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de mercado aos quais o Emissor está sujeito, decorrente da flutuação nos valores de mercado dos instrumentos contido em sua carteira. Essa prática possibilita a adoção de medidas preventivas que minimizem possíveis perdas decorrentes desse risco, proporcionando um grau tolerância controlado para o apetite ao risco nos mercados que o Emissor deseja atuar.

O gerenciamento desse risco compreende o emprego de métricas de ampla utilização no mercado: VaR Paramétrico com 99% de nível de confiança para o horizonte de 1 dia; aplicação do pior cenário de estresse divulgado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; limites de exposição e *duration*. São adotados limites no âmbito global do Emissor quanto para os fatores de risco individualmente (Prefixado, Cupom de Moedas, Cupom de Índices de Preços, Renda Variável e Câmbio à Vista), bem como para o stop-loss de suas posições de negociação (*Trading*).

O Emissor possui limites conservadores para suas exposições ao risco de mercado, aprovados pelo Comitê de Gestão de Riscos (CGR).

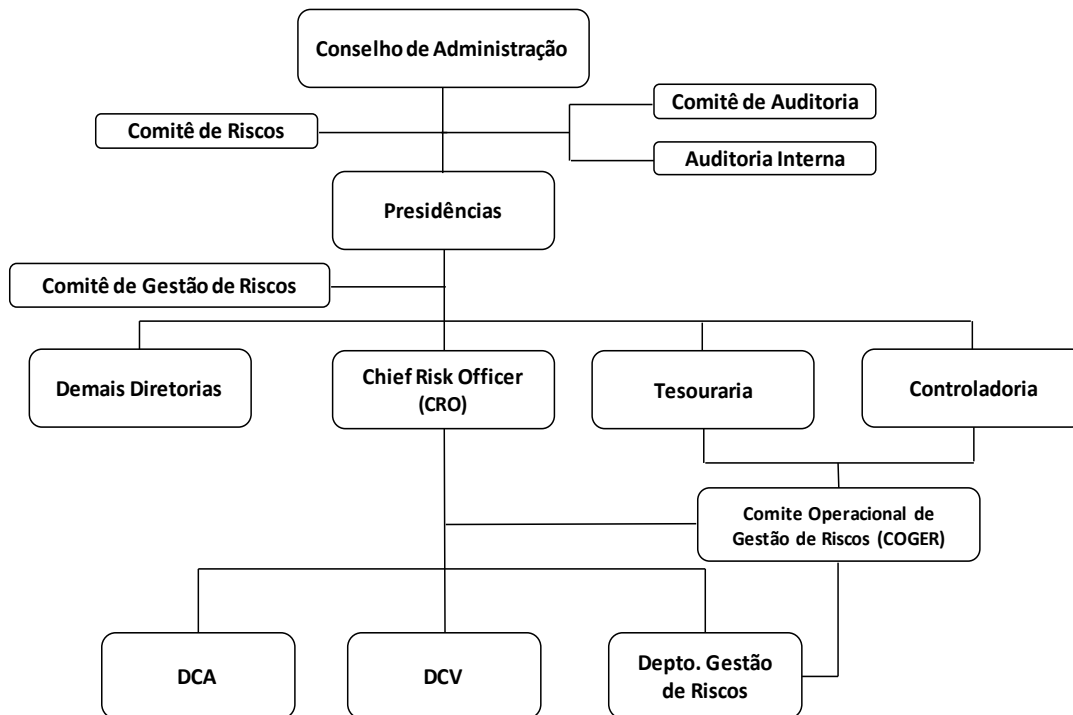
O Emissor poderá realizar hedge se identificar oportunidades de travar ganhos nas carteiras existentes, ou quando o cenário se mostrar desfavorável com possibilidade de perdas financeiras, valendo-se dos instrumentos financeiros disponíveis no mercado para sua operacionalização. Para determinar estes momentos, são utilizadas as projeções econômicas produzidas pela instituição e por entidades externas de consultoria.

A efetividade do “hedge” é monitorada desde a concepção e no decorrer da operação, através de relatórios tempestivos que detalham as variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do instrumento de “hedge” vis-à-vis às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do item objeto de “hedge” num intervalo de 80% (oitenta por cento) a 125% (cento e vinte e cinco por cento), conforme definido no inciso II do art. 5º da Circular 3.082/02.

A estrutura do gerenciamento integrado riscos está assim constituída:

GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS:

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado



Atribuições de cada órgão

Conselho de Administração:

O Conselho de Administração deverá estabelecer as diretrizes para a tomada de riscos pelo Conglomerado. Para tanto deverá:

Aprovar e revisar os níveis de apetite por riscos (RAS), com o auxílio do Comitê de Riscos, do Chief Risk Officer (CRO) e outros membros da diretoria quando necessários.

Definir a composição do Comitê de Riscos;

Assegurar que o Conglomerado mantenha níveis adequados de capital e de liquidez;

Assegurar que a Política de Remuneração não incentive comportamentos inadequados na tomada de riscos;

Aprovar e revisar com periodicidade mínima anual:

- A Política do gerenciamento integrado de riscos;
- A Política de gerenciamento de capital;
- Os planos de contingência de riscos e de capital;
- O Programa de teste de estresse.

Comitê de Riscos

O Comitê de Riscos deverá ser composto por, no mínimo, 3 (três) integrantes com a responsabilidade de:

- Propor recomendações ao Conselho de Administração, no mínimo anualmente, sobre o gerenciamento de riscos e de capital;
- Avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na RAS, as estratégias para seu gerenciamento, considerando os riscos de forma individual e de forma integrada;
- Supervisionar o desempenho e observância pelo CRO e pela diretoria dos termos da RAS;
- Avaliar o grau de aderência dos processos internos de gerenciamentos de risco e de capital à esta Política e demais documentos pertinentes.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

As deliberações do Comitê de Riscos deverão ser registradas em ata.

Presidências

As Presidências do Conglomerado deverão:

- Aprovar e garantir a execução desta Política.
- Disseminar a cultura de gerenciamento de riscos na instituição

Comitês de Gestão de Riscos

CGR – Comitê de Gestão de Riscos: Deverá supervisionar a condução do Gerenciamento de Riscos do Conglomerado, revisando e propondo seus limites de risco, atualizações da Política, e decidindo sobre nossas exposições quando acionado pelo COGER.

Integrantes:

Presidências;
Chief Risk Officer (CRO);
Diretor de Tesouraria;
Gerente Geral de Gestão de Riscos.

COGER – Comitê Operacional de Gestão de Riscos: Supervisiona os processos operacionais de gerenciamento de riscos.

Integrantes:

Chief Risk Officer (CRO);
Diretor de Tesouraria;
Diretor de Controladoria;
Gerentes das Mesas de Tesouraria e de Câmbio;
Gerentes de Gestão de Riscos.

Chief Risk Officer (CRO)

O CRO será o Diretor Responsável pelo Gerenciamento Integrado de Riscos e pelo Gerenciamento de Capital. Suas atribuições abrangem:

- Supervisionar o desenvolvimento, as implementações, o desempenho e o aperfeiçoamento dos gerenciamentos de riscos e de capital;
- Responder pela execução desta Política, e pela aderência da gestão de riscos aos princípios estabelecidos na RAS e aos objetivos estratégicos do Conglomerado;
- Subsidiar o Conselho de Administração no processo de tomada de decisões relacionadas aos gerenciamentos de riscos e de capital;
- Promover a capacitação técnica dos colaboradores envolvidos nas estruturas e processos de gerenciamentos de riscos e de capital.

Departamento de Gestão de Riscos

O Departamento de Gestão de Riscos deverá aplicar ferramentas e metodologias capazes de identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar os riscos incorridos pelo Conglomerado. Para tanto deverá:

- Documentar as estratégias para os gerenciamentos de riscos e de capital;

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

- Elaborar relatórios de acompanhamento de limites destinados a manter as exposições aos riscos em conformidade com o apetite fixado na RAS;
- Estabelecer processos efetivos de rastreamento e reporte tempestivos às exceções ou rompimentos aos limites estabelecidos;
- Realizar a identificação prévia de riscos inerentes a:
 - Novos produtos;
 - Modificações significativas nos processos, produtos ou serviços existentes;
 - Alterações nas perspectivas macroeconômicas e seus impactos em nossas exposições;
- Realizar testes de aderência para validações de metodologias (Backtest);
- Avaliar periodicamente a adequação de sistemas, rotinas e procedimentos dos gerenciamentos de riscos e de capital
- Acompanhar os estudos técnicos junto às instituições reguladoras, órgãos de classe, associações e quaisquer outros relevantes ao tema;
- Aplicar o teste de estresse aprovado pelo Conselho de Administração.

Departamento de Controle de Aplicação (DCA)

As principais responsabilidades atribuídas ao DCA são as de:

- Gerenciar o sistema Creditflow;
- Cadastrar as decisões de crédito conforme as respectivas das alçadas;
- Liberar as operações nas esteiras de Crédito do Conglomerado;
- Manter atualizadas as listas de impedimentos: (Inadimplências, Prejuízos, Ações contra o Conglomerado, Recuperação Judicial e Legal);
- Representar o DAC, DCA, DCV e DOVA no Comitê Operacional de Segurança e Contingência;

Departamento de Cobrança de Operações Vencidas (DCV)

O DCV deverá:

- Responder pelo desenvolvimento, implantação e alteração de metodologias para cobrança de operações vencidas no segmento varejo;
- Supervisionar, contratar e descredenciar advogados responsáveis pelo ajuizamento de ações de cobrança;
- Acompanhar os processos de cobrança junto a advogados terceirizados;
- Supervisionar a ação da equipe de cobrança nas regionais, bem como as empresas terceirizadas de cobrança;
- Elaborar relatórios e estatísticas de todos os créditos em atraso.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna deverá verificar o cumprimento e a aderência do processo de gerenciamento dos riscos e do capital às normas externas e internas, avaliando a qualidade alcançada na execução das tarefas determinadas para as diversas etapas dos processos e das estruturas envolvidas.

- c. O Emissor possui estrutura operacional de monitoramento constante de riscos e de controles internos a fim de verificar a efetividade das políticas aprovadas. O Emissor considera essas estruturas adequadas para o seu porte e operações.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- a. principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Área de Controles Internos atende ao Conglomerado Financeiro, composto pelo Banco Alfa de Investimento, Banco Alfa, Alfa Financeira, Alfa Leasing e Alfa Corretora e realiza o monitoramento das atividades com o objetivo de assegurar que estejam aderentes às legislações vigentes e às normas internas pertinentes às suas atividades, bem como prover e utilizar controles para atender essas normas.

Para tanto, foi contratado o Sistema de Controles Internos – SCI, para cadastramento e monitoramento da execução dos principais controles realizados no Conglomerado, mantendo registro de todas as respostas oferecidas pelos responsáveis das atividades

Na visão do Emissor, o grau de eficiência dos atuais sistemas de controles internos é plenamente satisfatório. Tal opinião é referendada no Relatório sobre Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares de 2019 do Auditor Externo do Conglomerado Financeiro Alfa. Nesse relatório, o Auditor conclui o seguinte: *“Como resultado dos nossos procedimentos não identificamos deficiências significativas de controle interno ou descumprimento relevante de dispositivos legais e regulamentares a serem reportados”*.

Entretanto, existem ações em andamento que sempre visam a aperfeiçoar e ampliar os atuais níveis de controles internos, de forma a assegurar que as informações constantes nas demonstrações financeiras do Conglomerado sejam totalmente confiáveis.

- b. estruturas organizacionais envolvidas.

A Gerência de Controles Internos é a área responsável pela avaliação, implantação e monitoramento dos pontos de controles internos. Essa Gerência está subordinada à Gerência Geral de *Compliance* e esta à Diretoria de Operações, cujas responsabilidades estão relacionadas a todas as atividades inerentes aos processos administrativos do Conglomerado. A Diretoria de Operações subordina-se diretamente à Diretoria Executiva, e esta ao Conselho de Administração.

- c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Diretoria de Operações do Emissor. O Gerente Geral da Gerência de Controles Internos é o responsável por apurar e reportar ao Diretor de Operações a ocorrência de eventuais descumprimentos dos controles internos.

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Conforme acima mencionado, não há no Relatório sobre Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares de 2018 do Auditor Externo do Conglomerado Financeiro Alfa qualquer menção quanto à deficiência significativa ou recomendação relativa a controles internos.

- e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Considerando não terem sido apontadas deficiências no Relatório sobre Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares de 2019 do Auditor Externo do Conglomerado Financeiro Alfa os diretores concordaram com as conclusões do relatório.

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

O Conglomerado Alfa possui as políticas relacionadas abaixo, com o objetivo, dentre outros, de definir as regras, políticas e procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública:

- ✓ Conceitos básicos e linha de atuação;
- ✓ Código de Ética e Conduta;
- ✓ Política de *Compliance*;
- ✓ Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT);
- ✓ Comitê Institucional – Comitê de Análise de Conduta; e
- ✓ Manual de Instruções – MI/05/008 – PLD/CFT.

O Manual de Instruções e as Políticas são atualizados periodicamente, no mínimo anualmente e sempre que houver alteração relevantes legais ou operacionais.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

Os monitoramentos são realizados pela Gerência Geral de Compliance, subordinada à Diretoria Jurídica, e auditados pela Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração.

Os procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições e responsabilidades, estão descritos nas políticas relacionadas no item anterior (i).

As políticas “Conceito Básico e Linha de Atuação” e o “Código de Ética e Conduta”, que integram o “Livro Azul”, distribuído aos funcionários e colaboradores sob protocolo, bem como divulgados na intranet no endereço eletrônico <http://portalalfa.alfa.corp/default.aspx?pagid=KLKCNMQO&menuid=1436>, tiveram a criação, bem como a atualização em agosto/2019, aprovadas pela Diretoria e referendadas no Conselho de Administração.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

5.4 - Programa de Integridade

O Código de Ética e Conduta, aprovado pela Diretoria e referendado no Conselho de Administração, abrange os administradores, funcionários, prepostos, procuradores, acionistas, fornecedores, prestadores de serviço e colaboradores.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Visando o constante aperfeiçoamento do quadro de colaboradores, o Conglomerado Financeiro Alfa disponibiliza diversos cursos com o objetivo de capacitar e aprimorar os conhecimentos com relação aos temas Segurança da Informação, Lei Anticorrupção, Riscos, Controles Internos, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Responsabilidade Socioambiental, FATCA e Ética.

Adicionalmente são aplicados cursos de reciclagem em (PLD/CFT) aos funcionários e colaboradores, na modalidade online, a cada 3 anos, bem como são realizados treinamentos presenciais sobre PLD/CFT aos Superintendentes, Gerentes Gerais, Comerciais e Operacionais das Diretorias Corporate, Private, Financeira e Leasing, e das áreas de câmbio e cadastro, com periodicidade anual.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código estão previstas no próprio Código de Ética e Conduta, no Comitê Institucional – Comitê de Análise de Conduta e no Manual de Instruções – MI/05/008 – PLD/CFT.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética e Conduta, atualizado em agosto/2019, aprovado pela Diretoria e referendado no Conselho de Administração, está divulgado na intranet, no endereço eletrônico:

<http://portalalfa.alfa.corp/default.aspx?portalid=FNDLRRQP>

5.4 - Programa de Integridade

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias é interno.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de funcionários e de terceiros.

O canal de denúncias está divulgado na intranet para os funcionários e colaboradores, no endereço: <http://portalalfa.alfa.corp/default.aspx?portalid=FNDLRRQP>, e para o público em geral, na rede mundial de computadores, no endereço: <https://bancoalfa.com.br>.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Sim. Juntamente com o canal de denúncia é divulgado o regulamento, que contém os seguintes dizeres: Este canal destina-se à comunicação de indícios de ilicitude relacionados às atividades do Conglomerado Financeiro Alfa. Não é necessária a identificação do interlocutor, relator do indício de ilicitude. É importante que o relato contenha riqueza de detalhes e maior quantidade de informações possíveis, para a apuração dos fatos e eventual responsabilização dos envolvidos. É assegurada a confidencialidade, a independência, a imparcialidade e a isenção no tratamento do reporte.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Ouvidoria e Auditoria Interna.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Os procedimentos adotados são os constantes nas políticas mencionadas.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável (O Alfa possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública).

5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que o Emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, em relação ao exercício anterior.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há informações adicionais relevantes a serem prestadas pelo Emissor.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	13/06/1966
Forma de Constituição do Emissor	Banco privado de investimento
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve Histórico

O Emissor faz parte do Conglomerado Financeiro Alfa. O Conglomerado tem suas origens no ano de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e posteriormente criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998 o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento, Cia. Real - CFI, Cia. Real de Arrendamento Mercantil e Corretora Real) formaram o novo Conglomerado Financeiro Alfa, o qual foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado Financeiro Alfa é composto por 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. O Banco Alfa de Investimento S.A. (Emissor) é a instituição financeira líder do Conglomerado, a qual controla diretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e a BRI Participações Ltda. Além destas entidades o Conglomerado Financeiro Alfa é integrado pela Financeira Alfa S.A. - CFI e o Banco Alfa S.A.. O Banco Alfa de Investimento S.A. (Emissor) e a Financeira Alfa S.A.- CFI são companhias abertas com ações negociadas na B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão.

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Banco Alfa de Investimento S.A. (Emissor) e suas controladas veem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Não houve pedido de falência do Emissor ou de recuperação judicial ou extrajudicial do Emissor.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que o Emissor julgue relevantes além das fornecidas anteriormente.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

O emissor:

O Emissor tem por objeto a prática de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às espécies que então vigorarem, inclusive as atividades de administração de carteira de valores mobiliários, consultoria de valores mobiliários e operações de câmbio, mas excetuadas outras que dependam de autorização especial, ou que estejam sob a disciplina de leis especiais.

As controladas:

A controlada Alfa Arrendamento Mercantil S.A. tem por objeto exclusivamente a prática de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor.

A controlada Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. tem por objeto operar em sistema mantido por Bolsa de Valores; subscrever emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; intermediar oferta pública; comprar e vender títulos e valores mobiliários; encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; exercer funções de agente fiduciário; instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; exercer as funções de agente emissor de certificados e manter serviços de ações escriturais; praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes; realizar operações compromissadas.

A controlada BRI Participações Ltda. tem por objeto a administração de bens de sua propriedade bem como o de participar de outras sociedades, como sócia ou acionista.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

O Emissor não é Sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

A partir de 2012 o segmento de atuação do Emissor e de suas controladas passou a ser somente o atacado. Os produtos e serviços comercializados referem-se a operações de capital de giro, aquisição de ativos, repasses do BNDES, gestão de recursos de terceiros e emissão de títulos como forma de captação.

Segmentos de atuação no atacado

Banco Alfa de Investimento S.A. (Emissor)

- Corporate e Investment Banking
- Operação de Capital de Giro a grandes empresas
- Repasses de Recursos do BNDES
- Trade Services
- Operações de Tesouraria
- Prestação de Fianças
- Gestão de Recursos de Terceiros
- Private Banking

Alfa Arrendamento Mercantil S.A. (Controlada)

- Operações de Arrendamento Financeiro

Alfa Corretora de Câmbio e Vals. Mobiliários S.A. (Controlada)

- Corretagem de Câmbio e Valores Mobiliários

BRI Participações Ltda. (Controlada)

- Administração de “Caixa”

Receitas provenientes dos segmentos

2019 (R\$ mil)

Receita da Intermediação Financeira	896.224
Receitas da Prestação de Serviços	48.816
Rendas de Tarifas Bancárias	1.764
Receita Proveniente do Segmento	946.804
Participação da Receita do segmento na Receita Líquida	100,0%
Lucro Líquido do Exercício	67.152
Lucro obtido pelo segmento	67.152
Participação do lucro do segmento no lucro líquido	100,0%

2018 (R\$ mil)

Receita da Intermediação Financeira	898.192
Receitas da Prestação de Serviços	52.952
Rendas de Tarifas Bancárias	1.289
Receita Proveniente do Segmento	952.433
Participação da Receita do segmento na Receita Líquida	100%
Lucro Líquido do Exercício	56.036
Lucro obtido pelo segmento	56.036
Participação do lucro do segmento no lucro líquido	100,0%

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais**2017 (R\$ mil)**

Receita da Intermediação Financeira	1.124.098
Receitas da Prestação de Serviços	41.689
Rendas de Tarifas Bancárias	988
Receita Proveniente do Segmento	1.166.775
Participação da Receita do segmento na Receita Líquida	100%
Lucro Líquido do Exercício	73.551
Lucro obtido pelo segmento	73.551
Participação do lucro do segmento no lucro líquido	100,0%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O Emissor possui alguns produtos e serviços que são comuns ao seu segmento de atuação. No entanto alguns produtos ou serviços são estruturados de forma a atender as demandas específicas de alguns clientes.

Os produtos e serviços são distribuídos através das suas diretorias, mesas de operações e filiais instaladas nos maiores centros urbanos do país.

O Emissor encontra-se entre os primeiros quando comparado aos bancos de médio porte que atuam no mesmo mercado.

A competição no mercado de atuação do Emissor vem aumentando gradativamente, principalmente após a crise financeira mundial vivida a partir de 2008. Entretanto a baixa alavancagem do Emissor, associada ao seu bom rating, lhe permite captar recursos a taxas ligeiramente menores do que as de alguns concorrentes. Aliado a isso, o nome Alfa tornou-se ao longo dos anos sinônimo de segurança e solidez junto à comunidade financeira nacional. Esses são fatores importantes que investidores e tomadores de recursos levam em conta para a manutenção do seu relacionamento comercial, ou quando pretendem iniciar um relacionamento comercial com uma instituição financeira.

Não há sazonalidades nos produtos e serviços oferecidos pelo Emissor. Entretanto, por tratar-se de atividade regulamentada pelo Banco Central do Brasil, os produtos e serviços oferecidos podem sofrer os efeitos das normas editadas por aquela autoridade monetária.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

Nos anos 2017, 2018 e 2019 não existiam clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida do Emissor.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Autorização para funcionamento

O Emissor tem autorização do Banco Central do Brasil – BACEN para o exercício de suas atividades. Referida autorização foi expedida pelo BACEN por meio da Carta Patente nº. A-1461/66, de 1º de agosto de 1966, quando o Emissor ainda era denominado Banco Real de Investimento S.A. O Emissor, cumprindo os normativos do BACEN, anualmente encaminha a esse órgão informações acerca de suas atividades.

Ademais, o Emissor é cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários – CVM desde 20.07.1977 (código CVM nº. 1384) como companhia aberta. Em nome do Emissor também constam na CVM os seguintes cadastros: (i) bancos de investimento, registro de 15.07.1966; (ii) instituições financeiras autorizadas pelo BACEN; (iii) representante de investidores não residentes, registro de 16.08.1989 e (iv) prestador de serviços de administração de carteiras, registro de 16.08.1989.

Legislação ambiental

O Emissor tem conhecimento da legislação ambiental vigente, em especial o disposto no art. 225 da Constituição Federal que classifica o meio ambiente como bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O Emissor está ciente de que a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas: (i) cível; (ii) administrativa e (iii) criminal, sendo certo que as três esferas de responsabilidade mencionadas são “diversas e independentes”, com aplicação de três tipos diversos de sanções. Vale ressaltar que a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta necessariamente o agente da responsabilidade nas demais.

Portanto, o Emissor preocupa-se em desenvolver sua atividade respeitando as regras ambientais vigentes, uma vez que o seu descumprimento pode acarretar, inclusive, a responsabilidade penal dos seus diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários, se estes vierem a concorrer para a prática de crimes ambientais atribuídos ao Emissor. Ademais, a legislação ambiental prevê, ainda, a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica do emissor, ou seja, atingir bens dos sócios e administradores, quando se verificar a existência de infração ao estatuto social ou fraude na administração do emissor com o objetivo de impor obstáculos ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente.

Não obstante a preocupação do Emissor em cumprir rigorosamente as regras referentes à legislação ambiental vigente, não há uma política ambiental específica, tendo em vista que a atividade por ele exercida é administrativa, desenvolvida em escritórios, o que não gera impactos negativos ao meio ambiente. Assim, não há impacto direto relevante no meio-ambiente resultante da atividade exercida pelo Emissor. Por outro lado, na qualidade de instituição financeira, o Emissor procura certificar-se de que seus clientes tomadores de recursos tenham obtido as necessárias licenças ambientais para o exercício de suas atividades financiadas. Não há meios de se mensurar com precisão os custos para o cumprimento específico da regulação ambiental.

Patentes

A atividade desenvolvida pelo Emissor não depende de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias ou contratos de royalties relevantes. No entanto, sua marca, bem como sua denominação empresarial são protegidas pelo INPI.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

Todas as receitas relevantes obtidas pelo Emissor nos anos 2017, 2018 e 2019 são originárias do Brasil.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

O Emissor não está sujeito à regulação de outros países.

7.8 - Políticas Socioambientais

- a. O Emissor integra o Conglomerado Alfa. O Conglomerado Alfa não divulga informações sociais e ambientais, no entanto desenvolve e incentiva práticas socioambientais.

Na área cultural, o Conglomerado apoia e incentiva projetos voltados à dança, música e teatro infantil através do direcionamento de recursos da Lei Rouanet. O Conglomerado também apoia projetos sociais amparados no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei do Idoso, no Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e no Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD). O Conglomerado também apoia atividades esportivas através da Lei de Incentivo ao Esporte.

Na área educacional, o Conglomerado também investe continuamente na capacitação e no treinamento de seus colaboradores através de subsídio de bolsas de estudo para programas de pós-graduação, MBA e outros cursos de curta duração. O Conglomerado também participa do Programa Jovem Aprendiz e de programas de inserção social mediante a contratação de pessoas com necessidades especiais.

Com relação ao impacto de suas próprias atividades, o Conglomerado readequou o seu consumo de água, mediante a colocação de dispositivos de parada automática de vazão nas torneiras, e de energia elétrica, com sensores de presença em ambientes cuja demanda por iluminação não é necessariamente constante.

O Conglomerado incentiva ainda o seu quadro de colaboradores a reutilizar os papéis de impressão antes do descarte e contrata empresa certificada para a retirada de papel descartado, para fins de reciclagem.

Na área da saúde, o Conglomerado estimula seus colaboradores a participarem de ginástica laboral, promove campanhas de vacinação e realiza palestras e cursos que envolvem ações de saúde e vida social. Também presta assistência a colaboradores mais necessitados e a seus familiares, por meio de doações e auxílio fornecidos pela Fundação Clemente Faria.

- b. O Conglomerado Alfa adota metodologia própria na elaboração dessas informações.
- c. Não há revisão ou auditoria por entidade independente em relação a essas informações.
- d. Quando da avaliação das linhas de crédito ou contratação de fornecedores, o Conglomerado Alfa considera a conformidade da atuação desses clientes e fornecedores em relação às práticas socioambientais. A descrição dessas diretrizes está disponível no seguinte endereço:
<https://bancoalfa.com.br/sobrealfa/home/politicasinstitucionais.ashx>

7.9 - Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações que o Emissor julgue relevantes.

8.1 - Negócios Extraordinários

Nos anos 2017, 2018 e 2019 não ocorreram aquisições ou alienações de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do Emissor.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não ocorreram alterações significativas na forma de condução dos negócios do Emissor nos anos 2017, 2018 e 2019.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

O Emissor ou suas controladas não possuem contratos relevantes celebrados nos anos 2017, 2018 e 2019, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não existem outras informações relevantes do Emissor.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

O emissor não possui outros bens relevantes registrados no ativo não circulante além daqueles já mencionados nos itens 9.1.a, 9.1.b e 9.1.c.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imóvel sito à Av. Rio Branco nº. 99/99A - Subsolo, Loja, Sobreloja e 2º andar	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	TRANSAMÉRICA - Proc. 821004468- Serviços bancários, serviços fiduciários, serv. de financ. fundos de	02/03/2024	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	TRANSAMÉRICA - Proc. 821004476 - Serviço de cartão de crédito, cartão de débito, emissão de cartões	02/03/2024	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA FINANCEIRA - Proc. 821606794 - Serviços financeiros em geral	06/01/2024	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALPHANET - Proc. 831029897 - Serviços bancários oferecidos através da Internet	05/08/2024	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA INVEST ON LINE - Proc. 821743155 - Avaliação financeira (bancos), invest. capital (finanças)	02/09/2023	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA INVESTLINE - Proc. 821425803 - Serviços bancários, serviços fiduciários, patrocínio financeiro,	27/08/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFANET - Proc. 831029889 - Serviços de internet ligados à prestação de serviços bancários	24/03/2025	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALPHANET - Proc. 831029862 - Serviços de internet ligados a prestação de serviços bancários	24/03/2025	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ALFA EMPRESAS - Proc. 831116544 - Serviços financeiros e bancários em geral	19/08/2024	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA INVESTMENTS - Proc. 830672486 - Serv. bancários, fiduciários, patrocínio financeiro	21/05/2023	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	TÔ ALFA CLUB - Proc. 825595908 - Serviços bancários e financeiros	11/06/2023	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA - Proc. 821626566 - Análises financ., serv. bancários, serv.bancários acesso remoto, op. câmbio	19/11/2022	não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA - Proc. 822507293 - Serviços oferecidos via internet	24/01/2026	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO - Proc. 821881795 - Serv. de cartões de crédito	16/09/2023	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA ASSET MANAGEMENT - Proc. 821425668 - Análise financ., aval. financ., serv. cobrança, corretagem	27/08/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA - Proc. 821363280 - Análises financ., serv. bancários, serv. bancários acesso remoto, câmara d	30/07/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BANCO ALFA DE INVESTIMENTO - Proc. 821606859 - Serv. bancários e de crédito, financ. e investimento	11/07/2026	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	BANCO ALFA DE INVESTIMENTO - Proc. 821606867 - Serv. bancários, fiduciários, patrocínio financeiro	06/01/2024	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	Xhara	02/07/2029	Não renovação.	Registro da marca por outro concorrente.
Marcas	ALFASEG Proc. 821425650 - serviços de seguros	27/08/2022	Não renovação.	Registro da marca por outro concorrente.
Marcas	BANCO ALFA DE INVESTIMENTO - Proc. 821689720 - Serviços bancários, fiduciários, patrocínio financeir	28/10/2023	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	Xhara	09/07/2029	Não renovação.	Registro da marca por outro concorrente.
Marcas	ALFA AZUL - Proc. 830356720 - Análises financeiras, serviços bancários, serv. bancário acesso remoto	03/07/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA INTERNET BANKING - Proc. 821922769 - Serviços bancários com acesso via internet.	28/10/2023	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	BANCO ALFA DE INVESTIMENTO - Proc. 821802283 - Serviços bancários, serviços fiduciários,	25/02/2024	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ALFA HIGH CASH - Proc. 826373119 - Serviços bancários e financeiros em geral	11/09/2027	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALPHA - Proc. 821388410 - Análise financeira, avaliação financeira, serviços bancários, serv. banco	29/07/2023	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	BANCO ALFA - Proc. 822507340 - Serviços bancários on line via interne, a saber: banco eletrônico	06/05/2028	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA DIRECT - Proc. 821425625 - Serviços bancários, serviços fiduciários, patrocínio financeiro, ser	27/08/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA FINANCEIRA - Proc. 821606808 - Serviços bancários, serviços fiduciários, patrocínio financeiro	06/01/2024	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFANET - Proc. 821425790 - Análise financeira, serviços bancários, serv. bancário acesso remoto, op	27/08/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFANET - Proc. 822485982 - Serviços oferecidos via internet	06/05/2028	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFAPLUS - Proc. 821425617 - Serviços oferecidos via internet	27/08/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFAPREV - Proc. 821425536 - Serviços de previdência privada e fundos de pensão	27/08/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BRI INVEST LINE - Proc. 820994782 - Serviços bancários e de C.F.I., serv. de capt. de poupança,	09/04/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	GRUPO ALFA - Proc. 827950357 - Serviços bancários, serviços fiduciários, patrocínio financeiro, serv	20/05/2028	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	HI CASH - Proc. 826373100 - Serviços bancários e financeiros	11/09/2027	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA TELECOM - Proc. 821425773 - Análise financeira, avaliação financeira, serviço de cobrança, corr	27/08/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFACAP - Proc. 821425757 - Serviços de capitalização	27/08/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFACARD - Proc. 821425676 - Serviços bancários e financeiros em geral, incluindo fundos de investi	27/01/2019	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFACASH - Proc. 821425811 - Serviços bancários, serviços fiduciários, patrocínio financeiro, serv.	27/08/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFACRED - Proc. 821425749 - Serviços bancários, serviços fiduciários, patrocínio financeiro, serv.	27/08/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA - Proc. 821363263 - Serviço de cartão de crédito, de débito, serviços de capitalização	30/07/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ALFA ON LINE - Proc. 822442868 - Serviços bancários em geral, seguro, resseguro, capitalização, prev	26/07/2025	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA ON LINE - Proc. 822507315 - Serviços oferecidos via internet	18/03/2028	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA PRIVATE FLEX - Proc. 823868206 - Serviços bancários e financeiros em geral, incluindo fundos de	17/04/2027	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA PRIVATE PORTFOLIO - Proc. 821425722 - Análise financeira, avaliação financeira, oper. câmbio, se	24/09/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA LEASING - Proc. 821425587 - Análise financeira, avaliação financeira, serviço de cobrança,	27/08/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA LEASING - Proc. 821606875 - Análise financeira, avaliação financeira, serviços de cobrança,	06/01/2024	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA LEASING - Proc. 821606883 - Análise financeira, avaliação financeira, serviços de cobrança,	23/12/2023	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA LEASING - Proc. 821606905 - Análise financeira, avaliação financeira, serviços de cobrança,	23/12/2023	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ALFA - Proc. 6377025 - Serviços bancários e de crédito, financiamento e investimento	10/07/2026	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA INVESTLINE - Proc. 822507307 - Serviços oferecidos via internet	24/03/2029	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA INVESTLINE - Proc. 827604556 - Serviços de atendimento de cliente por telefone (call center)	19/02/2028	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA INVESTOR - Proc. 821425609 - Serviços bancários, serviços fiduciários, patrocínio financeiro, se	27/08/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA LEASE - Proc. 821425579 - Análise financeira, avaliação financeira, serviços de cobrança, corre	27/08/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA BANK - Proc. 821425510 - Serviços bancários, serviços fiduciários, patrocínio financeiro, serv	27/08/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA CENTER - Proc. 821425528 - Análise financeira, avaliação financeira, serviços de cobrança,	27/08/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA INVEST - Proc. 821425560 - Serviços bancários, serviços fiduciários, patrocín. financeiro, serv	27/08/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ALFA LEASING - Proc. 821606891 - Análise financeira, avaliação financeira, serviços de cobrança,	23/12/2023	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	BANCO ALFA DE INVESTIMENTO - Proc. 821606832 - Serviços bancários, serviços fiduciários, patrocínio,	06/01/2024	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	BANCO ALFA DE INVESTIMENTO - Proc. 821606840 - Serviços bancários, serviços fiduciários, patrocínio	13/01/2024	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA FINANCEIRA - Proc. 821606816 - Serviços bancários, serviços fiduciários, patrocínio financeiro	06/01/2024	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA FINANCERIA - Proc. 821606824 - Serviços bancários, serviços fiduciários, patrocínio financeiro	06/01/2024	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA HI CASH - Proc. 826376045 - Serviços bancários e financeiros em geral	11/09/2027	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFALINE - Proc. 827737211 - Serviço de atendimento ao cliente por telefone (call center)	08/04/2028	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFAMAIS - Proc. 821425714 - Análise financeira, avaliação financeira, serviço de cobrança,	27/08/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ALFAMAIS - Proc. 821728938 - Serviços bancários, serviços bancários de acesso remoto, serv. financei	25/02/2023	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFAMAX - Proc. 823560139 - Serviços de banco, administração de cartão de crédito, emprést. e financ	12/12/2026	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFAMIX - Proc. 821425706 - Análise financeira, avaliação financeira, serviço de cobrança, corretage	27/08/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	BRI INVEST LINE - Proc. 820994812 - Serviços bancários em geral	18/12/2021	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA INVESTPHONE - Proc. 821425595 - Serv. bancários, serv. fiduciários, patroc. financeiro,	27/08/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA - Proc. 821626558 - Análise financeira, serviços bancários de acesso remoto, operação de câmbio	19/11/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFALINE - Proc. 821425471 - Serviços bancários, serviços fiduciários, patrocínio financeiro, serv.	20/08/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFALINE - Proc. 822507323 - Serviços de internet relacionados a atividades bancárias	06/05/2028	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ORBIS - Proc. 818307056 - Serviços bancário e financeiros em geral, incluindo fundo de investimento	01/04/2027	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	TÔ ALFA CLUB - Proc. 825595916 - Acum. de pontos pela utilização de produtos e/ou serv. para recebim	02/05/2027	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
BRI Participações Ltda.	01.079.146/0001-37	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Administração de bens de sua propriedade bem como o de participar em outras sociedades como sócio ou acionista.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2019	2,065246	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	488.580.035,17		
31/12/2018	4,587856	0,000000	0,00					
31/12/2017	6,157627	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Necessidade de atuação do Emissor em atividades e ele vedadas por disposição legal. A manutenção desse investimento torna perene essas atividades.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes a serem fornecidas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

a) Condições financeiro-patrimoniais

2019

O ano se iniciou com a posse do presidente Jair Bolsonaro e com a expectativa de que o novo governo, que assumiu com o compromisso de uma agenda de ajuste fiscal, levasse adiante a crucial reforma da Previdência e ao mesmo tempo colocasse a economia novamente em condições de apresentar crescimento sustentado mais forte.

A despeito da boa avaliação inicial tanto da equipe liderada pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, quanto da agenda proposta, no decorrer do primeiro semestre as dificuldades para a tramitação da Reforma da Previdência passaram a exigir foco total do governo. Assim, a agenda paralela, baseada na desregulamentação e desburocratização da economia, simplificação tributária, revisão dos gastos e regras fiscais, reforma administrativa, privatizações e concessões, investimentos na melhoria da área de infraestrutura e abertura comercial, acabou sendo adiada ou colocada em segundo plano.

A despeito das dificuldades da articulação política para garantir sua tramitação no Congresso, a Reforma da Previdência acabou sendo aprovada no segundo semestre. Com uma economia prevista para os próximos 10 anos de mais de R\$850 bilhões, consideravelmente acima do inicialmente esperado pelo consenso, a reforma foi considerada robusta e essencial para garantir uma trajetória de solvência nas contas públicas.

O foco na reforma em detrimento da agenda de crescimento, entretanto, cobrou seu preço. Conforme não se confirmaram as expectativas mais otimistas quanto à retomada dos investimentos, do consumo e uma redução mais significativa da taxa de desemprego, as estimativas para o crescimento do PIB foram gradualmente sendo revistas para baixo ao longo do ano. Visando criar um impulso extra, ainda que pontual o governo anunciou no final de julho, a liberação parcial de recursos das contas ativas do FGTS, com efeito potencial estimado em 0,35% do PIB. Ainda assim, ao final do ano, a estimativa do consenso para o PIB de 2019 apontava para uma expansão de 1,15%, similar à registrada em 2018.

Em paralelo, o cenário internacional também se mostrou adverso em 2019. Em meio à continuidade das tensões no conflito comercial entre Estados Unidos e China e também às indefinições quanto ao futuro da União Europeia e do Reino Unido após o BREXIT, o quadro de elevadas incertezas continuou a pesar sobre o cenário global, afetando negativamente as expectativas de crescimento em diversas regiões do Mundo. Respondendo a esse cenário, os principais Bancos Centrais sinalizaram ao longo do ano a disposição de proverem um ambiente de maior liquidez adiante, se e quando necessário, com o Federal Reserve Americano e o Banco Central Europeu efetivamente reduzindo juros entre o segundo e terceiro trimestres.

No Brasil, o pano de fundo do risco de desaquecimento global aliado ao menor crescimento doméstico acabou por resultar em um quadro de menor pressão inflacionária durante grande parte do ano. Isso permitiu que também aqui o Banco Central desse início a um ciclo de afrouxamento monetário, assim que o cenário de afastamento do risco fiscal dado pela proximidade da aprovação da Reforma da Previdência permitiu. Entre julho e dezembro, o Copom reduziu então a taxa Selic de 6,5% a.a. para 4,5% a.a., novo patamar mínimo histórico. Um choque de oferta pontual, entretanto, impediu que a inflação encerrasse 2019 abaixo do centro da meta. A alta global dos preços de proteína animal, decorrente da epidemia na China de gripe suína africana, afetou também os preços brasileiros no último bimestre no ano, e assim, a inflação medida pelo IPCA acabou encerrando com elevação de 4,31%, contra uma meta de 4,25%.

Com relação às contas fiscais, o esforço do governo para controlar as despesas e a trajetória fiscal teve sucesso e, contando ainda com recursos adicionais decorrentes do leilão das reservas de petróleo do pré-sal, o Governo

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Central encerrou o ano de 2019 com um déficit primário de R\$ 95 bilhões, cumprindo com folga a meta de um déficit de R\$ 139 bilhões. A dívida bruta do setor público consolidado recuou para 75,8% do PIB ao final de 2019 de 76,5% do PIB ao final de 2018 – primeira queda desde 2013 -, contando também com o benefício da devolução de recursos do BNDES e da redução das reservas internacionais.

As contas externas, entretanto, mostraram deterioração ao longo do ano, com o déficit em conta corrente atingindo US\$ 50,8 bilhões, equivalente a 2,8% do PIB, contra 2,2% do PIB em 2018, principalmente em função de uma retração das exportações. O fluxo de entrada de investimento estrangeiro direto no país, entretanto, manteve o patamar observado no ano anterior, ainda cobrindo com folga o déficit em conta corrente, ao contabilizar a entrada de US\$ 78,6 bilhões (equivalente a 4,3% do PIB).

Com um cenário internacional menos favorável e o ritmo de retomada do crescimento interno frustrando as expectativas, o real se desvalorizou 4% em 2019, encerrando o ano cotado a R\$/US\$ 4,02. Dentro desse contexto de contas externas, a autoridade monetária alterou ao longo do ano sua forma de intervenção no mercado cambial, passando a gradualmente reduzir seu estoque de swaps cambiais e a ofertar moeda diretamente, através da diminuição de seu estoque de reservas internacionais, considerado em nível mais que suficiente. Ao final de 2019, as reservas internacionais somavam US\$ 356,9 bilhões, ainda cobrindo 110% do total da dívida externa do país.

A seguir relacionamos as principais informações financeiras relativas às operações do Emissor:

I Demonstrações Financeiras Segundo os Padrões Contábeis Definidos pelo Banco Central do Brasil

O lucro líquido foi de R\$ 67,2 milhões, correspondente a R\$ 758,29 por lote de mil ações, e à rentabilidade anualizada de 4,65% sobre o patrimônio líquido inicial. O retorno anualizado sobre os ativos totais inicial foi de 0,52%. O saldo, ao final do ano, das operações de crédito consolidadas, incluindo adiantamentos sobre contratos de câmbio, avais e fianças e arrendamento mercantil, foi de R\$ 5.464,7 milhões e aplicações interfinanceiras de liquidez de R\$ 4.365,4. O saldo consolidado de provisão para créditos de liquidação duvidosa era de R\$ 55,2 milhões, enquanto o total de recursos captados e administrados pelo Emissor (consolidado) alcançou R\$ 17.076,1 milhões, a saber:

- R\$ 6.803,6 milhões em recursos de aceites e emissão de títulos;
- R\$ 6.669,4 milhões em recursos administrados, compreendendo fundos de investimento e carteiras administradas;
- R\$ 817,4 milhões em repasses;
- R\$ 1.127,2 milhões em captações no mercado aberto;
- R\$ 1.215,7 milhões em depósitos a prazo e interfinanceiros;
- R\$ 346,6 milhões em empréstimos obtidos no país;
- R\$ 96,2 milhões em empréstimos obtidos no exterior; e

II Demonstrações Financeiras Segundo os Padrões Internacionais (IFRS)

Informamos a seguir os detalhes das demonstrações financeiras consolidadas do Emissor elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade:

O lucro líquido foi de R\$ 68,9 milhões, correspondente a R\$ 576,89 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 634,58 por lote de mil ações preferenciais, e à rentabilidade anualizada de 4,73% sobre o patrimônio líquido inicial. O retorno anualizado sobre os ativos totais inicial foi de 0,51%. O saldo, ao final do ano, das operações de crédito

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

consolidadas, incluindo adiantamentos sobre contratos de câmbio, avais e fianças, arrendamento mercantil, operações de crédito e adiantamentos a clientes, foi de R\$ 3.576,6 e adiantamentos a instituições financeiras, foi de R\$ 5.203,2 milhões. O saldo consolidado de provisão para créditos de liquidação duvidosa era de R\$ 30,2 milhões enquanto o total de recursos captados e administrados pelo Emissor (consolidado) alcançou R\$ 17.081,8 milhões, a saber:

- R\$ 6.803,6 milhões em títulos emitidos;
- R\$ 6.669,4 milhões em recursos administrados;
- R\$ 1.326,3 milhões em passivos com Instituições Financeiras;
- R\$ 1.266,0 milhões em empréstimos e repasses; e
- R\$ 1.016,5 milhões em passivos com clientes;

2018

O ano de 2018 se iniciou com a expectativa de aceleração do crescimento econômico no Brasil, redução da taxa de desemprego e com a inflação baixa permitindo ao Banco Central sinalizar a continuidade do ciclo de afrouxamento monetário. O quadro de incertezas sobre as eleições presidenciais de outubro quanto a potenciais candidatos e programas de governo representou desde o início do ano alguma fonte de apreensão, mas a princípio contida, dado o ambiente de contas externas amplamente financiadas pelo fluxo de investimento direto, o esforço para obtenção de bons resultados fiscais no curto prazo, e um cenário internacional esperado de crescimento global ainda acima da média, com ampla liquidez e a expectativa de retirada gradual dos estímulos monetários por parte dos principais bancos centrais.

O contexto internacional, entretanto, foi se mostrando ao longo do tempo mais negativo do que o previsto. Dados mais fracos do que o esperado de crescimento econômico ao redor do mundo já desde o início do ano se somaram à uma expectativa de maior elevação de juros nos Estados Unidos, sob a perspectiva de um forte estímulo fiscal doméstico, e também à adoção de uma postura fortemente protecionista do governo americano, provocando uma série de conflitos comerciais com diversos países, em especial com a China.

E, enquanto a disputa comercial sino-americana avançava no decorrer do ano, com a efetiva implementação de tarifas e riscos de exacerbação do conflito, além da própria deterioração da expectativa de crescimento econômico nas duas regiões, passou-se a temer cada vez mais um desaquecimento global de proporções maiores adiante, conforme se comprometiam índices de confiança, intenções de investimento e de consumo, também em países ligados às suas cadeias produtivas e se estendendo a seus parceiros comerciais.

Essa gradual deterioração do cenário global, embora em última instância não tenha alterado a postura esperada dos principais Bancos Centrais do mundo – o Federal Reserve americano, por exemplo, subiu sua taxa de juros em 100 pontos base no decorrer do ano e o Banco Central Europeu foi reduzindo e finalmente encerrou seu programa de expansão do balanço em dezembro – alterou as precificações de mercado e provocou ao longo do ano uma série de episódios de forte aversão ao risco no cenário internacional, afetando os países emergentes em geral e também a economia brasileira.

No Brasil, o aumento dos riscos no ambiente internacional somado à crescente apreensão com as indefinições do quadro eleitoral exigiu uma postura mais ativa do Banco Central brasileiro. Com o aumento da pressão sobre a taxa de câmbio, a autoridade monetária, visando reduzir o excesso de volatilidade, passou a intervir no mercado cambial ampliando a oferta de swaps além do necessário para cobrir as rolagens previstas. Já no 2º trimestre, também optou por não cortar adicionalmente as taxas de juros como havia antecipado, e manter a taxa Selic em 6,5%, encerrando assim o ciclo de afrouxamento monetário em curso desde outubro de 2016, quando a taxa Selic estava em 14,25%.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em meio a esse contexto, o Brasil também enfrentou, no fim de maio, uma greve nacional de caminhoneiros, que paralisou parte significativa da economia brasileira por cerca de 10 dias. Afetando a produção industrial, o setor de comércio, serviços e transportes no 2º trimestre, a greve abalou os níveis de confiança, provocando a elevação dos índices de inflação, e acabou comprometendo também as expectativas de crescimento do PIB no ano, especialmente quando aliada à cautela sobre a evolução do quadro político-eleitoral.

Com a crescente indefinição sobre o resultado do pleito nacional e o temor de que pudesse ser eleito um candidato não alinhado com a promoção do necessário ajuste fiscal - essencial para a sustentabilidade da dívida pública e para a criação de condições para a retomada de crescimento, ou com pouca capacidade de articulação no Congresso para levar adiante reformas econômicas, a deterioração das expectativas nos mercados levou à novas rodadas de desvalorização cambial. Em meio ao aumento de incertezas, no decorrer de agosto e setembro o real chegou a ultrapassar o patamar de R\$/US\$ 4,20.

A definição do quadro eleitoral, a partir de outubro, entretanto, resgatou o otimismo com a trajetória esperada para a economia brasileira. Jair Bolsonaro, do PSL, foi eleito Presidente da República e estabeleceu como prioritário em seu governo do ponto de vista econômico o equacionamento da questão fiscal. Além de reconhecer a urgência em se realizar uma Reforma da Previdência robusta, Bolsonaro ainda demonstrou firme disposição de atacar os problemas que restringem o crescimento econômico. A renovação do Congresso eleito em outubro, por sua vez, também foi bem recebida, com o novo perfil do legislativo eleito, considerado mais alinhado ideologicamente com o do executivo, também considerado como favorável à articulação política para a tramitação das reformas.

Por fim, ao longo do 4º trimestre, o anúncio da equipe econômica do novo governo, assim como sua pauta de medidas em paralelo à Reforma da Previdência, também foi bem recebida. Propostas para simplificação tributária, abertura comercial, desburocratização e desregulamentação da economia, uma agenda de privatizações, concessões e projetos de impulsão da área de infraestrutura e também intenção de efetivar a independência do Banco Central, entre outras medidas, foram apresentadas e avaliadas como muito positivas no sentido de expandir o crescimento potencial da economia, assim como propiciar a manutenção de juros estruturalmente mais baixos.

Esse conjunto de fatores contribuiu favoravelmente para os preços de ativos nos últimos meses do ano, permitindo um quadro de diferenciação brasileira em relação à economia global, que, por sua vez, permaneceu em trajetória de desaceleração, atravessando um período de forte aperto de condições financeiras e com expectativas de crescimento novamente sendo revistas para baixo em diversos países.

Assim, ainda que o ano de 2018 tenha se encerrado com um crescimento apenas moderado do PIB (próximo a 1,3%, ante 1,1% em 2017), muito pouco recuo na taxa de desemprego (média de 12,2%, contra 12,7% em 2017) e um nível ainda alto de ociosidade na economia brasileira, que levaram a mais um ano de inflação abaixo da meta (3,75%, contra meta de 4,5%), apesar da forte desvalorização cambial (17,1%), o saldo do ano pode ser considerado positivo. A meta fiscal e o teto de gastos foram cumpridos, mesmo com o crescimento abaixo do esperado. O déficit em conta corrente (US\$ 14,5 bilhões) continuou a ser amplamente financiado pelos fluxos de investimento estrangeiro direto (US\$ 88 bilhões), que inclusive se aceleraram com a recuperação do otimismo no decorrer do 2º semestre. O ano também se encerrou com forte recuperação nos índices de confiança domésticos e com a expectativa de que, com alguma habilidade política do novo governo que tomou posse em janeiro, vários destes indicadores possam apresentar melhorias significativas em 2019, permitindo ao país melhor se insular de um quadro internacional com mais incerteza e riscos ainda elevados.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A seguir relacionamos as principais informações financeiras relativas às operações do Emissor:

I Demonstrações Financeiras Segundo os Padrões Contábeis Definidos pelo Banco Central do Brasil

O lucro líquido foi de R\$ 56,0 milhões, correspondente a R\$ 632,46 por lote de mil ações, e à rentabilidade anualizada de 3,99% sobre o patrimônio líquido inicial. O retorno anualizado sobre os ativos totais inicial foi de 0,46%. O saldo, ao final do ano, das operações de crédito consolidadas, incluindo adiantamentos sobre contratos de câmbio, avais e fianças e arrendamento mercantil, foi de R\$ 5.049,8 milhões e aplicações interfinanceiras de liquidez de R\$ 5.231,0. O saldo consolidado de provisão para créditos de liquidação duvidosa era de R\$ 54,9 milhões, enquanto o total de recursos captados e administrados pelo Emissor (consolidado) alcançou R\$ 18.089,5 milhões, a saber:

- R\$ 7.807,2 milhões em recursos de aceites e emissão de títulos;
- R\$ 6.362,3 milhões em recursos administrados, compreendendo fundos de investimento e carteiras administradas;
- R\$ 913,4 milhões em repasses;
- R\$ 1.505,1 milhões em captações no mercado aberto;
- R\$ 1.054,5 milhões em depósitos a prazo e interfinanceiros;
- R\$ 334,9 milhões em empréstimos obtidos no país;
- R\$ 112,1 milhões em empréstimos obtidos no exterior; e

II Demonstrações Financeiras Segundo os Padrões Internacionais (IFRS)

Informamos a seguir os detalhes das demonstrações financeiras consolidadas do Emissor elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade:

O lucro líquido foi de R\$ 53,1 milhões, correspondente a R\$ 576,89 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 634,58 por lote de mil ações preferenciais, e à rentabilidade anualizada de 3,74% sobre o patrimônio líquido inicial. O retorno anualizado sobre os ativos totais inicial foi de 0,42%. O saldo, ao final do ano, das operações de crédito consolidadas, incluindo adiantamentos sobre contratos de câmbio, avais e fianças, arrendamento mercantil, operações de crédito e adiantamentos a clientes, foi de R\$ 3.243,9 e adiantamentos a instituições financeiras, foi de R\$ 5.329,2 milhões. O saldo consolidado de provisão para créditos de liquidação duvidosa era de R\$ 39,6 milhões enquanto o total de recursos captados e administrados pelo Emissor (consolidado) alcançou R\$ 18.093,9 milhões, a saber:

- R\$ 7.807,1 milhões em títulos emitidos;
- R\$ 6.362,3 milhões em recursos administrados;
- R\$ 2.480,9 milhões em passivos com Instituições Financeiras;
- R\$ 1.364,9 milhões em empréstimos e repasses; e
- R\$ 78,7 milhões em passivos com clientes;

2017

O ano de 2017, embora ainda marcado por incertezas políticas, foi um ano de retomada de atividade econômica e queda da inflação, em meio ao quadro de esforço do governo para seguir com o ajuste fiscal e avançar na sua agenda de reformas, o que permitiu ao Banco Central conduzir com sucesso um ciclo de afrouxamento da política monetária, que trouxe a taxa de juros básica para seu menor valor histórico.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

No Brasil, tendo como pano de fundo a soma das incertezas iniciais relativas ao cenário internacional e as incertezas do cenário político local herdadas de 2016, 2017 começou com expectativa de crescimento baixo, inflação esperada ainda acima da meta, embora declinante, e a perspectiva de que o ciclo de afrouxamento monetário iniciado no quarto trimestre de 2016 pudesse se estender por mais alguns meses, com uma média de projeções pelos agentes de mercado para a redução adicional da taxa básica de juros em 3,5%.

Em meio aos esforços para reforçar as condições de crescimento, a retomada da confiança e equacionar as contas fiscais, o governo buscou no decorrer do ano avançar em uma agenda de medidas e ajustes econômicos de longo prazo, na qual se destacou o esforço para a aprovação de uma reforma previdenciária.

O ano se encerrou com avanços nessa agenda referentes à aprovação da Reforma Trabalhista, na alteração no cálculo da taxa de juros de longo prazo (com a alteração da TJLP para TLP), com avanços nos programas de concessões e privatizações e nas renegociações de dívidas com os estados. A pauta da Reforma da Previdência, chave para o equilíbrio fiscal das contas públicas no médio e longo prazo, entretanto, não conseguiu avançar, comprometida pela volatilidade do quadro político.

Do ponto de vista econômico, entretanto, apesar da instabilidade política e da volatilidade dos mercados, 2017 acabou apresentando desempenho significativamente mais positivo do que inicialmente esperado. O consenso das estimativas do mercado indica um crescimento próximo a 1% no PIB de 2017. A recuperação da atividade econômica, que se iniciou tímida, favorecida pela excepcional safra agrícola, ganhou tração ao longo do ano, com impulso adicional ao consumo vindo da liberação de recursos inativos do FTGS da ordem de R\$ 40 bilhões e da desaceleração significativa da inflação, que também permitiu ao Banco Central avançar mais do que o previsto no corte de juros. A inflação, medida pelo IPCA, encerrou 2017 em 2,95%, abaixo do piso da meta estabelecida pela autoridade monetária, beneficiada pela queda nos preços de alimentos, mas também pela desaceleração significativa nos preços de serviços e de bens industrializados. E mesmo a grande volatilidade apresentada pela taxa de câmbio do decorrer do ano, reflexo do cenário político, teve pouco efeito sobre a inflação, com o real apresentando no ano uma desvalorização acumulada de apenas 1,5%, terminando em BRL 3,3125.

Neste contexto, o Banco Central pôde prosseguir baixando a taxa básica levando a Selic para 7,0% ao final do ano, seu menor nível histórico. Quanto à atividade econômica, vale ainda destacar a evolução do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego tendo recuado para 12% em novembro, patamar ainda alto, mas significativamente mais baixo do pico de 13,7% atingido em março de 2017. No lado fiscal, embora a trajetória de longo prazo das contas fiscais continue preocupante e seriamente dependente das reformas e ajustes a serem feitos nos próximos anos, o governo seguiu comprometido com o cumprimento das metas fiscais, equacionando as despesas e ainda se beneficiando dos efeitos positivos do maior crescimento econômico sobre a arrecadação, o que deve ter levado a um cumprimento com folga da meta de déficit primário de 2017.

Considerando o cenário internacional no início de 2017 - nos Estados Unidos - o começo de uma nova administração adicionava volatilidade e expectativa quanto à implementação de pacotes de incentivo à atividade econômica e alterações nas relações comerciais. Na Europa, a perspectiva de eleições em vários países europeus apontava o risco de vencedores menos alinhados com a manutenção do bloco ou de suas políticas. Na Ásia, a trajetória esperada de crescimento da economia Chinesa embutia dúvidas sobre a velocidade da desaceleração.

O decorrer do ano, entretanto, mostrou evolução bastante positiva nas três regiões, e na atividade econômica global de forma geral. O PIB mundial deve ter encerrado 2017 apresentando crescimento de 3,6%, contra 3,2% em 2016, com o bom desempenho generalizado entre os países.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os Estados Unidos encerraram 2017 com um crescimento próximo a 2,3%, acelerando na margem. A economia americana seguiu em trajetória de expansão, com a taxa de desemprego recuando a níveis equivalentes ao pleno-emprego e, ao fim do ano, o governo conseguiu aprovar um substancial pacote de alívio fiscal, que tende a seguir estimulando a economia nos próximos anos. Na Europa, as preocupações políticas iniciais não se confirmaram na maioria dos países, e o crescimento econômico surpreendeu positivamente, com a atividade forte disseminada entre os países. Na Ásia, o crescimento japonês também surpreendeu positivamente e a China inclusive contrariou as expectativas oficiais de desaceleração, se expandindo 6,9% (6,7% em 2016).

Em paralelo, mesmo com a atividade econômica forte, as pressões inflacionárias seguiram bastante contidas na maior parte das economias, permitindo aos principais Banco Centrais do mundo prosseguirem com a normalização gradual de suas políticas monetárias.

Olhando para a frente, na esteira do maior crescimento ocorrido em 2017, 2018 se inicia no Brasil com a expectativa de uma expansão do PIB da ordem de 2,7%, com a inflação voltando a acelerar, mas ainda abaixo do centro da meta, o que permitiria ao Banco Central prosseguir com algum afrouxamento adicional da política monetária no início do ano. O mercado de trabalho tende a continuar se fortalecendo e o cenário para as contas públicas torna-se um pouco mais desafiante, sob a pressão de maiores gastos e menos fontes de receita em 2018, a despeito da expectativa de continuidade de melhora na arrecadação, decorrente da maior atividade. As chances de avanço nas reformas econômicas tendem a ser menores em 2018, em vista do ano eleitoral, com eleições presidenciais marcadas para o último trimestre. O quadro eleitoral fragmentado tende a ser a principal fonte de volatilidade nos mercados no decorrer do ano, em meio a um cenário internacional que tende a seguir benéfico, com continuidade da expansão da economia global de forma sincronizada, normalização gradual da política monetária e ampla liquidez.

A seguir relacionamos as principais informações financeiras relativas às operações do Emissor:

I Demonstrações Financeiras Segundo os Padrões Contábeis Definidos pelo Banco Central do Brasil

O lucro líquido foi de R\$ 73,6 milhões, correspondente a R\$ 828,10 por lote de mil ações, e à rentabilidade anualizada de 5,43% sobre o patrimônio líquido inicial. O retorno anualizado sobre os ativos totais foi de 0,62%. O saldo, ao final do ano, das operações de crédito consolidadas, incluindo Adiantamentos sobre contratos de câmbio, avais e fianças e arrendamento mercantil, foi de R\$ 5.150,3 milhões e aplicações interfinanceiras de liquidez de R\$ 4.472,5. O saldo consolidado de provisão para créditos de liquidação duvidosa era de R\$ 60,4 milhões, enquanto o total de recursos captados e administrados pelo Emissor (consolidado) alcançou R\$ 17.910,2 milhões, a saber:

- R\$ 6.874,6 milhões em recursos de aceites e emissão de títulos;
- R\$ 6.864,5 milhões em recursos administrados, compreendendo fundos de investimento e carteiras administradas;
- R\$ 1.370,3 milhões em repasses;
- R\$ 1.650,6 milhões em captações no mercado aberto;
- R\$ 857,5 milhões em depósitos a prazo e interfinanceiros;
- R\$ 145,5 milhões em empréstimos obtidos no país;
- R\$ 147,2 milhões em empréstimos obtidos no exterior; e

II Demonstrações Financeiras Segundo os Padrões Internacionais (IFRS)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Informamos a seguir os detalhes das demonstrações financeiras consolidadas do Emissor elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade:

O lucro líquido foi de R\$ 49,7 milhões, correspondente a R\$ 538,12 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 591,93 por lote de mil ações preferenciais, e à rentabilidade anualizada de 3,55% sobre o patrimônio líquido inicial. O retorno anualizado sobre os ativos totais foi de 0,39%. O saldo, ao final do ano, das operações de crédito consolidadas, incluindo adiantamentos sobre contratos de câmbio, avais e fianças, arrendamento mercantil, operações de crédito e adiantamentos a clientes, foi de R\$ 3.759,8 e adiantamentos a instituições financeiras, foi de R\$ 4.478,7 milhões. O saldo consolidado de provisão para créditos de liquidação duvidosa era de R\$ 46,3 milhões enquanto o total de recursos captados e administrados pelo Emissor (consolidado) alcançou R\$ 17.910,2 milhões, a saber:

- R\$ 6.874,6 milhões em títulos emitidos;
- R\$ 6.864,5 milhões em recursos administrados;
- R\$ 2.434,6 milhões em passivos com Instituições Financeiras;
- R\$ 1.663,0 milhões em empréstimos e repasses; e
- R\$ 73,5 milhões em passivos com clientes;

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM 31.12.2019
PREPARADAS DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE – IFRS
(valores expressos em milhares de R\$)

ATIVOS	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e disponibilidades em bancos	5.861	5.960
Instrumentos financeiros derivativos	31.285	19.271
Operações de crédito e adiantamento a instituições financeiras	5.203.168	5.329.158
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	3.546.413	3.204.314
Títulos para investimento	3.020.246	4.560.109
Ativos tangíveis	6.018	6.412
Ativos intangíveis	1.270	1.404
Ativos tributários diferidos	87.416	90.457
Ativos recebidos em dação por recuperação de crédito	8.653	1.183
Outros ativos	132.184	110.910
Total dos ativos	12.042.514	13.329.178
OBRIGAÇÕES		
Passivos com instituições financeiras	1.326.329	2.480.881
Passivos com clientes	1.016.543	78.695
Instrumentos financeiros derivativos	6.166	4.180
Títulos emitidos	6.803.606	7.807.192
Empréstimos e repasses	1.265.985	1.364.862
Obrigações fiscais	25.745	24.380
Passivos contingentes e obrigações legais	30.172	25.498
Outros passivos	63.822	86.435
Total das obrigações	10.538.368	11.872.123
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	697.200	679.000
Reservas de capital	12.264	12.264
Reservas de lucros	779.131	749.696
Outros resultados abrangentes	-	1.995
Ações em tesouraria	(277)	-
Lucros acumulados	15.775	14.046
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	1.504.093	1.457.001
Participações de acionistas não controladores	53	54
Participações Minoritárias	-	-
Total do patrimônio líquido	1.504.146	1.457.055
Total das obrigações e patrimônio líquido	12.042.514	13.329.178

Dada a sua natureza de instituição financeira, as principais fontes de captação do Emissor são:

- Depósitos a prazo (CDB);
- Emissão de Títulos (Letras Financeiras e Letras de Arrendamento Mercantil);
- Depósitos Interfinanceiros;
- Operações compromissadas;
- Repasses de recursos do BNDES;
- Operações de câmbio;

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- Empréstimos no exterior nos termos da Res. nº 2770.
- Operações por cessão de ativos financeiros.

Todas as dívidas do Emissor estão sujeitas ao mesmo grau de subordinação.

Não existem restrições impostas ao Emissor em relação à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, à alienação de controle societário, ao limite de endividamento ou à emissão de novos valores mobiliários que não as previstas em determinações legais e regulamentares dos órgãos reguladores.

As explicações sobre as alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras do Emissor foram prestadas nos comentários acima relativos aos anos de 2019, 2018 e 2017.

b) Estrutura de Capital

Data	Capital Social
31.12.2017	R\$ 653.000.000,00
31.12.2018	R\$679.000.000,00
31.12.2019	R\$697.200.000,00

O Capital Social do Emissor é dividido em 88.600.584 (oitenta e oito milhões, seiscentas mil e quinhentas e quarenta e oito) ações escriturais, sem valor nominal, das quais 53.482.129 (cinquenta e três milhões, quatrocentas e oitenta e duas mil e cento e vinte e nove) ordinárias e 35.118.455 (trinta e cinco milhões, cento e dezoito mil e quatrocentas e quarenta e cinquenta e cinco) preferenciais, inconversíveis em ordinárias.

R\$ mil (BRGAAP)

Descrição	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2017	
	R\$	% do capital total	R\$	% do capital total	R\$	% do capital total
Patrimônio Líquido	1.488.318	12,5%	1.443.123	11,3%	1.405.468	11,6%
Capital de Terceiros	10.390.167	87,5%	11.378.872	88,7%	10.674.653	88,4%
Total	11.878.485	100,0%	12.821.995	100,0%	12.080.121	100,0%

O Emissor vem mantendo, nos últimos 3 exercícios, nível de capital próprio acima de 11% do passivo total, considerado pela Administração um nível adequado e conservador, tendo em vista incluir operações de Tesouraria praticadas pelo Emissor para as demais instituições do Conglomerado Financeiro Alfa. Além disso, a proporção de capital próprio das instituições é regulamentada e monitorada pelo Banco Central do Brasil e, na aplicação das normas vigentes dessa Autarquia, fica evidenciada a boa capacidade de solvência do Emissor.

Não há previsão de resgate de ações de emissão do Emissor.

c) Capacidade de Pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O Emissor tem mantido, nos exercícios sociais de 2017, 2018 e 2019, liquidez suficiente para pagamento de todas as suas obrigações financeiras. Os controles e estratégias de liquidez são decididos pelo Comitê de Caixa que se reúne diariamente, com o objetivo de avaliar os ativos que compõem sua carteira, o fluxo de caixa diário e projetado, de modo a garantir a liquidez necessária para honrar saques, vencimentos e renovações de operações financeiras, concessões de empréstimos e outras formas de crédito, fluxo de caixa de despesas, antecipação de passivos, atrasos nas carteiras e necessidades próprias de capital de giro. Adicionalmente, o Emissor concentra

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

sua carteira em ativos de alta qualidade e de grande liquidez, cujas posições são monitoradas e casadas da melhor maneira possível quanto a moedas e prazos.

Os quadros apresentados a seguir demonstram a análise de sensibilidade das exposições a risco de mercado relevantes do Emissor. Destacamos que, além de ferramentas de sensibilidade, o Conglomerado Financeiro Alfa vale-se de outras métricas complementares para a efetiva análise diária e administração do risco de mercado.

BANCO ALFA DE INVESTIMENTO¹

Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ mil

Fatores de riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação das taxas de juros prefixadas em reais	(1.572)	(787)	(1.840)

Em 31 de dezembro de 2018 - R\$ mil

Fatores de riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação das taxas de juros prefixadas em reais	(16.877)	(17.287)	(34.413)

Em 31 de dezembro de 2017 - R\$ mil

Fatores de riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação das taxas de juros prefixadas em reais	(13.130)	(24.030)	(46.784)

1 – Estão computadas as participações de 99,98% e 100% que o Emissor possui na Alfa Arrendamento Mercantil e na Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários, respectivamente.

As premissas para as análises de sensibilidade apresentadas acima partem da consideração de que os impactos afetariam negativamente as posições do Emissor, caso venham a ocorrer.

Cenário 1: este é o cenário provável para os fatores de risco, utilizando como insumos para seu cálculo, as informações prestadas pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, através de seus cenários de estresse. Esse é o cenário de estresse utilizado diariamente pelo Conglomerado Financeiro Alfa.

Cenário 2: este cenário vale-se de uma deterioração de 25% sobre os vértices de cada curva ou preços de mercado (nas respectivas datas-bases) como fator de sensibilidade aplicada em seu respectivo fator de risco – *parallel shift*.

Cenário 3: este cenário vale-se de uma deterioração de 50% sobre os vértices de cada curva ou preços de mercado (nas respectivas datas-bases) como fator de sensibilidade aplicada em seu respectivo fator de risco – *parallel shift*.

Risco de Liquidez

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de liquidez, aos quais o Conglomerado Financeiro Alfa está sujeito, e consequente adoção de medidas preventivas, além de reportar e documentar os eventos, testar os sistemas de controle, definir o contingenciamento das atividades e as estruturas de gerenciamento, e divulgar os resultados para a Administração.

A política para gestão do risco de liquidez e o nível mínimo de caixa desejado para o Conglomerado Financeiro Alfa são definidos nas reuniões do CGRM (Comitê de Gestão de Risco de Mercado), e são reavaliados periodicamente.

As premissas utilizadas nas projeções seguem as recomendações definidas na Resolução nº 4.557 do Banco Central do Brasil, de 23 de fevereiro de 2017, tendo como principais objetivos de monitoramento:

- a avaliação dos fluxos de caixa em condições normais de mercado, levando-se em conta principalmente as captações livres para resgate, as com carência, as aplicações com liquidez, os fluxos de repagamentos dos empréstimos, e as perspectivas de inadimplência;
- a simulação de cenários em situação de estresse de liquidez, de forma a dimensionar a intensidade e a velocidade da deterioração dos níveis de liquidez e geração de caixa.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Principais Fontes de Captação (R\$ mil)

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por operações compromissadas	1.127.155	1.505.056	1.650.561
Depósitos interfinanceiros	199.174	975.825	783.992
Depósitos a prazo	1.016.543	78.695	73.489
Títulos Emitidos	6.803.606	7.807.192	6.874.640
Empréstimos e repasses	1.260.128	1.360.395	1.663.046
Total Captado	10.406.606	11.727.163	11.045.728

O nível de liquidez mínima do Emissor é monitorado constantemente, a fim de garantir a liquidez necessária para honrar suas obrigações de curto e longo prazos, sendo este nível determinado e revisado periodicamente pelo Comitê de Caixa.

A Tesouraria estabelece as taxas dos produtos do Emissor, operações interfinanceiras e de câmbio, dando suporte aos segmentos comerciais, administrando a liquidez, respeitando as regras e objetivos de investimentos e de acordo com a política de administração de ativos e passivos. Qualquer escassez de liquidez de financiamento pode ser coberta pela Tesouraria através de captação no mercado interbancário, investindo os excedentes em instrumentos líquidos de alta qualidade, concentrado em títulos públicos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez.

2019

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Como fonte alternativa de captação, o Emissor tem a opção da venda de parte de sua carteira de ativos a outras Instituições Financeiras, com limites e condições previamente negociados, bem como a utilização desta carteira para garantir a emissão de títulos junto ao Fundo Garantidor de Crédito e/ou outras Instituições.

2018

Como fonte alternativa de captação, O Emissor tem a opção da venda de parte de sua carteira de ativos a outras Instituições Financeiras, com limites e condições previamente negociados, bem como a utilização desta carteira para garantir a emissão de títulos junto ao Fundo Garantidor de Crédito e/ou outras Instituições.

2017

Como fonte alternativa de captação, O Emissor tem a opção da venda de parte de sua carteira de ativos a outras Instituições Financeiras, com limites e condições previamente negociados, bem como a utilização desta carteira para garantir a emissão de títulos junto ao Fundo Garantidor de Crédito e/ou outras Instituições.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

As principais fontes de financiamento do Emissor são a captação de depósitos a prazo e interfinanceiros, Operações Compromissadas, Repasses do BNDES e de Instituições Financeiras.

i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Títulos Emitidos	6.803.606	7.807.192	6.874.640
Empréstimos e repasses	1.260.128	1.360.395	1.663.046
Obrigações por operações compromissadas	1.127.155	1.505.056	1.650.561
Depósitos interfinanceiros	199.174	975.825	783.992
Depósitos a prazo	1.016.543	78.695	73.489
Total Captado	10.406.606	11.727.163	11.045.728

ii Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Assim como as instituições financeiras se utilizam do depósito a prazo com clientes, também se financiam entre si através de Depósitos Interfinanceiros (DI). Neste caso, o Emissor possui diversas linhas de longo prazo com outras instituições financeiras de primeira linha.

iii Grau de subordinação de dívidas

O Emissor não tem dívidas subordinadas.

iv Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

O Emissor não tem qualquer restrição quanto a endividamento, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de valores imobiliários ou alienação de controle societário, excetuadas as decorrentes de lei ou regulamentação.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

O Emissor possui diversas linhas com instituições financeiras de primeira linha que lhe permitem a captação de recursos com prazos e custos adequados às suas operações, sejam recursos em reais ou em moeda estrangeira.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Além disso, seus limites com o BNDES lhe permitem ampliar substancialmente a carteira de crédito constituída com repasses de recursos daquela instituição.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comentamos abaixo as variações mais expressivas relativas às nossas contas patrimoniais:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**BALANÇOS PATRIMONIAIS (R\$ mil) (BRGAAP)**

R\$MIL	2019	2018	2017	Análise Vertical %	Análise Horizontal %	
				2019	2019 x 2018	
					R\$	%
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	10.953.927	11.911.935	11.205.902	92,1	(958.008)	(8,0)
Disponibilidades	2.303	2.834	2.694	0,0	(531)	(18,7)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.742.929	4.365.437	3.646.696	39,9	377.492	8,6
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.816.127	4.361.678	3.988.653	23,7	(1.545.551)	(35,4)
Relações Interfinanceiras	260.335	101.425	6.169	2,2	158.910	156,7
Operações de Crédito	2.057.708	2.132.886	2.769.385	17,3	(75.178)	(3,5)
Provisão Para Devedores Duvidosos	(48.902)	(44.531)	(49.463)	(0,4)	(4.371)	9,8
Outros Créditos, Valores e Bens	1.123.427	992.206	841.768	9,5	131.221	13,2
Ativo Permanente	933.406	917.393	884.068	7,9	16.013	1,7
Investimentos	926.741	910.366	877.542	7,8	16.375	1,8
Imobilizados de Uso	5.636	5.994	5.217	0,0	(358)	(6,0)
Intangível	1.029	1.033	1.309	0,0	(4)	(0,4)
Total	11.887.333	12.829.328	12.089.970	100,0	(941.995)	(7,3)

R\$MIL	2019	2018	2017	Análise Vertical %	Análise Horizontal %	
				2019	2019 x 2018	
					R\$	%
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	10.390.167	11.378.872	10.674.653	87,4	(988.705)	(8,7)
Depósitos	1.865.179	1.911.258	1.753.790	15,7	(46.079)	(2,4)
Captações no Mercado Aberto	1.127.155	1.505.056	1.650.561	9,5	(377.901)	(25,1)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.040.116	6.486.664	5.463.831	50,8	(446.548)	(6,9)
Relações Interdependências	12.527	40.380	21.012	0,1	(27.853)	(69,0)
Obrigações por Empréstimos	442.748	446.989	292.673	3,7	(4.241)	(0,9)
Obrigações p/Repasses	817.380	913.406	1.370.373	6,9	(96.026)	(10,5)
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.055	4.180	53.410	0,1	1.875	44,9
Outras Obrigações	79.007	70.939	69.003	0,7	8.068	11,4
Resultados de Exercícios Futuros	8.848	7.333	9.849	0,1	1.515	20,7
Patrimônio Líquido	1.488.318	1.443.123	1.405.468	12,5	45.195	3,1
Total	11.887.333	12.829.328	12.089.970	100,0	(941.995)	(7,3)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**2019 x 2018**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Variação	Nota
Ativo:				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.742.929	4.365.437	377.492	(a)
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.816.127	4.361.678	(1.545.551)	(b)
Passivo:				
Captações no Mercado Aberto	1.127.155	1.505.056	(377.901)	(c)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.040.116	6.486.664	(446.548)	(d)

- a) As aplicações financeiras de liquidez em 31/12/2019 estavam representadas por R\$556.999 mil em operações compromissadas (R\$682.987 mil em 31/12/2018), aplicações em depósitos interfinanceiros R\$4.178.112 mil (R\$3.652.386 mil em 31/12/2018) e aplicações em moedas estrangeiras R\$7.819 mil (R\$30.064 mil em 31/12/2018). O montante total do aumento de R\$377.492 mil ocorre principalmente devido: i) aumento de R\$525.726 mil nas aplicações em depósitos interfinanceiros; e ii) redução de R\$125.988 mil nas operações compromissadas. O montante total nas aplicações interfinanceiras de liquidez reforça a estratégia da Administração em manter o volume financeiro para necessidades de fluxo de caixa considerando aspectos importantes como i) liquidez imediata, promovendo operações com prazos igual ou inferior a 30 dias, e ii) garantia de liquidez, promovendo operações com instituições consideradas de primeira linha.
- b) Os títulos e valores mobiliários em 31/12/2019 estavam representados principalmente por R\$1.491.685 mil em letras do tesouro nacional (R\$2.649.330 mil em 31/12/2018), R\$764.970 mil em letras financeiras do tesouro (R\$866.509 mil em 31/12/2018), R\$19.316 mil em notas promissórias (R\$283.658 mil em 31/12/2018), R\$291.847 mil em debêntures (R\$184.790 mil em 31/12/2018) e R\$222.773 mil em cédula do produto rural (R\$274.210 mil em 31/12/2018). O montante total da redução de R\$1.545.551 mil ocorre principalmente devido: i) redução de R\$1.157.645 mil em letras do tesouro nacional; ii) redução de R\$101.539 mil de letras financeiras do tesouro; iii) redução de R\$264.342 mil de nota promissória; iv) aumento de R\$107.057 de debêntures; e v) redução de R\$ 51.473 em cédula do produto rural.
- c) As captações no mercado aberto estavam representadas em 31/12/2019 por R\$1.036.072 mil em operações compromissadas em LTN's (R\$179.999 mil em 31/12/2018), R\$ 91.083 mil em operações compromissadas debêntures (R\$807.394 mil em operações compromissadas em LFT's e R\$517.622 mil em operações compromissadas em NTN's em 31/12/2018). A redução decorre basicamente: i) redução em LTF's em R\$807.394 mil; ii) aumento de R\$856.072 mil em LTN's; iii) redução de R\$517.662 mil em NTN's; e iv) aumento em R\$91.083 mil em debêntures.
- d) Os recursos de aceites e emissão de títulos estavam representados em 31/12/2019 por R\$5.533.137 de letras financeiras (R\$5.813.683 em 31/12/2018), R\$469.908 de letras de crédito do agronegócio (R\$672.981 em 31/12/2018) e R\$37.071 de letras de crédito imobiliário. A redução de R\$446.548 decorre basicamente: i) redução de R\$280.546 nas letras financeiras; ii) redução de R\$203.073 nas letras de crédito do agronegócio; e iii) aumento de R\$37.071 nas letras de crédito imobiliário.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**2018 x 2017**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Variação	Nota
Ativo:				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.365.437	3.646.696	718.741	(a)
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	4.361.678	3.988.653	373.025	(b)
Operações de Crédito	2.132.886	2.769.385	(636.499)	(c)
Passivo:				
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.486.664	5.463.831	1.022.833	(d)
Obrigações p/Repases	913.406	1.370.373	(456.967)	(e)

- a) As aplicações financeiras de liquidez em 31/12/2018 estavam representadas por R\$682.987 mil em operações compromissadas (R\$297.456 mil em 31/12/2017), aplicações em depósitos interfinanceiros R\$3.652.386 mil (R\$3.309.353 mil em 31/12/2017) e aplicações em moedas estrangeiras R\$30.064 mil (R\$39.887 mil em 31/12/2017). O montante total do aumento de R\$718.741 mil ocorre principalmente devido: i) aumento de R\$343.033 mil nas aplicações em depósitos interfinanceiros; e ii) aumento de R\$385.531 mil nas operações compromissadas. O montante total nas aplicações interfinanceiras de liquidez reforça a estratégia da Administração em manter o volume financeiro para necessidades de fluxo de caixa considerando aspectos importantes como i) liquidez imediata, promovendo operações com prazos igual ou inferior a 30 dias, e ii) garantia de liquidez, promovendo operações com instituições consideradas de primeira linha.
- b) Os títulos e valores mobiliários em 31/12/2018 estavam representados principalmente por R\$2.649.330 mil em letras financeiras do tesouro (R\$2.290.057 mil em 31/12/2017), R\$866.509 mil em letras do tesouro nacional (R\$1.269.479 mil em 31/12/2017), R\$283.658 mil em notas promissórias (R\$153.274 mil em 31/12/2017) e R\$184.790 mil em debêntures (R\$ zero em 31/12/2017). O montante total do aumento de R\$373.025 mil ocorre principalmente devido: i) aumento de R\$130.384 mil em Notas Promissórias; e ii) aumento de R\$184.790 mil de debêntures.
- c) A redução de R\$636.499 mil ocorre principalmente devido a variação negativa da carteira de repasses no montante total de R\$526.861 mil, sendo que a carteira relacionada ao BNDES apresentou redução de R\$362.622 mil e a carteira relacionada ao FINAME apresentou redução de R\$164.239 mil.
- d) O aumento de R\$1.022.833 mil ocorre devido: i) captações em letra de crédito do agronegócio (aumento de R\$251.832 mil) e; ii) captações em letras financeiras (aumento de R\$771.002 mil).
- e) As obrigações por repasses em 31/12/2018 estavam representados por R\$446.343 mil em repasses ao BNDES (R\$815.520 mil em 31/12/2017), R\$385.558 mil em repasses ao FINAME (R\$548.740 mil em 31/12/2017) e R\$85.505 mil em repasses ao exterior (R\$6.113 mil em 31/12/2017). O total da redução de R\$456.967 mil ocorre principalmente devido: i) redução de R\$369.177 mil em repasses ao BNDES; e ii) redução de R\$163.182 mil em repasses FINAME.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**2017 x 2016**

Principais variações ocorridas em 2017, extraídas da tabela acima:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Variação	Nota
Ativo:				
<u>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</u>	3.646.696	3.501.919	144.777	(a)
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	3.988.653	4.282.232	(294.579)	(b)
Operações de Crédito	2.769.385	2.650.269	119.116	(c)
Passivo:				
Depósitos	1.753.790	1.989.366	(235.576)	(d)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	5.463.831	4.702.171	761.660	(e)

- a)** As aplicações financeiras de liquidez em 31/12/2017 estavam representadas por R\$297.456 mil em operações compromissadas (R\$ 635.103 mil em 31/12/2016), aplicações em depósitos interfinanceiros R\$3.309.353 mil (R\$2.798.387 mil em 31/12/2016) e aplicações em moedas estrangeiras R\$39.887 mil (R\$68.429 mil em 31/12/2016). O montante total do aumento de R\$144.777 mil ocorre principalmente: i) aumento de R\$510.966 mil nas aplicações em depósitos interfinanceiros; e ii) redução de R\$337.647 mil nas operações compromissadas. O montante total nas aplicações interfinanceiras de liquidez reforça a estratégia da Administração em manter o volume financeiro para necessidades de fluxo de caixa considerando aspectos importantes como i) liquidez imediata, promovendo operações com prazos igual ou inferior a 30 dias, e ii) garantia de liquidez, promovendo operações com instituições consideradas de primeira linha.
- b)** As principais variações no grupo de títulos e valores mobiliários estão na redução dos títulos do tesouro nacional no montante de R\$534.648 mil;
- c)** As principais variações no grupo de carteira de crédito estão: i) aumento dos produtos capital de giro em R\$374.264 mil; ii) redução do produto repasses BNDES e FINAME no montante de R\$373.293 mil; iii) aumento do produto vendedor em R\$139.192 mil;
- d)** Representado principalmente pela redução de R\$238.203 mil em depósitos interfinanceiros;
- e)** O aumento no grupo recursos de aceites e emissão de títulos ocorreu principalmente nas letras financeiras em R\$547.937 mil e letras de crédito do agronegócio em R\$213.723 mil.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

a) Resultado operacional e financeiro

Para melhor compreensão dos lucros apresentados nos Demonstrativos de Resultado do Emissor nos exercícios findos em 31.012.2019, 31.12.2018 e 31.12.2017, apresentamos os principais itens de receita e despesa e comentamos os eventos mais significativos que impactaram os resultados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEGUNDO OS PADRÕES BRASILEIROS

O quadro a seguir mostra os valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas do Emissor elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM R\$ MIL			
DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	2019	2018	2017
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	179.178	108.637	181.213
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Receitas de Prestação de Serviços	48.816	52.952	41.689
Rendas de Tarifas Bancárias	1.764	1.289	988
Despesas de Pessoal	(84.013)	(75.526)	(68.361)
Outras Despesas Administrativas	(46.890)	(44.694)	(46.527)
Despesas Tributárias	(19.794)	(18.166)	(13.652)
Resultado de Participações em Controladas	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	82.157	71.437	91.962
Outras Despesas Operacionais	(60.703)	(12.102)	(123.810)
RESULTADO OPERACIONAL	100.515	83.827	63.502
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	100.515	83.827	63.502
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(28.955)	(23.193)	14.056
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	-	(2)	(2)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(4.408)	(4.596)	(4.005)
LUCRO LÍQUIDO	67.152	56.036	73.551

2019 X 2018

O Emissor apresentou um lucro líquido R\$ 67.152 em 2019, o que representa um aumento de 19,84% em relação ao ano anterior.

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira foi maior em R\$70.541 mil em 2019 quando comparado ao exercício anterior, com destaque para: i) aumento de R\$10.518 nas rendas com operações de crédito; ii) aumento R\$37.686 mil nas rendas com TVM; e iii) redução nas despesas com captação em R\$5.699. Em 2019 houve a recuperação de créditos no montante de R\$32 milhões.

2018 X 2017

O Emissor apresentou um lucro líquido R\$ 56.036 em 2018, o que representa uma redução de 23,81% em relação ao ano anterior.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira foi menor em R\$72.576 mil em 2018 quando comparado ao exercício anterior. O quadro abaixo traz detalhes das variações ocorridas nas receitas e despesas da intermediação financeira

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação 2018 x 2017	
			R\$	%
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	898.192	1.124.098	(225.906)	-20,10%
Operações de Crédito	211.188	275.734	(64.546)	-23,41%
Operações de Arrendamento Mercantil	39.347	42.404	(3.057)	-7,21%
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	604.194	817.370	(213.176)	-26,08%
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	8.726	(27.570)	36.296	-131,65%
Resultado de Operações de Câmbio	34.737	16.160	18.577	114,96%
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(789.555)	(942.885)	153.330	-16,26%
Operações de Captação no Mercado	(637.238)	(810.927)	173.689	-21,42%
Operações de Empréstimos e Repasses	(126.298)	(136.041)	9.743	-7,16%
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	(726)	726	-100,00%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(26.019)	4.809	(30.828)	-641,05%
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	108.637	181.213	(72.576)	-40,05%

2017 x 2016

O Emissor apresentou um lucro líquido R\$ 73.551 em 2017, o que representa uma redução de 12,4% em relação ao ano anterior. A principal variação está relacionada basicamente com a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”) do Emissor e suas controladas, para algumas ações tributárias. Embora a adesão ao referido programa tenha proporcionado benefícios econômicos pela significativa redução de juros e isenção de multas, os pagamentos realizados em razão dessa adesão fizeram com que o volume de despesas operacionais apresentasse um aumento em 2017 comparado a 2016.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA NO PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL

A seguir, em complemento às informações acima, apresentamos um quadro com os resultados de 2019, 2018 e 2017 apurados de acordo com as Normas e Interpretações adotadas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Descrição	Consolidado IFRS - R\$ mil		
	Exercício 2019	Exercício 2018	Exercício 2017
Margem financeira	231.876	144.672	224.457
Resultado líquido de serviços e comissões	44.308	48.338	36.711
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(49.316)	13.046	(27.570)
Resultado de variação cambial	(5.134)	(6.938)	3.826
Outras receitas	42.638	48.631	75.675
Resultado operacional	264.372	247.749	313.099
Resultado de perdas com ajuste a valor de recuperação de ativos financeiros	41.357	(22.439)	(20.811)
Despesas de pessoal	(87.489)	(79.237)	(71.673)
Gastos gerais administrativos	(79.847)	(53.524)	(56.936)
Outras despesas	(39.409)	(17.792)	(118.922)
Resultado antes dos impostos	98.984	74.757	44.757
Imposto sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	(30.103)	(21.616)	4.928
Resultado líquido do exercício	68.881	53.141	49.685

A diferença apresentada para o lucro líquido entre o valor apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (quadro anterior) e aquele apurado de acordo com as práticas internacionais (quadro acima) é de R\$ 1.729 mil (IFRS R\$ 68.881 mil para BRGAAP R\$ 67.152 mil). Os principais efeitos provenientes das diferenças de práticas contábeis estão abaixo elencados:

DESCRIÇÃO	R\$ mil
Resultado em BRGAAP	67.152
Classificação de ativos financeiros entre categorias	(262)
Provisão para devedores duvidosos e garantias prestadas / ajuste a valor de recuperação de ativos financeiros	6.324
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste IFRS	(2.560)
Outros efeitos provenientes das diferenças de prática contábil	(1.773)
(=) Resultado líquido em IFRS	68.881

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

O Emissor não teve variações relevantes em suas receitas decorrentes de modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

O Emissor tampouco teve variações significativas em suas receitas decorrentes da introdução de novos produtos e serviços ou de alteração de volumes.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Variações no resultado operacional e no resultado financeiro podem ocorrer por flutuações nas taxas de mercado dos ativos e passivos financeiros do Emissor. Para que estas flutuações não gerem impactos significativos para o Emissor, limites de exposições, volatilidades (VaR) e *durations* foram estabelecidos e são controlados

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

diariamente sob diversos cenários de mercado. Os limites são estabelecidos por um comitê (Comitê de Gestão de Risco de Mercado) que os avalia periodicamente vis-à-vis as condições econômicas do país e do exterior.

Vale destacar, também, que o Emissor se vale da utilização de instrumentos derivativos com o intuito da realização de “*hedges*”, para que sejam mitigados impactos adversos nas suas posições financeiras.

Assim, em virtude dos controles aplicados e explicados acima, não foram observados impactos significantes no resultado operacional e financeiro do Emissor.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

Não existem eventos ou operações relevantes não usuais a serem comentados e/ou que causaram ou poderão causar impactos nas demonstrações financeiras do Emissor e em seus resultados.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis para os anos de 2017, 2018 e 2019.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável em função da inexistência de alterações, conforme item anterior.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Inexistem ressalvas ou ênfases nos pareceres do auditor para os anos de 2017, 2018 e 2019.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Para elaboração das demonstrações financeiras do Emissor, a Administração adota políticas contábeis julgadas adequadas, dentre as quais algumas envolvem alto grau de julgamento, fundamentado em análises, estimativas e experiência das pessoas envolvidas. Embora a Administração tenha como meta refletir nas demonstrações financeiras os números mais fidedignos, é possível que outros, considerando as mesmas informações, cheguem a conclusões diferentes.

Resumimos a seguir os procedimentos adotados nas políticas contábeis consideradas críticas.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Esses ativos financeiros são classificados, conforme determina a Circular BACEN nº 3.068/2001, em três categorias, a saber:

- Títulos para negociação – são ativos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São apresentados no balanço pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos adquiridos com a intenção de sua manutenção até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do resultado do exercício;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos que não se enquadram nem na categoria de negociação nem na categoria de mantidos até o vencimento. São apresentados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

A classificação desses ativos financeiros se dá no momento da sua aquisição, conforme a intenção da Administração. Modificações na classificação original destes ativos financeiros são eventos raros e têm potencial de causar impactos significativos nos resultados do Emissor. Qualquer modificação desta natureza envolve um grau de julgamento e é precedida de um conjunto de análises considerando-se sempre os limites e requisitos das normas contábeis aplicáveis (Circular BACEN nº 3.068/2001).

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Administração do Emissor utiliza instrumentos financeiros derivativos apenas com a intenção de proteção (“hedge”), ou seja, para eliminar ou minimizar os riscos resultantes principalmente de variações em taxas de juros. Também podem, excepcionalmente, ser executadas operações para geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para o Emissor e com a autorização da Diretoria de Tesouraria.

Essas operações são contabilizadas pelo seu valor justo em contrapartida de resultado do exercício. Os ativos e passivos relacionados, objeto de hedge de valor de mercado, quando se qualificam para a “contabilidade de hedge”, tal como definem as normas de contabilidade (Circular BACEN nº 3.082/2002), são apresentados nas demonstrações financeiras pelo valor justo em contrapartida ao resultado do exercício.

PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para devedores duvidosos é constituída observando-se as normas do Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN nº 2.682/99) e do Banco Central do Brasil (Carta Circular BACEN nº 2.899/2000) e é apurada em valor considerado suficiente para cobrir prováveis perdas com inadimplência que possam ocorrer nas

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamento sobre contrato de câmbio e outras operações que apresentem riscos de crédito.

As análises do Emissor para determinar o valor da provisão envolvem critérios diferentes entre operações consideradas significativas e operações de varejo. Para as primeiras, as análises são individuais e para as operações de varejo são analisadas as carteiras e leva-se em consideração o tipo de operação, as garantias e os atrasos nos recebimentos desses ativos.

Baseados nessas avaliações, essas operações são classificadas em “ratings” (níveis de risco) e, de acordo com esses ratings, percentuais são aplicados para se atingir o volume de provisão necessário, conforme determina o CMN e o BACEN. O valor apurado, embora a Administração o considere adequado e suficiente para cobrir prováveis perdas de créditos, leva em conta um alto grau de julgamento. Alterações nesse processo ou no julgamento utilizado podem alterar o valor da provisão com consequente impacto no resultado do exercício.

VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS – IMPAIRMENT

No mínimo anualmente, a Administração revisa seus ativos para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável – *impairment*, que é reconhecida no resultado do exercício se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

IMPOSTOS SOBRE O LUCRO

Os impostos sobre o lucro compreendem impostos correntes e impostos diferidos. Os mesmos sempre são reconhecidos contra o resultado do exercício.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor utilizando-se as alíquotas correspondentes também em vigor.

Os impostos diferidos são apurados com base nas diferenças temporais entre os valores contábeis dos ativos e passivos e sua base fiscal, utilizando-se as alíquotas em vigor na data do balanço. O valor dos impostos diferidos registrado no balanço leva em conta que o mesmo será recuperado com lucros que a organização irá gerar no futuro. Para confirmar a capacidade de geração de resultados futuros suficientes para a realização dos impostos diferidos, a Administração se baseia em estudos técnicos preparados em conformidade com os requisitos da Resolução CMN nº 3.059/2002, em que são utilizados em grande escala critérios subjetivos de avaliação. O percentual de realização dos impostos diferidos ano a ano é apresentado em nota explicativa às demonstrações financeiras.

PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES

Esses passivos contingentes envolvem, principalmente, riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Para se constituir provisões julgadas adequadas, a Administração se utiliza de opiniões dos assessores jurídicos, análise da natureza das ações e posicionamento dos Tribunais. Conforme determina a Resolução CMN nº 3.823/2009, que aprovou o Pronunciamento técnico do CPC nº 25, sempre que a probabilidade de perda for avaliada como provável, que representa uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os montantes forem mensuráveis com razoável segurança, uma provisão é constituída. Os passivos contingentes

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

considerados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, mas divulgados em nota explicativa às demonstrações financeiras.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

Todos os ativos e passivos detidos pelo Emissor estão evidenciados nas suas demonstrações financeiras, não havendo, portanto, itens relevantes não evidenciados.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

Uma vez que todos os ativos e passivos detidos pelo Emissor estão evidenciados em suas demonstrações financeiras, não há comentários a serem efetuados.

10.8 - Plano de Negócios

O Conglomerado Financeiro Alfa tem como objetivo a expansão de sua atuação nos mercados nos quais está presente, quais sejam, operações de crédito com grandes empresas, financiamento de automóveis, crédito consignado, crédito pessoal, gestão de recursos e Private Bank.

A administração das atividades do Conglomerado Financeiro Alfa é centralizada e compartilha os mesmos sistemas de controle. A Diretoria do Conglomerado Financeiro reconhece a importância da tecnologia para o crescimento das operações e dos novos negócios, e que os investimentos necessários devem ser realizados a tempo, de forma eficaz e compatível com o volume de negócios e receitas das Instituições.

Os investimentos em tecnologia vêm sendo realizados de forma a atender as necessidades do Conglomerado Financeiro Alfa, alinhado com o crescimento das operações e com a modernização da infraestrutura e arquitetura para atender os novos negócios. Com objetivo principal de mitigar riscos, bem como garantir a continuidade dos negócios, o foco dos investimentos é em segurança da informação e a modernização dos sistemas e aplicativos, a fim de aumentar as operações de forma segura e eficiente, e como ações constantes, a atualização do parque de computadores e da rede de telecomunicações para garantir a alta disponibilidade da operação e aprimoramento de toda plataforma tecnológica.

O quadro abaixo demonstra o total investido em tecnologia nos últimos três anos e a previsão de investimentos para 2020, incluindo infraestrutura de TI, como equipamentos, softwares e telecomunicações, e desenvolvimento de sistemas internos assim como as contratações de soluções sistêmicas de terceiros para atender o mercado financeiro. A previsão de investimentos para 2020 está alinhada com a estratégia do Conglomerado e contempla atualizações e implantações de melhorias nos sistemas que atendem segmentos/produtos de maior relevância, visando garantir eficiência, agilidade e baixo custo. Os investimentos contemplam a atualização tecnológica dos sistemas aplicativos e das plataformas digitais, a adequação dos sites institucionais e criação de novos produtos digitais visando acompanhar a modernização do mercado e facilitar o acesso de nossos clientes. Vale ressaltar que estão incluídos nesta previsão, os investimentos em novas tecnologias para a área de segurança da informação e a modernização dos sistemas para suportar o Open Banking e o Pagamento Instantâneo.

Investimentos (R\$ mil)	Previsão 2020	2019	2018	2017
Infraestrutura de TI	5.695	7.231	4.238	6.253
Sistemas	24.125	18.760	16.024	14.954
Total	29.820	25.991	20.262	21.207

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

O Emissor registrou todos os comentários relevantes sobre o desempenho operacional nos itens anteriormente descritos.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

O Emissor não divulgou projeções ou premissas nos anos 2017, 2018 e 2019.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

O Emissor não divulgou projeções nos anos 2017, 2018 e 2019.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

a) Atribuições de cada órgão e comitê

i) ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- a. fixar a orientação geral dos negócios do Emissor;
- b. eleger e destituir os Diretores;
- c. fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do Emissor; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e quaisquer outros atos;
- d. manifestar se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- e. escolher e destituir os auditores independentes;
- f. autorizar a Diretoria a estabelecer ou encerrar agências em todo o país, ou no exterior;
- g. emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembleia Geral;
- h. deliberar sobre a distribuição das participações atribuídas aos seus membros e aos membros da Diretoria pela Assembleia Geral;
- i. autorizar a aquisição de ações de emissão própria, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação;
- j. resolver os casos extraordinários;
- k. eleger e destituir os integrantes do Comitê de Auditoria;
- l. no interesse do Emissor, alterar a instituição depositária das ações de sua emissão, ad referendum da assembleia geral que se realizar em seguida.

Compete, ainda, ao Conselho de Administração autorizar a Diretoria a praticar os seguintes atos: transigir, renunciar, desistir, firmar compromisso nos termos do Artigo 851 do Código Civil Brasileiro, adquirir, onerar e alienar não só bens imóveis, como, também, participações acionárias.

ii) ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA E OUTROS COMITÊS

COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário do Emissor, constituído nos termos do Art. 10 do Regulamento anexo à Resolução nº 3.198, de 27.05.2004, do Banco Central do Brasil, por Assembleia Geral Extraordinária do Emissor realizada em 18.06.2004, registrada na Junta Comercial deste Estado sob nº 335.972/04-4, em 06.07.2004.

O Comitê de Auditoria tem por objetivo o cumprimento das atribuições e responsabilidades previstas no citado Regulamento, não só relativamente ao Emissor, mas, também, às demais instituições pertencentes ao Conglomerado Financeiro Alfa.

Constituído por 3 membros, sendo um designado Coordenador:

Paulo Aluizio Machado de Andrade - Coordenador

Adilson Herrero

Ciderlene Justino de Souza

Periodicidade: Duas Reuniões Mensais.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

COMITE DE REMUNERAÇÃO

- a) Elaborar a política de remuneração de administradores do Emissor e das demais instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, propondo ao Conselho de Administração a forma de remuneração;
- b) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração dos administradores;
- c) revisar anualmente a política de remuneração dos administradores, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; propor ao Conselho de Administração a verba global para remuneração dos administradores a ser submetida às assembleias gerais das instituições, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404, de 1976;
- d) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração dos administradores;
- e) analisar a política de remuneração dos administradores em relação às práticas de mercado, especialmente de instituições de porte e atuação semelhantes; e
- f) zelar para que a política de remuneração dos administradores esteja permanentemente compatível com a filosofia do Emissor, com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada das instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa e com o disposto na regulamentação aplicável.

Atualmente composto pelo Presidente do Conselho de Administração, Diretor Jurídico e Chefe do Departamento de Recursos Humanos.

Periodicidade: pelo menos uma vez ao ano.

iii) CONTRATAÇÃO DE EXTRA AUDITORIA

O Emissor não possui uma política formalizada de contratação de serviço de extra auditoria

b) ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA

- a. estabelecer as normas de condução dos negócios sociais, conforme a orientação do Conselho de Administração;
- b. quando julgar oportuno, elaborar o Regimento Interno;
- c. nomear e dispensar correspondentes;
- d. elaborar e apresentar o relatório da administração e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembleia Geral, depois de submetidos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, se em funcionamento.

Atribuições e poderes individuais

Diretor Presidente:

- a. cumprir e fazer cumprir os estatutos sociais, assim como as resoluções das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria;
- b. representar o Emissor, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimento pessoal, sendo a ele facultado designar e constituir procurador especial para estas duas últimas hipóteses;
- c. instalar e presidir as Assembleias Gerais dos acionistas, na hipótese de que trata o Art. 10 (dez) deste estatuto;
- d. presidir as reuniões da Diretoria, usando do voto de qualidade quando houver empate nas deliberações;
- e. dirigir e superintender todos os negócios e operações do Emissor;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- f. nomear, demitir, promover, contratar, suspender e licenciar funcionários, em geral, fixando-lhes os vencimentos.

Diretores:

- a. dirigir os serviços e/ou agências do Emissor que lhe forem designados pela Diretoria e pelo Diretor Presidente;
- b. realizar quaisquer operações atinentes aos fins sociais, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria;
- c. desincumbir-se das atribuições que lhe forem cometidas, especificamente, pela Diretoria e pelo Diretor Presidente.

Não há previsão, no Estatuto Social do Emissor, de mecanismos de avaliação de desempenho de seus membros do Conselho de Administração, órgãos ou Comitês e Diretoria.

e) DATAS DE INSTALAÇÃO

Conselho Fiscal: instalado na Assembléia Geral Ordinária de 24.04.2020

Comitê de Auditoria: instalado em 18.06.2004

Comitê de Remuneração: instalado em 26.04.2012

d) MECANISMO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Não há previsão, no estatuto social do Emissor, referente a mecanismos de avaliação de desempenho de seus órgãos.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- a. As convocações são efetuadas no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização da Assembleia.
- b. A competência para convocação é do Presidente do Conselho de Administração, ou nos casos legais.
- c. Os documentos relativos à assembleia geral estão à disposição dos acionistas para análise na Alameda Santos, 466 – 4º andar, Cerqueira César, São Paulo – SP, CEP 01418000, bem como no site www.bancoalfa.com.br.
- d. Nos termos da lei, é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o do emissor, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

Ainda que observado o disposto acima, o administrador somente pode contratar com o emissor em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que o emissor contrataria com terceiros. Caso contrário o negócio é anulável, e o administrador interessado será obrigado a transferir para o emissor as vantagens que dele tiver auferido.

Adicionalmente, o emissor preparou e impõe a seus funcionários, administradores e demais colaboradores a observância de um Código de Ética e Conduta, pelo qual são terminantemente vedados o uso de informação privilegiada, o favorecimento pessoal, a promoção ou efetivação de negócios do emissor com pessoa ou empresa de que seja sócio, ou que tenha em seu corpo diretivo parentes de até 3º grau, assim como a contratação de prestadores de serviços ou fornecedores com características similares e o recebimento de remuneração ou benefício de qualquer natureza, eventual ou não, de terceiros que transacionem com as instituições de seu Conglomerado.

- e. Nos termos do Estatuto Social, para participar da Assembleia Geral é necessária a condição de acionista até 8 (oito) dias antes da data da realização do respectivo conclave e, quando o acionista se fizer representar por mandatário, é necessário o depósito do instrumento de procuração, na sede social, até 5 (cinco) dias também antes do mesmo evento.
- f. O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida, e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante.

O emissor não admite procurações eletrônicas outorgadas por meio de sistema na rede mundial de computadores, nos termos do Artigo 29 da Instrução CVM nº 481/2009.

- g. Boletim de Voto: o boletim, disponível no site do Emissor (www.bancoalfa.com.br) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://sistemas.cvm.gov.br/?CiaDoc>), deverá ser devidamente impresso e preenchido, atendendo as seguintes formalidades:
 - (a) Todas as folhas devem ser rubricadas;
 - (b) A assinatura deverá constar do campo apropriado, sendo necessário reconhecimento de firma;
 - (c) Os documentos constantes da tabela abaixo, conforme apropriado, deverão acompanhar o Boletim; e
 - (d) O Boletim preenchido, rubricado, assinado e com firma reconhecida, bem como os documentos constantes da tabela abaixo, deverão ser entregues pelo acionista pessoalmente, das 09h00min. às 18h00min. (horário de Brasília), ou enviados via correio, em ambos os casos, em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia na sede do Emissor.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Documentos a serem apresentados ao Emissor, juntamente com o Boletim	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimento
CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal* (cópia autenticada)	X	X	X
Contrato ou Estatuto Social consolidado e atualizado** (cópia autenticada)	-	X	X
Documento que comprove os poderes de representação** (cópia autenticada)	-	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do Fundo (cópia autenticada)	-	-	X

* Documentos de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

**Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto do fundo.

Não há necessidade de notariação e consularização dos documentos.

- h. O Emissor não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.
- i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância.
- a) Os acionistas que representem os percentuais mínimos de participação societária estabelecidos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da Instrução CVM 481/09 poderão solicitar a inclusão no boletim de voto a distância, respectivamente, de (i) candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal; e/ou (ii) deliberações a serem submetidas para as assembleias gerais ordinárias do Emissor (conjuntamente (i) e (ii) “Propostas”), observados o artigo 21.
- b) As Propostas devem ser enviadas, via correio, observados os prazos previstos no artigo 21-L da Instrução CVM 481/09, para:
- Fabiano Siqueira de Oliveira
Diretor de Relações com Investidores
Alameda Santos, nº 466, 10 andar.
Cerqueira Cesar - São Paulo (SP)
CEP 01418-000
- c) Nos termos do item “a” acima, os acionistas que pretendam indicar candidatos para compor o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal deverão apresentar os comprovantes necessários de atendimento dos requisitos mínimos de elegibilidade aplicáveis ao cargo, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento Anexo II à Resolução do Conselho Monetário Nacional 4.122/12 e na Instrução CVM 367/02.
- d) O Emissor informará o acionista, em até 3 (três) dias úteis contados do recebimento da solicitação de inclusão de Proposta, mediante envio de e-mail para o endereço eletrônico do acionista indicado na Proposta enviada (artigo 21-N da Instrução CVM 481/09):

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

I – se a inclusão cumpre o disposto no artigo 21-N da Instrução CVM 481/09 e se a proposta ou os candidatos constarão do boletim de voto a distância a ser divulgado pelo Emissor; ou

II – os motivos pelos quais sua solicitação não cumpre o disposto na legislação, indicando os documentos faltantes e/ou as alterações necessárias à sua retificação.

- j. O Emissor não disponibiliza fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.
- k. Não há outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

- a) Em 2019 ocorreram 5 reuniões ordinárias e 12 reuniões extraordinárias, totalizando 17 reuniões.
- b) O Emissor não possui acordo de acionistas.
- c) As regras de identificação e administração de conflitos de interesses estão definidas no Código de Ética e Conduta do Emissor.
- d) O Emissor não possui uma política formalmente aprovada de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Não existe cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o Emissor por meio de arbitragem.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Antonio José Ambrozano Neto	30/10/1970	Pertence apenas à Diretoria	24/04/2020	Até a posse dos eleitos da AGO de 2021.	0
132.474.888-55	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	22/07/2020	Sim	0.00%
Membro de Comitê.		Não há.			
Ana Paula Soler Moreno Fachim	07/03/1972	Pertence apenas à Diretoria	24/04/2020	Até a posse dos eleitos da AGO de 2021.	0
136.630.598-12	Administradora	19 - Outros Diretores	22/07/2020	Sim	0.00%
Membro de comitê		Não há.			
Fabiano Siqueira de Oliveira	01/11/1976	Pertence apenas à Diretoria	24/04/2020	Até a posse dos eleitos da AGO de 2021.	0
206.299.018-99	Contador	19 - Outros Diretores	22/07/2020	Sim	0.00%
Membro de Comitê.		Diretor de Relação com Investidores			
Camila da Silva Zago	01/06/1976	Pertence apenas à Diretoria	24/04/2020	Até a posse dos eleitos da AGO de 2021.	0
263.701.308-77	Administradora de Empresas	19 - Outros Diretores	22/07/2020	Sim	0.00%
Não exerce.		Não há.			
Adilson Augusto Martins Junior	29/07/1979	Pertence apenas à Diretoria	24/04/2020	Até a posse dos eleitos da AGO de 2021.	0
289.905.088-51	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	22/07/2020	Sim	0.00%
Membro de Comitê.		Não há.			
Fábio de Sarandy Raposo	25/08/1968	Pertence apenas à Diretoria	24/04/2020	Até a posse dos eleitos da AGO de 2021.	0
905.640.067-34	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	22/07/2020	Não	0.00%
Não há.		Não há.			
Christophe Yvan François Cadier	22/08/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2023.	0
128.492.178-67	Advogado	20 - Presidente do Conselho de Administração	22/07/2020	Sim	0.00%
Antonio Cesar Santos da Costa	06/05/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2023.	0

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
269.855.436-34	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/07/2020	Sim	0.00%
Paulo José Ernesto Coelho	20/09/1934	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	até a posse dos eleitos na AGO de 2023.	0
229.786.238-53	Engenheiro Agrônomo	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/07/2020	Sim	0.00%
Claudio Bonuccelli	04/02/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2023	0
048.077.468-47	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/07/2020	Sim	0.00%
Adilson Herrero	28/09/1853	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2023.	0
856.973.628-20	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/09/2020	Sim	0.00%
Ruben Clóvis Rocha Cecchini	05/09/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2023.	2
013.078.798-10	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/07/2020	Não	0.05%
Não exerce.					
Joaquim Ronam Gomes de Almeida	01/07/1945	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2023.	3
059.566.846-15	Agropecuária	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/07/2020	Sim	0.00%
Não exerce.					
Luiz Alves Paes de Barros	22/09/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2023.	4
272.014.578-53	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/07/2020	Não	95.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Não exerce.					
Fábio Alberto Amorosino	10/06/1966	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2023.	1
073.874.508-11	Administrador de Empresas	36 - Conselheiro(Suplente) e Dir. Presidente	22/07/2020	Sim	0.00%
Não exerce.					
Luiz Henrique Coelho da Rocha	06/09/1936	Conselho Fiscal	24/04/2020	Ate a posse dos eleitos na AGO de 2021.	0
003.233.657-87	Engenheiro	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	22/07/2020	Sim	0.00%
Não exerce.					
Tanay Jim Barcelar	11/07/1941	Conselho Fiscal	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2021.	1
000.000.000-00	Gerente de Sistemas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	22/07/2020	Sim	0.00%
Não exerce.					
Paulo Caio Ferraz de Sampaio	18/11/1952	Conselho Fiscal	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2021.	1
694.546.208-00	Engenheiro Civil	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	22/07/2020	Não	0.00%
Não exerce					
Juscelino Silvio Florido	08/09/1960	Conselho Fiscal	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2021.	1
018.696.908-26	Bacharel em Direito	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	22/07/2020		0.00%
Não exerce.					
Nelson Marcelino	09/04/1948	Conselho Fiscal	24/04/2020	Até a posse dos eleitos da AGO de 2021.	0
279.391.708-72	Contador	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	22/07/2020	Não	0.00%
Não exerce.					
Rubens Barletta	10/08/1946	Conselho Fiscal	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2021.	18

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
397.909.328-04	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	22/07/2020	Sim	100.00%
Não exerce.					
Jose Antonio Rigobello	21/02/1946	Conselho Fiscal	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2021.	4
005.221.719-15	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	22/07/2020	Sim	100.00%
Não exerce.					
Valter dos Santos	30/11/1955	Conselho Fiscal	24/04/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2021.	1
805.308.778-72	Contador	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	22/07/2020	Não	0.00%
Não exerce.					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Antonio José Ambrozano Neto - 132.474.888-55

Exerceu o cargo de Diretor de Private Banking do Banco Alfa de Investimento S.A., tendo como atribuições dirigir os serviços e/ou agências do Emissor que lhe forem designados pela Diretoria e pelo Diretor Presidente na área de Private Banking. No Santander Private Banking – Miami - FL, exerceu o cargo de Vice President e tinha como atribuições o gerenciamento e alocação de investimentos de clientes brasileiros no exterior. No Banco Santander Central Hispano – São Paulo, exerceu o cargo de Superintendente – Escritório de Representação Brasil, Private Banking, e tinha como atribuições traçar estratégias de divulgação e venda do segmento de private internacional junto às unidades do Banco Santander no Brasil. Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram:

- O Banco Alfa de Investimento S.A é uma instituição financeira pertencente ao Conglomerado Alfa.

- O Santander Private Banking – Miami – FL é uma unidade de Private Banking pertencente ao Grupo Santander. O Banco Santander Central Hispano – São Paulo era um escritório de representação (fechado em 2006) pertencente ao Grupo Santander.

Cargos de administração que ocupa ou tenha ocupado em companhias abertas

- Diretor - Banco Alfa de Investimento S.A.

- Vice-President - Santander Private Banking

- Superintendente Comercial - Banco Santander Central Hispano – São Paulo.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Ana Paula Soler Moreno Fachim - 136.630.598-12

Diretora de Asset, é responsável por decidir, gerir e direcionar as atividades de gestão de ativos dos fundos de investimento e carteiras administradas geridas pelo Banco Alfa de Investimento S.A. É Formada em Administração de Empresas, possui mais de 20 anos de experiência nas áreas financeiras e de mercados de capitais. De maio de 2013 a março de 2017, exerceu o cargo de Sócia Fundadora da MVP Capital, no Bozano Investimentos / MVP Capital, sendo responsável pelo portfólio off-shore do fundo (gestão de renda variável renda fixa e moeda de diversas regiões).

De maio de 2011 a maio de 2013, exerceu o cargo de Superintendente e Gestora responsável pelos fundos multimercado, no Santander Asset Management Brasil, sendo responsável pela reestruturação da família multimercados com novas grades de produtos.

De fevereiro de 2008 a fevereiro de 2011, exerceu o cargo de Gestora dos ativos internacionais dos fundos multimercados sob gestão de Marcelo Villela, no Quest Investimentos, sendo responsável pela estruturação do veículo internacional para os investimentos dos fundos multimercados no exterior (relacionamento prime-brokers, aprovação de ISDA com diversas contrapartes para o veículo).

Exerceu ainda:

Cargo de Gestora dos Fundos de Investimentos na MSAFRA & GO, de maio de 2003 a fevereiro de 2008.

Cargo de Economista Sênior no Banco Santander Brasil, de março de 2002 a maio de 2003.

Cargo de Analista Sênior de Renda Fixa no Banco Santander Brasil, de agosto de 2000 a março de 2002.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Diretora declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Fabiano Siqueira de Oliveira - 206.299.018-99

Formado em Economia e em Ciências Contábeis, com MBA em Finanças, possui mais de 20 anos de experiência nas áreas financeira, contábil, auditoria e consultoria. Iniciou sua carreira na Deloitte Auditores Independentes, tendo ocupado o cargo de Gerente Sênior e ter sido responsável por auditorias e projetos de consultoria no Brasil e no exterior. De 2010 a 2013 trabalhou no Banco Caixa Geral Brasil, tendo ocupado o cargo de Controller. Desde 2013 exerce o cargo de Diretor do Conglomerado Financeiro Alfa, tendo como principais atribuições dirigir a Controladoria, sendo o responsável pelas demonstrações financeiras e políticas contábeis do Banco e controladas, além dos resultados e informações gerenciais e planejamento tributário.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Camila da Silva Zago - 263.701.308-77

Formada em administração de empresas, com MBA em Finanças. Ingressou no Banco Alfa de Investimento em 1999, e atuou nas seguintes funções: - Gerente de Produção Personal Bank – formação e gerenciamento de uma carteira de clientes (de Mai.99 a Set.05); - Gerente Geral Personal Bank SP – atuação junto à equipe de gerentes da área de clientes com alta renda (de Set.2005 a Mai.2009); Gerente Geral Private Bank – responsável por um grupo de executivos em SP (de Mai.2009 a Jun.2012); - Superintendente Alfa Investments – área de Wealth Management (de Jun.2012 a atual). O Banco Alfa de Investimento S.A. (Emissor) é instituição financeira pertencente ao Conglomerado Alfa.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Diretora declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Adilson Augusto Martins Junior - 289.905.088-51

Formado em Administração de Empresas, possui especialização em Gestão de Negócios e MBA, tendo participado de vários cursos no exterior. Ingressou no Banco Alfa de Investimento (Emissor) em 1999, tendo passado por várias áreas e cargos, tais como Estagiário de Personal Bank, Trainee e posteriormente Gerente de Produto na área de Internet Banking e Vendas Eletrônicas, assumindo em seguida a Gerência Geral dessa área e do Programa de Relacionamento com clientes do Personal e do Private Bank. De 2004 a 2006 exerceu o cargo de Gerente Geral de Produção, como responsável pela área de Consumer Finance. Depois, Gerente Geral de Produção (Corporate Banking) para o segmento de Frotas e Cadeia Produtiva, Superintendente de Captação de Investimentos e Produtos, Superintendente Regional do Corporate para as Regiões do Paraná e Santa Catarina, Superintendente Nacional para Ativos de Curto Prazo e Superintendente Executivo da Alfa Investments. Foi eleito Diretor do Emissor como responsável pela área de Private Bank e Wealth Management. O Banco Alfa de Investimento S.A. (Emissor) é instituição financeira pertencente ao Conglomerado Alfa.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Fábio de Sarandy Raposo - 905.640.067-34

Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo – FEA – USP, possui certificado Anbima CPA 20. Profissional com mais de 30 anos de carreira no setor financeiro, em empresas multinacionais de primeira linha. De Abr/2009 – Jan/2020 trabalhou no Banco Caixa Geral – Brasil (Grupo Caixa Geral de Depósitos – Portugal, onde de Nov/2016 - Jan/2020 ocupou o cargo de CEO e Membro do Conselho de Administração, de Jul/2015 - Nov/2016 ocupou Diretor Executivo, de Abr/2009 – Jul/2015 ocupou o cargo de Superintendente de Tesouraria. - Mai/2000 - Abr/2009 trabalhou no ING Bank N.V., onde de Jun/2008 – Abr/2009 atuou como Diretor – Head Trader, de Dez/2006 – Jun/2008 atuou como Vice-Presidente – Head de Câmbio, de Mai/2000 - Nov/2006 atuou como Vice-Presidente – Head da Mesa de NDFs da América Latina.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Christophe Yvan François Cadier - 128.492.178-67

Nos últimos 5 (cinco) anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Banco Alfa S.A.; (ii) Alfa Holdings S.A.; e (iii) Christophe Cadier Advogados. De 08/2002 a 11/2015 - Diretor Jurídico no Banco Alfa S.A.; e De 04/2009 a 11/2015 - Diretor na Alfa Holdings S.A.; Funções: assessorar juridicamente as unidades organizacionais em assuntos jurídicos de qualquer ordem; representar a organização em juízo e fora dele; analisar e redigir contratos, pareceres, petições e outros instrumentos de ordem legal; elaborar atos societários e instrumentos de procuração; redigir atas e regulamentos, bem como responder consultas relacionadas a fundos de investimento; estabelecer contatos com órgãos públicos (Banco Central, CVM, etc.) para a solução de pendências de natureza legal e regulamentar; atender às necessidades de ordem jurídica e de natureza extraordinária do Conglomerado; e analisar e redigir atas, contratos, petições e outros instrumentos de ordem legal.

De 12/2015 a atual - Sócio no Christophe Cadier Advogados. Funções: atuação nos mercados financeiro e de capitais; contratos; societário; planejamento patrimonial e sucessório; investimento no Brasil e no exterior e M&A; arbitragem; regularização de ativos no exterior; e compliance. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Presidente do Conselho de Administração declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Antonio Cesar Santos da Costa - 269.855.436-34

Nos últimos 5 (cinco) anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Banco Alfa S.A.; e (ii) Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.. No Banco Alfa S.A. e na Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.. exerce o cargo de Diretor, tendo como atribuições: supervisionar o desenvolvimento, as implementações, o desempenho e o aperfeiçoamento dos gerenciamentos de riscos e de capital; responder pela execução da Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital; responder pela aderência da gestão de riscos aos princípios estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e aos objetivos estratégicos do Conglomerado; subsidiar o Conselho de Administração no processo de tomada de decisões relacionadas aos gerenciamentos de riscos e de capital; promover a capacitação técnica dos colaboradores envolvidos nas estruturas e processos de gerenciamentos de riscos e de capital; decidir, gerir e direcionar as atividades da Corretora; e definir as Políticas de Comercialização. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O conselheiro suplente declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Paulo José Ernesto Coelho - 229.786.238-53

Formado em Engenharia Agrônoma, iniciou sua carreira como assistente de economia agrícola em 1958, passou por várias funções, as mais relevantes foram: gerente geral na Cia Relá de Investimento de 1990 a 1996; diretor na Real Planejamento e Consultoria de 1996 a 1999, diretor adjunto no Banco Real em 1999. Atualmente como Consultor Financeiro no Banco Alfa de Investimento e Financeira Alfa S.A.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O conselheiro suplente declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Claudio Bonuccelli - 048.077.468-47

Nos últimos 5 (cinco) anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: Companhia Transamérica de Hotéis São Paulo, Transamérica de Hotéis Nordeste, Transamérica Comercial e Serviços e na Fortaleza Participações e Empreendimentos Ltda EPP. Na Companhia Transamérica de Hotéis - São Paulo, Transamérica de Hotéis Nordeste Ltda., e Transamérica Comercial e Serviços Ltda., ocupou o cargo de Diretor executivo estatutário, diretamente responsável pelas áreas comercial e de marketing, temporariamente focado em uma e/ou outra empresa, de janeiro de 2006 até maio de 2017.

Na Fortaleza Participações e Empreendimentos Ltda EPP., é sócio gestor desde janeiro de 2017, exercendo administração de patrimônio imobiliário destinado à geração de receitas de locação provenientes de imóveis próprios da empresa;

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O conselheiro suplente declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Adilson Herrero - 856.973.628-20

Nos últimos 5 (cinco) anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: CEF – Caixa Econômica Federal, Coddera Software Ltda., A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda., Viridi Technologies Ltda., IT Planning Serviços Empresariais Ltda. e IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

CEF – Caixa Econômica Federal - 06/2018 a 05/2019, ocupou os cargos de membro Independente do Conselho de Administração, membro Líder do Comitê de Tecnologia e Inovação, membro do Comitê de Partes Relacionadas e membro do Comitê de Indicação e Remuneração.

Coddera Software Ltda.– 01/2018 a 12/2018, ocupou o cargo de membro Independente do Conselho de Administração.

A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda. – 01/2017 a 12/2018, ocupou o cargo de membro Independente do Conselho de Administração.

Viridi Technologies Ltda. - 01/2016 a 12/2016, ocupou o cargo de membro Independente do Conselho de Administração.

IT Planning Serviços Empresariais Ltda. – 02/2015 a atual, ocupa o cargo de Diretor.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - 06/16 a atual, ocupa o cargo de membro do Comitê de Governança em Instituições Financeiras.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Conselheiro Suplente declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Ruben Clóvis Rocha Cecchini - 013.078.798-10

Nos últimos 5 (cinco) anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: Águas Prata Ltda., La Basque Ltda., Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e

Financeira Alfa S.A. – CFI. Na Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e na Financeira

Alfa S.A. – CFI ocupou o cargo de Diretor Executivo responsável pela coordenação das

equipes comerciais e crédito de varejo, responsável pela definição e acompanhamento das metas mensais. Na Águas Prata Ltda. e na La Basque Ltda. ocupa o cargo de diretor. A Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Financeira Alfa S.A. – CFI são instituições financeiras integrantes do Conglomerado Alfa. Águas Prata Ltda e La Basque Ltda são sociedades integrantes do Conglomerado Alfa. Os cargos de administração que ocupa ou tenha ocupado em companhias abertas foram: Gerente Regional e Diretor da Financeira Alfa S.A. – CFI – Diretor e Superintendente do Banco ABN AMRO.

No últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, nem qualquer condenação em processo administrativo da CVM. Também não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa,

que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Joaquim Ronam Gomes de Almeida - 059.566.846-15

Exerce o cargo de membro suplente do Conselho de Administração no Banco Alfa de Investimento S.A., sendo que na vacância do membro efetivo sua principal função será participar das deliberações de competência do Conselho.

No Banco ABN AMRO REAL S.A., no período de 1998 a 2005, exerceu o cargo de Superintendente Executivo sendo responsável pela Implementação da Diretoria de Atendimento ao Cliente.

Exerce o cargo de membro suplente do Conselho de Administração do Banco Alfa de Investimento S.A.

Exerceu o cargo de Superintendente Executivo no Banco ABN AMRO Real S.A.

Banco Alfa de Investimento S.A. é uma instituição financeira pertencente ao Conglomerado Alfa.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Luiz Alves Paes de Barros - 272.014.578-53

Nos últimos 5 (cinco) anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: Banco Alfa de Investimento S.A., na Financeira Alfa S.A. – CFI, Alfa Holdings S.A. e no Consórcio Alfa de Administração S.A., Prin S.A., Semco Investimentos e Participações Ltda., Bahema S.A., Cremer S.A., Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações. Exerce o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração no Banco Alfa de Investimento S.A., na Financeira Alfa S.A. – CFI, Alfa Holdings S.A. e no Consórcio Alfa de Administração S.A., tendo como principais atribuições fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade. Na Prin S.A. exerce o cargo de Presidente, tendo como atribuições administrar isoladamente. Na Semco Investimentos e Participações Ltda. exerce o cargo de Diretor. Na Bahema S.A. exerce o cargo de Conselheiro de Administração. Na Cremer S.A. exerceu o cargo de Conselheiro de Administração até março 2010, tendo como principais atribuições fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; eleger e destituir os Diretores, bem como discriminar as suas atribuições. Na Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações exerceu o cargo de Conselheiro de Administração Independente no período de junho/2005 até maio /2009.

O Banco Alfa de Investimento S.A., Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. – CFI e Alfa Arrendamento Mercantil S.A. são instituições financeiras do Conglomerado Alfa. Alfa Holdings S.A. e Consórcio Alfa de Administração S.A. são Sociedades holdings do Conglomerado Alfa, que detêm participações em outras Sociedades do Conglomerado, inclusive nas instituições financeiras acima nomeadas.

Ocupa ou já ocupou cargos nas seguintes companhias de capital aberto: Banco Alfa de Investimento S.A. /Financeira Alfa S.A. – CFI./Consórcio Alfa de Administração S.A./ Alfa Holdings S.A./ Bahema S.A./ - Conselho de Administração. Prin S.A. – Presidente./ Cremer S.A. exerceu o cargo de Conselheiro de Administração até março 2010/ Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações.

Nos últimos 5 anos não sofreu. qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Fábio Alberto Amoroso - 073.874.508-11

Em 03/2009 passou a ocupar o cargo de Diretor Presidente do Banco Alfa de Investimento S.A., sendo as suas principais atribuições: estabelecer as normas de condução dos negócios sociais sob orientação do Conselho de Administração; Apresentar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembleia Geral, depois de submetidos aos pareceres do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; Cumprir e fazer cumprir os estatutos sociais, assim como as resoluções das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria; Representar o Emissor, ativa e passivamente; Dirigir e superintender todos os negócios e operações do Emissor, entre outras. - A partir de 03/2009 também passou a ocupar o cargo de Diretor da Financeira Alfa S.A. – CFI, Banco Alfa S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A. com as seguintes atribuições: dirigir os serviços e/ou dependências da Sociedade que lhe forem designados pela Diretoria e pelo Diretor Presidente; realizar quaisquer operações atinentes aos fins sociais, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria. – De 03/2006 a 03/2009 - Diretor responsável pelos recursos de terceiros (Asset Management). Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram: Banco de Investimento. O Banco Alfa de Investimento S.A., o Banco Alfa S.A., a Financeira Alfa S.A. – CFI e a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. são instituições financeiras pertencentes ao Conglomerado Alfa. Cargos de administração que ocupa ou tenha ocupado em companhias abertas Diretor e Diretor Presidente - Banco Alfa de Investimento S.A. Diretor - Financeira Alfa S.A. – CFI.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor Presidente declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Luiz Henrique Coelho da Rocha - 003.233.657-87

Administração S.A.; (iv) Luque Engenharia Ltda.; e (v) SECONCI-SP - Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo. - cargo e funções inerentes ao cargo: - Exerce na Financeira Alfa S.A. – CFI e na Alfa Holdings S.A. o cargo de membro Suplente do Conselho Fiscal. No Consórcio Alfa de Administração S.A. ocupa o cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal. As principais atribuições de um membro Efetivo do Conselho Fiscal, bem como de um Suplente, na vacância do Efetivo, são as seguintes: (i) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar. - 05/2006 até o presente – ocupa o cargo de Sócio Gerente da Luque Engenharia Ltda., prestando serviços de consultoria. - 04/2008 a 04/2010 – ocupou o cargo de membro Efetivo do Conselho de Administração da Alfa Holdings S.A., participou das deliberações de competência deste Conselho, sendo estas: (i) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; (ii) eleger e destituir os Diretores; (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e quaisquer outros atos; (iv) manifestar se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (v) escolher e destituir os auditores independentes; (vi) emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembléia Geral; (vii) deliberar sobre a distribuição das participações atribuídas aos seus membros e aos membros da Diretoria pela Assembléia Geral; (viii) autorizar a aquisição de ações da sociedade, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação; (ix) resolver os casos extraordinários. - 04/2002 a 04/2006 – ocupou o cargo de Superintendente Administrativo Financeiro da SECONCI-SP - Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo, sendo responsável pela administração de pessoas, bem como pela área financeira. b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não houve. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não houve. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não houve.

Tanay Jim Barcelar - 000.000.000-00

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa: nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: Total Systems; Ressource Desenvolvimento; e Shops Card.

- cargo e funções inerentes ao cargo: Na Total Systems foi responsável pelo gerenciamento dos projetos desenvolvidos, qualidade e eficácia; na Ressource Desenvolvimento foi responsável pela previsão de produtos a serem implementados, custo, prazo de execução e funcionalidade; e na Shops Card foi responsável pela coordenação de implementação de um cartão de crédito voltado a clientes de móveis, fluxo das etapas e demais atividades envolvidas.

- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor. As empresas Total Systems; Ressource Desenvolvimento; e Shops Card exercem a atividade de tecnologia.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas - Não se aplica.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal – Não sofreu

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - Não sofreu.

Paulo Caio Ferraz de Sampaio - 694.546.208-00

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: - nome da empresa: Paulo Caio Ferraz de Sampaio, nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Alfa Holdings S.A.; (ii) Banco Alfa de Investimento S.A.; (iii) Consórcio Alfa de Administração S.A.; (iv) Financeira Alfa S.A. – CFI; (v) Comgás – Companhia de Gás de São Paulo; (vi) Companhia Iguazu de Café Solúvel; (vii) Guepardo Desenvolvimento Urbano Ltda. – SP; e (viii) Cobrasco S.A. – São Paulo - cargo e funções inerentes ao cargo: Exerce no Banco Alfa de Investimento S.A., na Alfa Holdings S.A., no Consórcio Alfa de Administração S.A., na Financeira Alfa S.A. – CFI, na Comgás – Companhia de Gás de São Paulo e na Companhia Iguazu de Café Solúvel, o cargo de Conselheiro Fiscal Efetivo, sendo como suas principais atribuições: (i) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar. Na Guepardo Desenvolvimento Urbano Ltda. – SP é Sócio Gerente, desde 2006, sendo responsável pela área de Planejamento, Vendas e Marketing. Na Cobrasco S.A. – São Paulo – SP exerce o cargo de Diretor Superintendente, desde 1979, sendo responsável pela área de Planejamento, Vendas e Marketing. b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não houve. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não houve. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não houve.

Juscelino Silvio Florido - 018.696.908-26

Formado em Direito. Ingressou no Banco Real de Investimento (Emissor) em 1982, tendo passado por várias áreas, tais como Empréstimos, Tesouraria, Contabilidade de Fundos, Gestão de Fundos de Investimentos de Renda Fixa e Variável. A partir de 1998 passou a atuar no Banco Alfa de Investimento. Em dezembro/2009 assumiu o cargo de Superintendente de Tesouraria. Foi eleito Diretor do Emissor como responsável pela área de Tesouraria em 03/06/2019. O Banco Alfa de Investimento S.A. (Emissor) é instituição financeira pertencente ao Conglomerado Alfa. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Nelson Marcelino - 279.391.708-72

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa: nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: Companhia Transamérica de Hotéis São Paulo; Transamérica de Hotéis Nordeste Ltda.; Transamérica Comercial e Serviços Ltda.; Transamérica Expo Center Ltda.; Fly One Viagens e Turismo Ltda. (atual Passaporte Brasil Viagens Eventos Serviços Ltda.)

- cargo e funções inerentes ao cargo: Diretor Administrativo e Financeiro no período de abril de 2006 até setembro de 2017.

- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor: Companhia Transamerica de Hotéis - São Paulo – Atividade: Hotelaria; Transamérica de Hotéis Nordeste Ltda. – Atividade: Hotelaria; Transamérica Comercial e Serviços Ltda. – Atividade: Administração e Implantação de Operações em Condomínios (Flats e Apart-hotéis); Transamérica Expo Center Ltda. - Atividade: Locação de Espaço para a realização de grandes feiras e eventos; e Fly One Viagens e Turismo Ltda. (atual Passaporte Brasil Viagens Eventos Serviços Ltda.) - Atividade: Fretamento de Aeronaves e Intermediação na compra de passagens aéreas. Todas as empresas mencionadas integram o Conglomerado Alfa.

Rubens Barletta - 397.909.328-04

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa: nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Banco Alfa de Investimento S.A.; (ii) Alfa Holdings S.A.; (iii) Consórcio Alfa de Administração S.A.; (iv) Financeira Alfa S.A. – CFI; (v) Suzano Papel e Celulose S.A.; (vi) Advocacia Augusto Lima S/C; e (vii) Barletta, Schubert e Luiz Sociedade de Advogados. - cargo e funções inerentes ao cargo: Exerceu cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal da Financeira Alfa S.A. – CFI. Exerce cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal do Banco Alfa de Investimento S.A., da Alfa Holdings S.A.; da Suzano Papel e Celulose S.A. e da Tegma Gestão Logística S/A., bem como de membro Suplente do Consórcio Alfa de Administração S.A. As suas principais atribuições como Conselheiro Fiscal são fiscalizar os atos dos administradores, verificando o cumprimento de seus deveres, opinar sobre as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração, bem como sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral. - Participa, desde junho de 2009, como sócio do escritório Barletta, Schubert e Luiz Sociedade de Advogados, Escritório Especializado em Direito Privado, com ênfase em Direito Societário. - 1961 – 2008 – participou como funcionário, estagiário e, depois, sócio do Escritório de Advocacia Augusto Lima S/C. - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A. são instituições financeiras pertencentes ao Conglomerado Alfa. A Alfa Holdings S.A. e o Consórcio Alfa de Administração S.A. são sociedades holdings do Conglomerado Alfa, que detêm participações em outras sociedades do Conglomerado, inclusive nas instituições financeiras acima nomeadas. Os Escritórios Barletta, Schubert e Luiz Sociedade de Advogados e Escritório de Advocacia Augusto Lima S/C são escritórios de advocacia e não pertencem a nenhum grupo econômico. ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas - Exerce o cargo de Conselheiro Fiscal – Banco Alfa de Investimento S.A.; Alfa Holdings S.A.; Consórcio Alfa de Administração S.A.; Suzano Papel e Celulose S.A. e Tegma Gestão Logística S/A. - Exerceu o cargo de Conselheiro Fiscal - Financeira Alfa S.A. – CFI. b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal – Não sofreu. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - Não sofreu.

Jose Antonio Rigobello - 005.221.719-15

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa: nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: Banco Alfa de Investimento S.A.; BRI Participações Ltda., Metro Sistemas de Informática Ltda., Metro Taxi Aereo Ltda., Metro-Dados Ltda., Fundação Clemente de Faria. - cargo e funções inerentes ao cargo: Eleito em 04/2014, exerceu o cargo de membro suplente do Conselho de Administração do Banco Alfa de Investimento S.A e da Financeira Alfa S.A. – CFI. Exerceu o cargo de Gerente Geral de Auditoria do Conglomerado Financeiro Alfa, Reportando-se ao Conselho de Administração, as principais responsabilidades: Elaborar, executar e coordenar o planejamento semestral dos trabalhos de auditoria interna. Assegurar que os trabalhos de auditoria interna tenham adequada cobertura e que sejam realizados no tempo e na frequência necessários. Desenvolver e manter métodos e procedimentos objetivos de auditoria interna. Identificar riscos e recomendar a implantação de controles para mitigá-los, bem como identificar “gaps” de controle e oportunidade de melhoria. Reportar à Administração as deficiências identificadas nos trabalhos de auditoria e monitorar as ações corretivas necessárias. Disseminar os princípios de boa governança, da cultura de controles internos e da conduta ética dos funcionários. Exerceu o cargo de Diretor na BRI Participações Ltda., Metro Sistemas de Informática Ltda., Metro Taxi Aereo Ltda., e Metro-Dados Ltda. Exerceu o cargo de Vice Presidente do Conselho Curador da Fundação Clemente de Faria. - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A. são instituições financeiras pertencentes ao Conglomerado Alfa. A BRI Participações Ltda., Metro Sistemas de Informática Ltda., Metro Taxi Aereo Ltda. e a Fundação Clemente de Faria são sociedades pertencentes ao Conglomerado Alfa. ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas - Exerceu o cargo de Conselheiro de Administração – Banco Alfa de Investimento S.A.; Financeira Alfa S.A. – CFI. b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não sofreu. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - Não sofreu.

Valter dos Santos - 805.308.778-72

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa: nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais no Banco Alfa S.A.

- cargo e funções inerentes ao cargo: Em 01/06/2001 foi designado para o cargo de Gerente Geral de RH, respondendo pelas áreas de Recrutamento & Seleção, Treinamento & Desenvolvimento, Benefícios, Administração de Pessoal/Folha de Pagamento e Ponto Eletrônico. Função que exerceu até 31/07/2017.

- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor.

O Banco Alfa S.A. é uma instituição financeira integrante do Conglomerado Alfa. Atividade principal: Banco comercial.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas - Não se aplica.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal – Não sofreu.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - Não sofreu.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Antonio José Ambrozano Neto - 132.474.888-55 N/A	N/A
Ana Paula Soler Moreno Fachim - 136.630.598-12 N/A	N/A
Fabiano Siqueira de Oliveira - 206.299.018-99 N/A	N/A
Camila da Silva Zago - 263.701.308-77 N/A	N/A
Adilson Augusto Martins Junior - 289.905.088-51 N/A	N/A
Fábio de Sarandy Raposo - 905.640.067-34 N/A	N/A
Christophe Yvan François Cadier - 128.492.178-67 N/A	N/A
Antonio Cesar Santos da Costa - 269.855.436-34 N/A	N/A
Paulo José Ernesto Coelho - 229.786.238-53 N/A	N/A
Claudio Bonuccelli - 048.077.468-47 N/A	N/A
Adilson Herrero - 856.973.628-20 N/A	N/A
Ruben Clóvis Rocha Cecchini - 013.078.798-10	N/A

N/A	N/A
Joaquim Ronam Gomes de Almeida - 059.566.846-15	
N/A	N/A
Luiz Alves Paes de Barros - 272.014.578-53	
N/A	N/A
Fábio Alberto Amorosino - 073.874.508-11	
N/A	N/A
Luiz Henrique Coelho da Rocha - 003.233.657-87	
N/A	N/A
Tanay Jim Barcelar - 000.000.000-00	
N/A	N/A
Paulo Caio Ferraz de Sampaio - 694.546.208-00	
N/A	N/A
Juscelino Silvio Florido - 018.696.908-26	
N/A	N/A
Nelson Marcelino - 279.391.708-72	
N/A	N/A
Rubens Barletta - 397.909.328-04	
N/A	N/A
Jose Antonio Rigobello - 005.221.719-15	
N/A	N/A
Valter dos Santos - 805.308.778-72	
N/A	N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Adilson Herrero	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	28/09/1853	22/07/2020	Até a posse dos eleitos na AGO de 2025.
856.973.628-20		Engenheiro		24/04/2020	0	0.00%
Cirdelene Justino de Souza	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	21/05/1953	03/07/2019	Até a posse dos eleitos na AGO de 2024.
817.478.888-34		Administrador de Empresas		25/04/2019	1	0.00%
Não exerce						
Paulo Aluizio Machado de Andrade	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	06/03/1946	03/07/2019	Até a posse dos eleitos na AGO de 2024.
081.348.047-72		Contador		25/04/2019	1	0.00%
Não exerce						
Claudemir Zerbinatti	Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	10/02/1959	26/07/2017	Até a posse dos eleitos na RCA que se realizar após a AGO de 2022.
940.089.818-53		Contador e Advogado		26/07/2017	3	100.00%
Gerente Geral						
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	25/12/1943	03/05/2017	Até a posse dos eleitos na RCA que se realizar após a AGO de 2022.
128.798.437-15		Engenheiro		28/04/2017	5	100.00%
Presidente do Conselho de Administração						
Renata Canalle Marcus	Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	20/04/1972	03/05/2017	Até a posse dos eleitos na RCA que se realizar após a AGO de 2022.
191.331.558-44		Advogada		28/04/2017	3	100.00%
Não exerce.						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Adilson Augusto Martins Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/07/1979	07/03/2013	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
289.905.088-51	Comitê de Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários	Administrador de Empresas		07/03/2013	7	100.00%
Diretor						
Adilson Augusto Martins Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/07/1979	04/06/2012	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
289.905.088-51	Comitê de Crédito	Administrador de Empresas		04/06/2012	8	46.43%
Diretor						
Ana Paula Soler Moreno Fachim	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/03/1972	04/10/2018	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional.
136.630.598-12	Comitê de Administração de Recursos de Terceiros	Administradora de Empresa		04/10/2018	2	90.30%
Diretora						
Antonio Cesar Santos da Costa	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/05/1957	02/01/2008	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
269.855.436-34	Comitê Operacional de Gestão de Riscos - COGER	Engenheiro		02/01/2008	13	100.00%
Gerente (Licenciado)						
Antonio Cesar Santos da Costa	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/05/1957	20/07/2009	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
269.855.436-34	Comitê de Administração de Recursos de Terceiros	Engenheiro		20/07/2009	11	86.00%

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Gerente (Licenciado)						
Antonio Cesar Santos da Costa	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/05/1957	07/03/2013	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
269.855.436-34	Comitê de Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários	Engenheiro		07/03/2013	7	100.00%
Gerente (Licenciado)						
Antonio Cesar Santos da Costa	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/05/1957	31/03/2004	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
269.855.436-34	Comitê de Crédito	Engenheiro		31/03/2004	16	82.51%
Gerente (Licenciado)						
Antonio Cesar Santos da Costa	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/05/1957	02/01/2008	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
269.855.436-34	Comitê de Gestão de Risco	Engenheiro		02/01/2008	12	100.00%
Gerente (Licenciado)						
Fabiano Siqueira de Oliveira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/11/1976	01/10/2013	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
206.299.018-99	Comitê Operacional de Gestão de Riscos - COGER	Contador		01/10/2013	7	100.00%
Diretor						
Fábio Alberto Amorosino	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/06/1966	20/07/2009	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
073.874.508-11	Comitê de Administração de Recursos de Terceiros	Administrador de Empresas		20/07/2009	11	89.20%

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Diretor Presidente						
Fábio Alberto Amorosino	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/06/1966	01/01/2009	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
073.874.508-11	Comitê de Gestão de Risco	Administrador de Empresas		01/01/2009	11	100.00%
Diretor Presidente						
Fernando Leonardo Pessoa Spinetti	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	31/01/1959	22/05/2006	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
628.310.037-68	Comitê de Crédito	Economista		22/05/2006	14	78.59%
Chefe de Departamento						
Juscelino Silvio Florido	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/09/1960	03/06/2019	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional.
018.696.908-26	Comitê de Risco	Bacharel em Direito		03/06/2019	1	100.00%
Diretor de Tesouraria						
Juscelino Silvio Florido	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/09/1960	02/08/2017	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
018.696.908-26	Comitê de Crédito	Bacharel em direito		02/08/2017	2	75.35%
Diretor de Tesouraria						
Juscelino Silvio Florido	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/09/1960	02/01/2010	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
018.696.908-26	Comitê Operacional de Gestão de Riscos - COGER	Bacharel em Direito		02/01/2010	10	100.00%
Diretor de Tesouraria						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	25/12/1943	20/07/2009	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
128.798.437-15	Comitê de Administração de Recursos de Terceiros	Engenheiro		20/07/2009	10	75.30%
Presidente do Conselho de Administração						
Sidnei Helfstein Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/08/1972	14/01/2015	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
169.388.548-40	Comitê de Crédito	Economista		14/01/2015	5	89.21%
Gerente Geral de Gestão de Riscos						
Sidnei Helfstein Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/08/1972	02/07/2007	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
169.388.548-40	Comitê de Gestão de Risco	Economista		02/07/2007	13	100.00%
Gerente Geral de Gestão de Riscos						
Sidnei Helfstein Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/08/1972	02/07/2007	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
169.388.548-40	Comitê Operacional de Gestão de Riscos - COGER	Economista		02/07/2007	13	100.00%
Gerente Geral de Gestão de Riscos						
Silvio Breda Guizelini	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/1957	28/08/2001	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional
956.130.488-00	Comitê Operacional de Gestão de Riscos - COGER	Administrador de Empresas		28/08/2001	14	100.00%
Gerente Geral de Câmbio						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Adilson Herrero - 856.973.628-20

Nos últimos 5 (cinco) anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: CEF – Caixa Econômica Federal, Coddera Software Ltda., A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda., Viridi Technologies Ltda., IT Planning Serviços Empresariais Ltda. e IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

CEF – Caixa Econômica Federal - 06/2018 a 05/2019, ocupou os cargos de membro Independente do Conselho de Administração, membro Líder do Comitê de Tecnologia e Inovação, membro do Comitê de Partes Relacionadas e membro do Comitê de Indicação e Remuneração.

Coddera Software Ltda.– 01/2018 a 12/2018, ocupou o cargo de membro Independente do Conselho de Administração.

A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda. – 01/2017 a 12/2018, ocupou o cargo de membro Independente do Conselho de Administração.

Viridi Technologies Ltda. - 01/2016 a 12/2016, ocupou o cargo de membro Independente do Conselho de Administração.

IT Planning Serviços Empresariais Ltda. – 02/2015 a atual, ocupa o cargo de Diretor.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - 06/16 a atual, ocupa o cargo de membro do Comitê de Governança em Instituições Financeiras.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Conselheiro Suplente declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Cirdelene Justino de Souza - 817.478.888-34

Paulo Aluizio Machado de Andrade - 081.348.047-72

Claudemir Zerbinatti - 940.089.818-53

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro - 128.798.437-15

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro - 128.798.437-15

Renata Canalle Marcus - 191.331.558-44

Adilson Augusto Martins Junior - 289.905.088-51

Adilson Augusto Martins Junior - 289.905.088-51

Ana Paula Soler Moreno Fachim - 136.630.598-12

Antonio Cesar Santos da Costa - 269.855.436-34

Antonio Cesar Santos da Costa - 269.855.436-34

Antonio Cesar Santos da Costa - 269.855.436-34

Antonio Cesar Santos da Costa - 269.855.436-34

Antonio Cesar Santos da Costa - 269.855.436-34

Fabiano Siqueira de Oliveira - 206.299.018-99

 Fábio Alberto Amorosino - 073.874.508-11

 Fábio Alberto Amorosino - 073.874.508-11

 Fernando Leonardo Pessoa Spinetti - 628.310.037-68

 Juscelino Silvio Florido - 018.696.908-26

 Juscelino Silvio Florido - 018.696.908-26

 Juscelino Silvio Florido - 018.696.908-26

 Sidnei Helfstein Junior - 169.388.548-40

 Sidnei Helfstein Junior - 169.388.548-40

 Sidnei Helfstein Junior - 169.388.548-40

 Silvio Breda Guizelini - 956.130.488-00

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Adilson Herrero - 856.973.628-20	
N/A	N/A
Cirdelene Justino de Souza - 817.478.888-34	
N/A	N/A
Paulo Aluizio Machado de Andrade - 081.348.047-72	
N/A	N/A
Claudemir Zerbinatti - 940.089.818-53	
N/A	N/A
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro - 128.798.437-15	
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro - 128.798.437-15	
N/A	N/A
Renata Canalle Marcus - 191.331.558-44	
N/A	N/A
Adilson Augusto Martins Junior - 289.905.088-51	
Adilson Augusto Martins Junior - 289.905.088-51	
N/A	N/A

Ana Paula Soler Moreno Fachim - 136.630.598-12	
N/A	N/A
Antonio Cesar Santos da Costa - 269.855.436-34	
Antonio Cesar Santos da Costa - 269.855.436-34	
Antonio Cesar Santos da Costa - 269.855.436-34	
Antonio Cesar Santos da Costa - 269.855.436-34	
Antonio Cesar Santos da Costa - 269.855.436-34	
N/A	N/A
Fabiano Siqueira de Oliveira - 206.299.018-99	
N/A	N/A
Fábio Alberto Amorosino - 073.874.508-11	
Fábio Alberto Amorosino - 073.874.508-11	
N/A	N/A
Fernando Leonardo Pessoa Spinetti - 628.310.037-68	
N/A	N/A
Juscelino Silvio Florido - 018.696.908-26	
Juscelino Silvio Florido - 018.696.908-26	
Juscelino Silvio Florido - 018.696.908-26	
N/A	N/A
Sidnei Helfstein Junior - 169.388.548-40	
Sidnei Helfstein Junior - 169.388.548-40	
Sidnei Helfstein Junior - 169.388.548-40	
N/A	N/A
Silvio Breda Guizelini - 956.130.488-00	
N/A	N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau entre (a) administradores do Emissor, (b) (i) administradores do Emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do Emissor, (c) (i) administradores do Emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do Emissor ou (d) (i) administradores do Emissor e (ii) administradores das sociedades controladas diretas e indiretas do Emissor.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2019Administrador do Emissor

Adilson Herrero	856.973.628-20	Controle	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Alfa Holdings S/A.	17.167.396/0001-69		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Antonio Cesar Santos da Costa	269.855.436-34	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Alfa Holdings S/A.	17.167.396/0001-69		
Membro Suplente do Conselho de Administração			

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Antonio Cesar Santos da Costa	269.855.436-34	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro Suplente do Conselho de Administração			

Observação

Não há.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio José Ambrozano Neto Diretor	132.474.888-55	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Arrendamento Mercantil S.A. Diretor	46.570.800/0001-49		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Christophe Yvan François Cadier Presidente do Conselho de Administração	128.492.178-67	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S/A. Diretor e Presidente do Conselho de Administração	17.167.396/0001-69		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Christophe Yvan François Cadier Presidente do Conselho de Administração	128.492.178-67	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Diretor e Presidente do Conselho de Administração	17.193.806/0001-46		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabiano Siqueira de Oliveira	206.299.018-99	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	46.570.800/0001-49		
Diretor			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Fábio Alberto Amorosino	073.874.508-11	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente e Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	46.570.800/0001-49		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Juscelino Silvio Florido	018.696.908-26	Controle	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S/A.	17.167.396/0001-69		
Membro suplente do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Juscelino Silvio Florido	018.696.908-26	Controle	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro suplente do Conselho Fiscal Observação Não há.	17.193.806/0001-46		
<hr/>			
Administrador do Emissor Luiz Alves Paes de Barros Membro efetivo do Conselho de Administração Pessoa Relacionada Alfa Holdings S/A. Membro efetivo do Conselho de Administração Observação Não há.	272.014.578-53	Controle	Controlador Direto
<hr/>			
Administrador do Emissor Luiz Alves Paes de Barros Membro efetivo do Conselho de Administração Pessoa Relacionada Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro efetivo do Conselho de Administração Observação Não há	272.014.578-53	Controle	Controlador Direto
<hr/>			
Administrador do Emissor Christophe Yvan François Cadier Presidente do Conselho de Administração Pessoa Relacionada Corumbal Participações e Administração Ltda. Diretor Presidente	128.492.178-67	Controle	Controlador Direto
<hr/>			
Administrador do Emissor Christophe Yvan François Cadier Presidente do Conselho de Administração Pessoa Relacionada Corumbal Participações e Administração Ltda. Diretor Presidente	02.809.488/0001-28		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Christophe Yvan François Cadier Presidente do Conselho de Administração	128.492.178-67	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BRI Participações Ltda. Diretor Presidente	01.079.146/0001-37		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Nelson Marcelino Membro suplente do Conselho Fiscal	279.391.708-72	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro efetivo Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Nelson Marcelino Membro suplente do Conselho Fiscal	279.391.708-72	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S/A. Membro suplente do Conselho Fiscal	17.167.396/0001-69		
<u>Observação</u>			
Não há.			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Henrique Coelho da Rocha Membro suplente do Conselho Fiscal	003.233.657-87	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S/A. Membro suplente do Conselho Fiscal	17.167.396/0001-69		
<u>Observação</u> Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Henrique Coelho da Rocha Membro suplente do Conselho Fiscal	003.233.657-87	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
<u>Observação</u> Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Caio Ferraz de Sampaio Membro efetivo do Conselho Fiscal	694.546.208-00	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S/A. Membro efetivo do Conselho Fiscal	17.167.396/0001-69		
<u>Observação</u> Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Caio Ferraz de Sampaio	694.546.208-00	Controle	Controlador Direto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Ruben Clóvis Rocha Cecchini	013.078.798-10	Controle	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S/A.	17.167.396/0001-69		
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Ruben Clóvis Rocha Cecchini	013.078.798-10	Controle	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Barletta	397.909.328-04	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Alfa Holdings S/A. Membro efetivo do Conselho Fiscal Observação Não há.	17.167.396/0001-69		
<hr/>			
Administrador do Emissor Valter dos Santos Membro efetivo do Conselho Fiscal Pessoa Relacionada Alfa Holdings S/A. Membro efetivo do Conselho Fiscal Observação Não há.	805.308.778-72	Prestação de serviço	Controlador Direto
<hr/>			
Administrador do Emissor Valter dos Santos Membro efetivo do Conselho Fiscal Pessoa Relacionada Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro suplente do Conselho Fiscal Observação Não há.	805.308.778-72	Controle	Controlador Direto
<hr/>			
Administrador do Emissor Adilson Herrero Conselheiro Efetivo do Conselho de Administração Pessoa Relacionada Consórcio Alfa de Administração S.A. Conselheiro Efetivo do Conselho de Administração	856.973.628-20	Controle	Controlador Direto
<hr/>			
Administrador do Emissor Adilson Herrero Conselheiro Efetivo do Conselho de Administração Pessoa Relacionada Consórcio Alfa de Administração S.A. Conselheiro Efetivo do Conselho de Administração	17.193.806/0001-46		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Observação

Não há.

Exercício Social 31/12/2018**Administrador do Emissor**Fábio Alberto Amorosino
Diretor Presidente

073.874.508-11

Controle

Controlada Direta

Pessoa RelacionadaAlfa Arrendamento Mercantil S.A.
Diretor

46.570.800/0001-49

Observação

Não há.

Administrador do EmissorFernando Pinto de Moura
Membro efetivo do Conselho de Administração

039.593.927-53

Subordinação

Controlador Direto

Pessoa RelacionadaConsórcio Alfa de Administração S.A.
Membro suplente do Conselho de Administração

17.193.806/0001-46

Observação

Não há.

Administrador do EmissorFernando Pinto de Moura
Membro efetivo do Conselho de Administração

039.593.927-53

Subordinação

Controlador Direto

Pessoa RelacionadaAlfa Holdings S.A.
Membro suplente do Conselho de Administração

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Humberto Mourão de Carvalho	000.233.616-20	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Humberto Mourão de Carvalho	000.233.616-20	Subordinação	Controlador Direto
Membro efeito do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A.			
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
José Aloysio Borges	006.810.598-34	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
José Aloysio Borges Membro suplente do Conselho de Administração	006.810.598-34	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A. Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Alves Paes de Barros Membro efetivo do Conselho de Administração	272.014.578-53	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro efetivo do Conselho de Administração	17.193.806/0001-46		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Alves Paes de Barros Membro efetivo do Conselho de Administração	272.014.578-53	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A. Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Observação			
Não há.			

Administrador do Emissor			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Alfa Holdings S.A.			
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Observação			
Não há.			

Administrador do Emissor			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Corumbal Participações e Administração Ltda.	02.809.488/0001-28		
Diretor Presidente			
Observação			
Não há.			

Administrador do Emissor			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função BRI Participações Ltda. Diretor Presidente	01.079.146/0001-37		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Rubens Barletta Membro efetivo do Conselho Fiscal	397.909.328-04	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Alfa Holdings S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal			
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Rubens Bution Diretor	012.626.258-66	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Alfa Arrendamento Mercantil S.A. Diretor	46.570.800/0001-49		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Rubens Garcia Nunes Membro efetivo do Conselho de Administração	001.140.066-87	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Consórcio Alfa de Administração S.A. Diretor Vice Presidente	17.193.806/0001-46		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Rubens Garcia Nunes

001.140.066-87

Subordinação

Controlador Direto

Membro efetivo do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Alfa Holdings S.A.

Diretor Vice Presidente

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Waldyr de Campos Andrade

000.394.706-87

Subordinação

Controlador Direto

Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Consórcio Alfa de Administração S.A.

17.193.806/0001-46

Membro suplente do Conselho de Administração

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Waldyr de Campos Andrade

000.394.706-87

Subordinação

Controlador Direto

Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Alfa Holdings S.A.

Membro efetivo do Conselho de Administração

Observação

Não há.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Waldyr Gonçalves Bastos Membro suplente do Conselho Fiscal	011.169.407-87	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A. Membro suplente do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Caio Ferraz de Sampaio Membro efetivo do Conselho Fiscal	694.546.208-00	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Caio Ferraz de Sampaio Membro efetivo do Conselho Fiscal	694.546.208-00	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Valter dos Santos	805.308.778-72	Subordinação	Controlador Direto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Membro efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u> Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro suplente do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u> Não há.			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Valter dos Santos	805.308.778-72	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u> Alfa Holdings S.A.			
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u> Não há.			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Nelson Marcelino	279.391.708-72	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u> Alfa Holdings S.A.			
Membro suplente do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u> Não há.			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Nelson Marcelino	279.391.708-72	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Antonio José Ambrozano Neto Diretor	132.474.888-55	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Alfa Arrendamento Mercantil S.A. Diretor	46.570.800/0001-49		
Observação Não há.			

Exercício Social 31/12/2017

Administrador do Emissor Antonio José Ambrozano Neto Diretor	132.474.888-55	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Alfa Arrendamento Mercantil S.A. Diretor	46.570.800/0001-49		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Fábio Alberto Amorosino Diretor Presidente	073.874.508-11	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Alfa Arrendamento Mercantil S.A. Diretor	46.570.800/0001-49		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Rubens Bution Diretor	012.626.258-66	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Alfa Arrendamento Mercantil S.A. Diretor Presidente	46.570.800/0001-49		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Fernando Pinto de Moura Membro efetivo do Conselho de Administração	039.593.927-53	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro suplente do Conselho de Administração	17.193.806/0001-46		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Fernando Pinto de Moura Membro efetivo do Conselho de Administração	039.593.927-53	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Alfa Holdings S.A. Membro suplente do Conselho de Administração			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Humberto Mourão de Carvalho	000.233.616-20	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Humberto Mourão de Carvalho	000.233.616-20	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A.			
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
José Aloysio Borges	006.810.598-34	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
José Aloysio Borges Membro suplente do Conselho de Administração	006.810.598-34	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A. Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Alves Paes de Barros Membro efetivo do Conselho de Administração	272.014.578-53	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro efetivo do Conselho de Administração	17.193.806/0001-46		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Alves Paes de Barros Membro efetivo do Conselho de Administração	272.014.578-53	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A. Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Observação			
Não há.			

Administrador do Emissor			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Alfa Holdings S.A.			
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Observação			
Não há			

Administrador do Emissor			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
BRI Participações Ltda.	01.079.146/0001-37		
Diretor Presidente			
Observação			
Não há.			

Administrador do Emissor			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Corumbal Participações e Administração Ltda. Diretor Presidente	02.809.488/0001-28		
Observação Não há			
<hr/>			
Administrador do Emissor Rogério Rey Betti Membro efetivo do Conselho Fiscal	064.292.388-49	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Rubens Barletta Membro efetivo do Conselho Fiscal	397.909.328-04	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro suplente do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Rubens Barletta Membro efetivo do Conselho Fiscal	397.909.328-04	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Alfa Holdings S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Rubens Garcia Nunes

001.140.066-87

Subordinação

Controlador Direto

Membro efetivo do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Consórcio Alfa de Administração S.A.

17.193.806/0001-46

Diretor vice Presidente

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Rubens Garcia Nunes

001.140.066-87

Subordinação

Controlador Direto

Membro efetivo do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Alfa Holdings S.A.

Diretor vice Presidente

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Waldyr de Campos Andrade

000.394.706-87

Subordinação

Controlador Direto

Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Consórcio Alfa de Administração S.A.

17.193.806/0001-46

Membro suplente do Conselho de Administração

Observação

Não há.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Waldyr de Campos Andrade Membro suplente do Conselho de Administração	000.394.706-87	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A. Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Waldyr Gonçalves Bastos Membro suplente do Conselho Fiscal	011.169.407-87	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A. Membro suplente do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Wilson Roberto Bodani Fellin Membro suplente do Conselho Fiscal	052.488.418-87	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Henrique Coelho da Rocha	003.233.657-87	Subordinação	Controlador Direto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro suplente Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro efetivo Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Henrique Coelho da Rocha	003.233.657-87	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A.			
Membro suplente Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

Não existem disposição ou acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

12.12 - Outras informações relevantes

Não há informações adicionais relevantes a serem fornecidas.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

a) Objetivos da política ou prática da remuneração.

A política de remuneração dos Administradores, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 05.03.2020, tem por objetivo remunerá-los adequadamente em suas funções, e estimular a segurança e o conservadorismo na busca pela boa qualidade dos resultados, tanto na concessão de crédito quanto na assunção de outros riscos, de forma a proteger o investimento dos acionistas e propiciar-lhes um retorno adequado ao perfil dos negócios do Emissor.

b) i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

A remuneração total anual dos Administradores é composta exclusivamente por honorários fixos, pagos em 13 parcelas, sendo 12 mensais e uma anual complementar, expressa como múltiplo das mesmas parcelas mensais, conforme a seguir: (i) 12 parcelas mensais, de valor certo e determinado, compatível com as responsabilidades diárias e rotineiras dos Administradores, que o Conselho de Administração (ou a Diretoria) considere justo e adequado, com base no comprometimento, na capacidade pessoal e nas circunstâncias, e (ii) uma parcela anual complementar, também de valor certo e determinado, de valor equivalente a um múltiplo da parcela mensal de remuneração, a ser paga até o último dia útil do mês de maio de cada ano.

O Conselho de Administração deve deliberar sobre o valor da parcela anual, definindo o múltiplo que a determinará. Esta parcela representará até 50% da remuneração total anual.

O Comitê de Remuneração, órgão estatutário, instalado em 2012, proporá ao Conselho de Administração a verba global para remuneração dos administradores a ser submetida à Assembleia Geral do Emissor.

b) ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração final.

A remuneração dos Administradores é composta somente por honorários fixos, pagos em parcelas determinadas pelo Conselho de Administração, com base em verba global máxima aprovada prévia e anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, sem parcela variável.

A remuneração mensal dos membros efetivos do Conselho Fiscal é composta em 100% por honorários, e vem sendo aprovada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária no valor equivalente ao mínimo estipulado em lei. Quanto aos membros suplentes do Conselho Fiscal, sua remuneração também é de 100% a título de honorários, porém em valor fixo explicitado e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, paga semestralmente, é composta em 100% por honorários fixos, em valor aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

b) iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral Ordinária apenas a verba global máxima para o pagamento de remuneração fixa aos Administradores, em 13 (treze) parcelas, conforme definido no item b)i. Além desta verba, o Conselho de Administração propõe ainda à Assembleia Geral Ordinária valores (ou critérios para sua apuração) e periodicidade de pagamento de honorários a serem pagos aos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

Na elaboração de tais propostas, o Conselho de Administração deve procurar um valor compatível com vários aspectos a serem considerados, entre os quais:

- (i) o porte e a situação econômico-financeira das Instituições integrantes do Conglomerado, bem como com os fundamentos que nortearam a série de verbas anuais aprovadas anteriormente pela Assembleia Geral;

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

- (ii) o ambiente político e econômico dos mercados onde opera o Conglomerado, procurando antever e aproveitar oportunidades de resultados, bem como identificar riscos a serem evitados;
- (iii) aspectos da Administração como um todo, como a percepção de empenho, a dedicação e competência no desempenho conjunto dos Administradores, e as remunerações a Administradores praticadas por Instituições Financeiras concorrentes, de porte e filosofia semelhantes;
- (iv) os lucros apurados pelo Conglomerado no exercício anterior, e a tendência para os negócios e resultados nos exercícios subsequentes;
- (v) a variação do Patrimônio Líquido final consolidado do exercício, após impostos e dividendos/JCP, comparada com o IPCA no mesmo período, refletindo dessa forma o desempenho positivo do conjunto das Instituições do Conglomerado; e
- (vi) fatos excepcionais, positivos ou negativos, com consequências de curto ou longo prazo, também poderão ser considerados nesta proposta.

b) iv. Razões que justificam a composição da remuneração.

A opção pelo pagamento exclusivamente de honorários fixos, com eliminação de qualquer parcela variável, tem como pano de fundo a adequação à Resolução n.º 3.921/10, do Banco Central do Brasil, que melhor reflete a política do Emissor de buscar maior segurança nas operações, não estimulando seus Administradores à assunção de riscos indesejáveis ou à antecipação indevida de lucros futuros.

b) v. Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Não existem Administradores não remunerados pelo emissor.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

A análise individual dos Administradores (entre outros fatores) é levada em consideração apenas na determinação do valor da parcela mensal de seus honorários fixos, determinada anualmente pelo Conselho de Administração, não havendo pagamento de remuneração variável. A parcela anual complementar é definida pelo Conselho de Administração com base na performance conjunta dos Administradores e nas perspectivas do Emissor.

Desde 2013, o Conselho de Administração tem analisado a verba para a remuneração dos Administradores, a partir da proposta elaborada pelo Comitê de Remuneração.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

A remuneração é estruturada da seguinte forma: i) parcelas mensais de honorários que remuneram os Administradores de maneira certa e determinada, em montante compatível com suas responsabilidades diárias e rotineiras, em valores que o Conselho de Administração considere justos e adequados, a partir da proposta de remuneração elaborada pelo Comitê de Remuneração, com base no comprometimento, na capacidade pessoal e nas circunstâncias e ii) parcela anual complementar de honorários, que remunera os Administradores por seu desempenho conjunto, considerado pelo Conselho de Administração ao determinar o fator único multiplicador das parcelas mensais, conforme item b.i).

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A estruturação da remuneração dos Administradores do emissor, privilegiando a remuneração fixa, é a que melhor se identifica com a filosofia e se adéqua aos interesses do emissor e de seus acionistas. Não estimula a tomada de potenciais riscos em operações que prejudiquem a qualidade dos ativos do emissor, que teria efeitos prejudiciais no longo prazo, e potencializa o espírito de equipe e o investimento na carreira no Emissor. A remuneração alinha-se, portanto, ao conservadorismo, à segurança e ao fortalecimento do vínculo entre administrador e Emissor, típicos da administração do Conglomerado Alfa.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

O Emissor é instituição integrante do Conglomerado Financeiro Alfa, assim reconhecida e supervisionada pelo Banco Central do Brasil. A maioria dos Administradores do Emissor somente recebe sua remuneração de instituições integrantes de seu Conglomerado, de acordo com o exercício de cargos para os quais foram nelas eleitos. Alguns poucos Administradores exercem igualmente cargos em outras empresas sob o mesmo controle acionário, embora não integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, e nestes casos também recebem remuneração destas outras empresas.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Os órgãos do emissor que participam do processo decisório em questão são o Comitê de Remuneração e o Conselho de Administração.

O Comitê de Remuneração elabora a proposta da verba máxima mensal para pagamento dos administradores do emissor, que é levada à apreciação do Conselho de Administração e posteriormente à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Após a verba ser devidamente aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração a distribui entre seus membros e os membros da Diretoria.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A análise individual dos Administradores (entre outros fatores) é levada em consideração apenas na determinação do valor da parcela mensal de seus honorários fixos, determinada anualmente pelo Conselho de Administração, não havendo pagamento de remuneração variável. A parcela anual complementar é definida pelo Conselho de Administração com base na performance conjunta dos Administradores e nas perspectivas do Emissor.

A remuneração é estruturada da seguinte forma: i) parcelas mensais de honorários que remuneram os Administradores de maneira certa e determinada, em montante compatível com suas responsabilidades diárias e rotineiras, em valores que o Conselho de Administração considere justos e adequados, a partir da proposta de remuneração elaborada pelo Comitê de Remuneração, com base no comprometimento, na capacidade pessoal e

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

nas circunstâncias e ii) parcela anual complementar de honorários, que remunera os Administradores por seu desempenho conjunto, considerado pelo Conselho de Administração ao determinar o fator único multiplicador das parcelas mensais, conforme item b.i).

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente o Conselho de Administração avalia a adequação da Política de Remuneração do emissor, por meio da análise do Relatório Anual de Atividades do Comitê de Remuneração do Conglomerado Financeiro Alfa, e da revisão anual da “Política de Remuneração dos Administradores do Conglomerado Financeiro Alfa” proposta pelo Comitê de Remuneração.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	8,00	8,00	21,00
Nº de membros remunerados	5,00	8,00	8,00	21,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.027.205,00	12.624.156,00	805.768,00	16.457.129,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	681.122,00	2.840.435,00	181.298,00	3.702.855,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$681.122,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$3.027.205,00.	O valor de R\$2.840.435,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$12.624.156,00.	O valor de R\$181.298,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$805.768,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	3.708.327,00	15.464.591,00	987.066,00	20.159.984,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	8,00	8,00	21,00
Nº de membros remunerados	5,00	8,00	8,00	21,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.903.794,00	12.109.502,00	772.919,00	15.786.215,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	653.354,00	2.724.638,00	173.907,00	3.551.899,00

Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$653.354,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$2.903.794,00.	O valor de R\$2.724.638,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$12.109.502,00.	O valor de R\$173.907,00 refere-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$772.919,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	3.557.148,00	14.834.140,00	946.826,00	19.338.114,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	7,00	8,00	20,00
Nº de membros remunerados	5,00	7,00	8,00	20,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.809.863,00	12.018.875,00	722.372,00	15.551.110,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	632.219,00	2.704.247,00	162.534,00	3.499.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$ 632.219,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$ 2.809.863,00.	O valor de R\$ 2.704.247,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$ 12.018.875,00.	O valor de R\$ 162.534,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$ 722.372,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	3.442.082,00	14.723.122,00	884.906,00	19.050.110,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	7,00	6,00	18,00
Nº de membros remunerados	5,00	7,00	6,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.721.588,00	11.049.416,00	527.167,00	14.298.171,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	612.357,00	2.486.119,00	118.612,00	3.217.088,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$612.357,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$2.721.588,00.	O valor de R\$2.486.119,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$11.049.416,00.	O valor de R\$118.612,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$527.167,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	3.333.945,00	13.535.535,00	645.779,00	17.515.259,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Nos exercícios sociais encerrados em 2017, 2018 e 2019 não foram pagos valores a título de participação nos lucros aos administradores do Emissor.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Não há plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Não há plano de remuneração baseado em ações.

13.6 - Opções em Aberto

Não existem opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária ao final do último exercício social.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Não há opções exercidas nem ações entregues.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não há informações para este item, visto que inexistem informações para os itens 13.5 a 13.7.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

Quantidade de Ações de emissão do Emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedade controladas ou sob controle comum, detidas por Administradores e Conselheiros Fiscais em 31.12.2019.

Órgão	BAI	FASA	CAA	AHO
Cons. de Administração	11.186.295	16.947.580	17.830.252	14.182.036
Diretoria	200	200	20	20
Conselho Fiscal	1.054	100	100	100

Emissores: **BAI - Banco Alfa de Investimento S.A.**
 FASA - Financeira Alfa S.A. – CFI
 CAA - Consórcio Alfa de Administração S.A.
 AHO - Alfa Holdings S.A.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	8,00	7,00	7,00	5,00	5,00	5,00	8,00	8,00	6,00
Nº de membros remunerados	8,00	7,00	7,00	5,00	5,00	5,00	8,00	8,00	6,00
Valor da maior remuneração(Reais)	4.676.746,00	4.382.934,00	3.983.158,00	1.040.660,00	1.006.907,00	989.546,00	194.647,00	198.719,00	183.801,00
Valor da menor remuneração(Reais)	150.000,00	180.000,00	432.565,00	328.289,00	317.685,00	305.192,00	46.435,00	38.326,00	56.165,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.670.276,00	1.716.982,00	1.596.736,00	580.759,00	561.973,00	544.318,00	194.861,00	205.171,00	177.704,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	Não há.
31/12/2018	Não há.
31/12/2017	Não há.

Conselho de Administração	
31/12/2019	Não há.
31/12/2018	Não há.
31/12/2017	Não há.

Conselho Fiscal	
31/12/2019	A remuneração acima tem a seguinte distribuição: 4 conselheiros efetivo R\$168.601,00 e 4 conselheriso suplente R\$26.046,00
31/12/2018	A remuneração acima tem a seguinte distribuição: 4 Conselheiros Fiscais Efetivos R\$173.627,00 cada e 4 Conselheiros Fiscais Suplente R\$25.092,00 cada.
31/12/2017	A remuneração acima tem a seguinte distribuição: 3 Conselheiros Fiscais Efetivos R\$ 159.901,00 cada e 3 Conselheiros Fiscais Suplentes R\$ 24.000,00 cada.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Não há remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição de cargo, ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Conselho de Administração - As porcentagens da remuneração total referente a partes relacionadas nos exercícios de 2017, 2018 e 2019 são respectivamente 100%, 100% e 100%.

Conselho Fiscal - As porcentagens da remuneração total referente a partes relacionadas nos exercícios de 2017, 2018 e 2019 são respectivamente 71,30%, 93,56% e 69,91%.

Diretoria – As porcentagens da remuneração total referente a partes relacionadas nos exercícios de 2017, 2018 e 2019 são respectivamente 0%, 0% e 0%.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não há remuneração a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Valores em Reais referentes ao exercício social de 2017

Órgão	Honorários	Part. lucros	Salários	Prest. Serviços
<u>Conselho de Administração</u>				
Empresas sob controle comum	2.750.232			
Empresas controladas	36.000			
Empresas controladoras	2.876.150			
Total	5.662.382			
<u>Diretoria</u>				
Empresas sob controle comum	7.620.574	36.600		
Empresas controladas	1.767.862			
Empresas controladoras				
Total	9.388.436			
<u>Conselho Fiscal</u>				
Empresas sob controle comum	219.750			
Empresas controladas				
Empresas controladoras	184.504			
Total	404.254			

Valores em Reais referentes ao exercício social de 2018

Órgão	Honorários	Part. lucros	Salários	Prest. Serviços
<u>Conselho de Administração</u>				
Empresas sob controle comum	2.822.080			
Empresas controladas	36.800			
Empresas controladoras	2.974.021			
Total	5.832.901			
<u>Diretoria</u>				
Empresas sob controle comum	8.327.938	33.570		
Empresas controladas	1.942.431			
Empresas controladoras				
Total	10.270.369	33.570		
<u>Conselho Fiscal</u>				
Empresas sob controle comum	323.569			
Empresas controladas				
Empresas controladoras	360.344			
Total	683.913			

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Valores em Reais referentes ao exercício social de 2019

Órgão	Honorários	Part. lucros	Salários	Prest. Serviços
<u>Conselho de Administração</u>				
Empresas sob controle comum	2.899.487			
Empresas controladas	38.128			
Empresas controladoras	3.063.333			
Total	6.000.948			
<u>Diretoria</u>				
Empresas sob controle comum	8.896.477	39.300		
Empresas controladas	2.071.397			
Empresas controladoras				
Total	10.967.874	39.300		
<u>Conselho Fiscal</u>				
Empresas sob controle comum	415.788			
Empresas controladas				
Empresas controladoras	486.638			
Total	902.426			

13.16 - Outras Informações Relevantes

Não há informações adicionais que o Emissor julgue relevantes além das já descritas.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

2019

São 215 empregados, assim distribuídos: 06 Advogados, 20 Analistas, 39 Assistentes, 08 Auditores, 07 Auxiliares Administrativos, 62 Gerentes, 06 Operadores, 18 Superintendentes e 49 demais cargos.

Geograficamente os empregados estão assim distribuídos: São Paulo (192), Minas Gerais (07), Rio de Janeiro (04), Paraná (07), Rio Grande do Sul (04) e Brasília (01).

O Emissor não possui terceirizados.

Índice de rotatividade: 16,25%

Exposição a passivos e contingências trabalhistas

O Emissor tem como política a constante preocupação com o cumprimento da legislação vigente, procurando manter-se atualizado. Agindo pró-ativamente, extrai dos litígios aos quais é submetido as medidas preventivas e corretivas que podem vir a eliminar causas futuras. Quando detectadas, essas causas são objeto de análise e recomendações específicas, de forma a implementar, quando possível, ajustes ou novas estratégias de contenção de passivo. Em razão dessa política, a contingência trabalhista é combatida e reduzida, e, quando há probabilidade de perda, é provisionada.

Estas informações referem-se somente ao Emissor, portanto não considera suas controladas

2018

São 200 empregados, assim distribuídos: 09 Advogados, 17 Analistas, 38 Assistentes, 07 Auditores, 04 Auxiliares Administrativos, 63 Gerentes, 06 Operadores, 16 Superintendentes e 40 demais cargos.

Geograficamente os empregados estão assim distribuídos: São Paulo (178), Minas Gerais (06), Rio de Janeiro (05), Paraná (05), Rio Grande do Sul (5) e Brasília (01).

O Emissor não possui terceirizados.

Índice de rotatividade: 8,34%

Exposição a passivos e contingências trabalhistas

O Emissor tem como política a constante preocupação com o cumprimento da legislação vigente, procurando manter-se atualizado. Agindo pró-ativamente, extrai dos litígios aos quais é submetido as medidas preventivas e corretivas que podem vir a eliminar causas futuras. Quando detectadas, essas causas são objeto de análise e recomendações específicas, de forma a implementar, quando possível, ajustes ou novas estratégias de contenção de passivo. Em razão dessa política, a contingência trabalhista é combatida e reduzida, e, quando há probabilidade de perda, é provisionada.

Estas informações referem-se somente ao Emissor, portanto não considera suas controladas

2017

São 201 empregados, assim distribuídos: 08 advogados, 11 Analistas, 38 Assistentes, 07 Auditores, 05 Auxiliares Administrativos, 66 Gerentes, 05 Operadores, 14 Superintendentes e 47 demais cargos.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Geograficamente os empregados estão assim distribuídos: Brasília (01), Minas Gerais (07), Paraná (04), Rio de Janeiro (06), Rio Grande do Sul (05) e São Paulo (178).

O Emissor não possui terceirizados.

Índice de rotatividade: 13,20%

Exposição a passivos e contingências trabalhistas

O Emissor tem como política a constante preocupação com o cumprimento da legislação, procurando manter-se atualizado. Agindo pró-ativamente, extrai dos litígios aos quais é submetido as medidas preventivas e corretivas que podem vir a eliminar causas. Quando detectadas, essas causas são objeto de análise e recomendações específicas, de forma a implementar, quando possível, ajustes ou novas estratégias de contenção de passivo. Em razão dessa política, a contingência trabalhista é combatida e reduzida, e, quando há probabilidade de perda, é provisionada.

Estas informações referem-se somente ao Emissor, portanto não considera suas controladas.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não ocorreram alterações relevantes nos números mencionados no item 14.1.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

A remuneração fixa é aquela definida por contrato e representada pelo salário base de uma pessoa. É o que se paga para um determinado cargo na estrutura organizacional, levando em consideração requisitos para a ocupação dos cargos. Na remuneração variável o funcionário elegível é remunerado em função do cumprimento de metas estabelecidas preliminarmente pela alta direção do emissor, alcançadas de forma integral ou parcial pelos envolvidos, respeitando-se um limite mínimo estabelecido nos planos de Remuneração Variável existentes para cada área/segmento de negócio, com definições claras e objetivas dos critérios a serem seguidos/observados.

O emissor possui a seguinte política de benefícios:

Plano de Saúde

Este é um benefício que visa proporcionar aos funcionários e dependentes assistência médica através de uma apólice de seguro saúde que possibilita todo atendimento médico de consultas, exames e internações, sem carência e sem limite de utilização.

Empresa Cidadã

Adesão ao Programa Empresa Cidadã que possibilita a extensão do período de licença maternidade por mais 60 dias, para as funcionárias que manifestarem interesse dentro do prazo e condições estabelecidas.

Vale Refeição/Alimentação

Benefícios oferecidos aos funcionários de acordo com o que determina a Convenção Coletiva da categoria a que pertencem.

Treinamento: Cursos de pequena duração voltados para a área de atuação do colaborador.

Curso Especial: Reembolso parcial para qualquer curso que venha complementar o currículo profissional na área em que o funcionário atue.

Bolsas de Estudo para Funcionários: Esse é um benefício que visa proporcionar aos funcionários uma ajuda no pagamento de seus estudos superiores (Pós Graduação e MBA).

Assistência Social: Doações em casos de necessidades graves, que tornem improvável que o funcionário possa pagar as despesas (doenças graves, desastres, etc).

Lazer Cultural: Premiação de funcionários com destaque. Ingressos de teatros, shows, circos, museus, zoológicos, espetáculos e cinemas.

Lazer Esportivo: Subsídio para atividades esportivas de funcionários: aluguel de quadras e uniformes esportivos, passeios a parques, campeonatos internos, etc.

Outros: Convênios com faculdades, escolas de idiomas, lazer, cinemas, consultórios de odontologia, ópticas, restaurantes e farmácias.

Não há plano de remuneração baseado em ações.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A relação que o emissor possui com os sindicatos se desenvolve no contexto de cordialidade e respeito, não havendo nenhum fato relevante que mereça destaque.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há outras informações relevantes de Recursos Humanos além das anteriormente descritas.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Mario Slerca Junior						
007.592.017-49	Brasileira-SP	Não	Não	30/04/2016		
Não						
	3.083.222	5,765%	3.092.610	8,806%	6.175.832	6,970%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	3.092.610	8,806%				
TOTAL	3.092.610	8,806%				
Consórcio Alfa de Administração S.A.						
17.193.806/0001-46	Brasileira-SP	Não	Sim	16/11/2015		
Não						
	15.708.794	29,372%	126	0,000%	15.708.920	17,730%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	126	0,000%				
TOTAL	126	0,000%				
Corumbal Participações e Administração Ltda.						
02.809.488/0001-28	Brasileira-SP	Não	Sim	13/01/2016		
Não						
	12.789.516	23,914%	13.125.208	37,374%	25.914.724	29,249%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	13.125.208	37,374%				
TOTAL	13.125.208	37,374%				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Alaska Poland Fundo de Investimento em Ações						
05.775.774/0001-08	Brasileira-SP	Não	Não	16/01/2015		
Não						
	1.956.962	3,659%	9.229.333	26,281%	11.186.295	12,626%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	9.229.333	26,281%				
TOTAL	9.229.333	26,281%				
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	16/11/2015		
Não						
	4.992	0,009%	8.736	0,025%	13.728	0,015%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	8.736	0,025%				
TOTAL	8.736	0,025%				
Administradora Fortaleza Ltda.						
17.167.321/0001-88	Brasileira-SP	Não	Sim	16/11/2015		
Não						
	8.718	0,016%	0	0,000%	8.718	0,009%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Alfa Holdings S/A.						
17.167.396/0001-69	Brasileira-SP	Não	Sim	16/11/2015		
Não						
	15.743.294	29,437%	672	0,002%	15.743.966	17,770%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	672	0,002%				
TOTAL	672	0,002%				
OUTROS						
	4.119.831	7,703%	9.661.770	27,512%	13.781.601	15,555%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	9.661.770	27,513%				
TOTAL	9.661.770	27,512%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	66.800	0,125%	0	0,000%	66.800	0,076%
TOTAL	53.482.129	100,000%	35.118.455	100,000%	88.600.584	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora Fortaleza Ltda.				17.167.321/0001-88		
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	16/11/2015		
Não						
199.996.901	99,998	0	0,000	199.996.901	99,998	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
3.105	0,002	0	0,000	3.105	0,002	
TOTAL						
200.000.006	100,000	0	0,000	200.000.006	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Alaska Poland Fundo de Investimento em Ações				05.775.774/0001-08		
Luiz Alves Paes de Barros						
272.014.578-53	Brasileira-SP	Não	Não	19/04/2017		
Não						
72.846.603	75,860	0	0,000	72.846.603	75,860	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
23.176.916	24,140	0	0,000	23.176.916	24,140	
TOTAL						
96.023.519	100,000	0	0,000	96.023.519	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Alfa Holdings S/A.				17.167.396/0001-69		
Administradora Fortaleza Ltda.						
17.167.321/0001-88	Brasileira-SP	Não	Sim	16/11/2015		
Não						
41.031.698	89,175	8.576.043	22,177	49.607.741	58,581	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	16/11/2015		
Não						
803	0,001	0	0,000	803	0,001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
4.979.131	10,824	30.094.594	77,823	35.073.725	41,418	
TOTAL						
46.011.632	100,000	38.670.637	100,000	84.682.269	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Consórcio Alfa de Administração S.A.				17.193.806/0001-46		
Administradora Fortaleza Ltda.						
17.167.321/0001-88	Brasileira-SP	Não	Sim	16/11/2015		
Não						
34.378.980	85,107	6.389.180	19,215	40.768.160	55,357	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	16/11/2015		
Não						
749	0,002	222	0,001	971	0,002	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
OUTROS						
6.015.203	14,891	26.862.054	80,784	32.877.257	44,641	
TOTAL						
40.394.932	100,000	33.251.456	100,000	73.646.388	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Corumbal Participações e Administração Ltda.				02.809.488/0001-28		
Alfa Holdings S/A.						
17.167.396/0001-69	Brasileira-SP	Sim	Não	16/11/2015		
Não						
58.386.296	42,825	0	0,000	58.386.296	42,825	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Consórcio Alfa de Administração S.A.						
17.193.806/0001-46	Brasileira-SP	Não	Sim	16/11/2015		
Não						
77.949.364	57,175	0	0,000	77.949.364	57,175	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
136.335.660	100,000	0	0,000	136.335.660	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora Fortaleza Ltda.				17.167.321/0001-88		
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	16/11/2015		
Não						
199.996.901	99,998	0	0,000	199.996.901	99,998	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
3.105	0,002	0	0,000	3.105	0,002	
TOTAL						
200.000.006	100,000	0	0,000	200.000.006	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora Fortaleza Ltda.				17.167.321/0001-88		
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	16/11/2015		
Não						
199.996.901	99,998	0	0,000	199.996.901	99,998	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
3.105	0,002	0	0,000	3.105	0,002	
TOTAL						
200.000.006	100,000	0	0,000	200.000.006	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Alfa Holdings S/A.				17.167.396/0001-69		
Administradora Fortaleza Ltda.						
17.167.321/0001-88	Brasileira-SP	Não	Sim	16/11/2015		
Não						
41.031.698	89,175	8.576.043	22,177	49.607.741	58,581	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	16/11/2015		
Não						
803	0,001	0	0,000	803	0,001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
4.979.131	10,824	30.094.594	77,823	35.073.725	41,418	
TOTAL						
46.011.632	100,000	38.670.637	100,000	84.682.269	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Consórcio Alfa de Administração S.A.				17.193.806/0001-46		
Administradora Fortaleza Ltda.						
17.167.321/0001-88	Brasileira-SP	Não	Sim	16/11/2015		
Não						
34.378.980	85,107	6.389.180	19,215	40.768.160	55,357	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	16/11/2015		
Não						
749	0,002	222	0,001	971	0,002	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
OUTROS						
6.015.203	14,891	26.862.054	80,784	32.877.257	44,641	
TOTAL						
40.394.932	100,000	33.251.456	100,000	73.646.388	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora Fortaleza Ltda.				17.167.321/0001-88		
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	16/11/2015		
Não						
199.996.901	99,998	0	0,000	199.996.901	99,998	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
3.105	0,002	0	0,000	3.105	0,002	
TOTAL						
200.000.006	100,000	0	0,000	200.000.006	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora Fortaleza Ltda.				17.167.321/0001-88		
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	16/11/2015		
Não						
199.996.901	99,998	0	0,000	199.996.901	99,998	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
3.105	0,002	0	0,000	3.105	0,002	
TOTAL						
200.000.006	100,000	0	0,000	200.000.006	100,000	

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	24/04/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	17.919
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1.409
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	13

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	7.203.053	13,468%
Quantidade preferenciais (Unidades)	12.754.380	36,318%
Preferencial Classe A	12.754.380	36,318169%
Total	19.957.433	22,525%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

O organograma não está inserido.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Não existe acordo de acionistas arquivado na sede do Emissor.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Não houve alterações relevantes nas participações dos demais membros do grupo de controle e administradores do Emissor nos anos 2017, 2018 e 2019.

15.7 - Principais Operações Societárias

Não ocorreram operações societárias relevantes no grupo que tenham tido efeito para o Emissor nos anos 2017, 2018 e 2019.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Não há outras informações que o Emissor julgue relevantes.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Conforme legislação em vigor, o emissor não pode conceder empréstimos ou adiantamentos às empresas controladoras, controladas, coligadas e ligadas (pessoas jurídicas sob controle comum). Apenas são realizadas com essas empresas operações em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, a taxas e valores médios praticados com terceiros.

A remuneração do pessoal chave da administração, conselheiros e diretores, é estabelecida em assembleia geral de acionistas, conforme previsão estatutária. Os conselheiros e diretores são proibidos de receber do emissor quaisquer outras remunerações além daquelas fixadas pela assembleia geral de acionistas, pelo exercício de seus cargos. Não existem para os conselheiros e diretores benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo ou benefícios pelo término do exercício do cargo.

Conforme legislação em vigor, o emissor não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para conselheiros e diretores, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.

O emissor também está legalmente proibido de conceder empréstimos e adiantamentos a pessoas físicas controladoras, bem como seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	31/12/2019	67.108,00	R\$ 67.018,00	R\$ 67.018,00	Mensal	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Ressarcimento de custos						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor						
Natureza e razão para a operação	Não há.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	31/12/2019	2.014,00	R\$ 2.014,00	R\$ 2.014,00	Mensal	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Ressarcimento de custo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Não há.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	31/12/2019	50.059.842,00	R\$ 50.059.842,00	R\$ 50.059.842,00	Captações de recursos efetuadas de 01/12/2012 a 31/12/2012, com vencimento em 02/01/2020.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Captações de recursos						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento.						
Natureza e razão para a operação	Não há.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	31/12/2019	878.167,88	R\$ 878.167,88	R\$ 878.167,88	Negociação e intermediação de valores com vencimento em 02/01/2020.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Negociação e intermediação de valores						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Vencimento da operação						
Natureza e razão para a operação	Não há.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Consórcio Alfa de Administração S.A.	31/12/2019	43,00	R\$ 43,00	R\$ 43,00	Pagamento efetuado em 16/03/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controladora						
Objeto contrato	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor						
Natureza e razão para a operação	Não há.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Corumbal Participações e Administração Ltda.	31/12/2019	4.507.865,81	R\$ 4.507.865,81	R\$ 4.507.865,81	Pagamento efetuado em 16/03/2020.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controladora						
Objeto contrato	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor						
Natureza e razão para a operação	Não há.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Alaska Poland Fundo de Investimento em Ações	31/12/2019	3.169.823,65	R\$ 3.169.823,65	R\$ 3.169.823,65	Pagamento efetuado em 16/03/2020.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor						
Natureza e razão para a operação	Não há.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Banco Alfa S.A.	31/12/2019	1.786.182,79	R\$ 1.786.182,79	R\$ 1.786.182,79	Não há.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Depósito em conta corrente						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Impossibilidade de saque						
Natureza e razão para a operação	Não há.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	31/12/2019	379.622.331,81	R\$ 379.622.331,81	R\$ 379.622.331,81	Captações de recursos efetuadas entre 01/12/2019 e 30/12/2019, indexadas com base na taxa do CDI, com vencimento em 01/02/2019.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Captação de recursos						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor						
Natureza e razão para a operação	Não há.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Banco Alfa S.A.	31/12/2019	42.990,25	R\$ 42.990,25	R\$ 42.990,25	Mensal	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Ressarcimento de custos						
Garantia e seguros	Não há.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não pagamento.						
Natureza e razão para a operação	Não há.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos	31/12/2019	4.051.529.804,52	R\$ 4.051.529.804,52	R\$ 4.051.529.804,52	Aplicações de recursos efetuadas entre 16/10/2012 a 31/12/2019, indexadas entre 100% e 109,00% do CDI, com vencimento até 08/06/2022.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Aplicação de recursos						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento						
Natureza e razão para a operação	Não há.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Alfa S.A.	31/12/2019	84.344.302,60	R\$ 84.344.302,60	R\$ 84.344.302,60	Captações de recursos efetuadas entre 01/12/2019 e 31/12/2019, indexadas com base na taxa do CDI, com vencimento em 02/01/2020 e 31/01/2020.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Captação de recursos						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Vencimento da operação						
Natureza e razão para a operação	Não há.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos	31/12/2019	376.615,89	R\$ 376.615,89	R\$ 376.615,89	Mensal	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Ressarcimento de custos						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor						
Natureza e razão para a operação	Não há.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Financeira Alfa S.A. - Crédito Financiamento e Investimentos	31/12/2019	103.516.493,70	R\$ 103.516.493,70	R\$ 103.516.493,70	Captações de recursos efetuadas entre 01/12/2019 a 31/12/2019, indexadas com base em 100% do CDI, com vencimento em 31/01/2020.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada.						
Objeto contrato	Captação de recursos						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Não há.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	31/12/2019	1.196.320,00	R\$ 1.196.320,00	R\$ 1.196.320,00	Recebido em 16/03/2020.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Recebimento de dividendos.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento.						
Natureza e razão para a operação	Não há						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Alfa Seguradora S.A	31/12/2019	221.111,69	R\$ 221.111,69	R\$ 221.111,69	Mensal.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Ressarcimento de custos.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento						
Natureza e razão para a operação	Não há.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Agropalma S.A	31/12/2019	39.920,42	R\$ 39.920,42	R\$ 39.920,42	Mensal.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Ressarcimento de custos						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não pagamento						
Natureza e razão para a operação	Não há.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Alfa Holdings S.A.	31/12/2019	231,00	R\$ 231,00	R\$ 231,00	Pagamento efetuado em 16/03/2020.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controladora						
Objeto contrato	Pagamento de juros sobre capital próprio.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor.						
Natureza e razão para a operação	Não há.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Conforme mencionado no tópico 16.1, o emissor está legalmente proibido de conceder empréstimos ou adiantamentos a empresas controladoras, controladas, coligadas e empresas sob controle comum, bem como aos seus diretores e conselheiros e a seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau. O emissor também está legalmente proibido de conceder empréstimos ou adiantamentos a pessoas físicas controladoras, bem como seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau. As operações realizadas com empresas controladoras, controladas, coligadas e empresas sob controle comum, conforme demonstrado no tópico 16.2, são feitas sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil e a taxas e valores médios praticados com terceiros e envolvem (i) captações, operações típicas do mercado financeiro e (ii) serviços prestados entre essas empresas, comuns nestes tipos de organizações. Sempre que aplicável essas operações são suportadas por contratos entre as partes envolvidas.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações relevantes relativas às partes relacionadas além das já prestadas nos itens 16.1, 16.2 e 16.3.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
24/04/2020	725.700.000,00		53.482.129	35.118.455	88.600.584
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	35.118.455				
Tipo de capital	Capital Integralizado				
25/04/2019	697.200.000,00		53.482.129	35.118.455	88.600.584
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	35.118.455				
Tipo de capital	Capital Integralizado				
19/04/2018	679.000.000,00		53.482.129	35.118.455	88.600.584
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	35.118.455				
Tipo de capital	Capital Integralizado				
19/04/2017	653.000.000,00		53.535.329	35.118.455	88.653.784
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	35.118.455				

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
19/04/2017	Assembleia Geral Ordinária	19/04/2017	30.300.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

19/04/2018	Assembleia Geral Extraordinária	19/04/2018	26.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

25/04/2019	Assembleia Geral Extraordinária	25/04/2019	18.200.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

24/04/2020	Assembleia Geral Extraordinária	24/04/2020	28.500.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreram desdobramentos, grupamentos ou bonificações de ações nos anos 2017, 2018 e 2019.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreram reduções de capital nos anos 2017, 2018 e 2019.

17.5 - Outras Informações Relevantes

O aumento de capital ocorrido em 24/04/2020 descrito no item 17.2 foi homologação pelo Banco Central do Brasil em 14/07/2020.

Não há informações complementares relevantes.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	O Estatuto Social prevê o pagamento de dividendo de 25%, no mínimo, do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridade das ações existentes, segundo os termos da Lei e do Estatuto, e, quando for o caso, as resoluções da Assembleia Geral. Por conta dessa distribuição será declarado um dividendo quando do levantamento do balanço do primeiro semestre de cada exercício social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os serviços de transferência de ações poderão ser suspensos, para atender a determinação da Assembleia Geral, pelo prazo máximo de 90 dias intercalados durante um ano, não podendo tal suspensão se dar por mais de 15 dias consecutivos.
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há, no Estatuto Social do Emissor, referência às condições para alteração dos direitos assegurados pelos valores mobiliários.
Outras características relevantes	Não há outras características a serem mencionadas.
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais terão prioridade na percepção do dividendo anual de 6% (seis por cento) sobre o valor da parte do capital que representem, pago com preferência sobre qualquer dividendo às ações ordinárias. As ações preferenciais terão direito ao recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo). O Estatuto Social prevê o pagamento de dividendo de 25%, no mínimo, do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridade das ações existentes, segundo os termos da Lei e do Estatuto, e, quando for o caso, às resoluções da Assembleia Geral. Por conta dessa distribuição será declarado um dividendo quando do levantamento do balanço do primeiro semestre de cada exercício social.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os serviços de transferência de ações poderão ser suspensos, para atender a determinação da Assembleia Geral, pelo prazo máximo de 90 dias intercalados durante um ano, não podendo tal suspensão se dar por mais de 15 dias consecutivos.
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	

18.1 - Direitos Das Ações

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Não há, no Estatuto Social do Emissor, referencia às condições para alteração dos direitos assegurados pelos valores mobiliários.

Outras características relevantes

Não há outras características a serem mencionadas

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Não existem regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

Não há exceções nem cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto do Emissor.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	349.813	6,40	5,26	R\$ por Unidade	5,96
30/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	614.307	9,80	5,51	R\$ por Unidade	6,53
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	855.479	11,00	6,45	R\$ por Unidade	7,75
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.118.050	12,01	7,41	R\$ por Unidade	9,06
31/03/2019	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.807.452	7,40	6,20	R\$ por Unidade	6,67
30/06/2019	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.377.268	10,00	6,58	R\$ por Unidade	7,04
30/09/2019	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.866.143	9,50	7,40	R\$ por Unidade	8,07
31/12/2019	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.351.777	9,08	7,85	R\$ por Unidade	8,31

Exercício social 31/12/2018

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.960.528	8,00	5,61	R\$ por Unidade	5,88
30/06/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	495.769	6,20	4,50	R\$ por Unidade	5,39
30/09/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	895.836	5,70	4,40	R\$ por Unidade	5,02
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	171.073	6,50	4,81	R\$ por Unidade	5,73
31/03/2018	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.981.763	7,85	6,30	R\$ por Unidade	6,71
30/06/2018	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.861.252	7,00	5,75	R\$ por Unidade	6,36
30/09/2018	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.328.175	6,90	5,50	R\$ por Unidade	6,24
31/12/2018	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.657.020	7,14	5,65	R\$ por Unidade	6,32

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social 31/12/2017

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	542.243	4,98	4,32	R\$ por Unidade	4,51
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	102.680	5,11	4,30	R\$ por Unidade	4,64
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	792.157	5,08	4,40	R\$ por Unidade	4,70
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.077.223	6,60	4,74	R\$ por Unidade	5,31
31/03/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.408.327	6,50	5,45	R\$ por Unidade	5,92
30/06/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	639.309	6,54	5,90	R\$ por Unidade	6,18
30/09/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	933.289	7,90	6,10	R\$ por Unidade	6,49
31/12/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.496.816	7,45	6,00	R\$ por Unidade	6,32

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve emissão de outros valores mobiliários.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Como mencionado no item 18.5, não houve emissão de outros valores mobiliários.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As ações do Emissor são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O Emissor não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os empréstimos contraídos no exterior pelo Emissor não são de valores relevantes.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

O Emissor não fez ofertas públicas de valores mobiliários de sua emissão nos anos 2017, 2018 e 2019.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

O Emissor não fez ofertas públicas de valores mobiliários de sua emissão nos anos 2017, 2018 e 2019.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

O Emissor não fez oferta pública de aquisição de ações de emissão de terceiros nos anos 2017, 2018 e 2019.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há outras informações a serem prestadas além das anteriormente mencionadas.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
13/03/2019	14/03/2019 à 14/09/2020	12.264.031,79	Ordinária		330.000	0,617029	68.300	6,03	R\$ por Unidade	15,883721
			Preferencial		100.000	0,284751	0	0,00	R\$ por Unidade	0,000000
13/11/2017	13/11/2017 à 13/05/2019	14.166.563,79	Ordinária		330.000	0,613245	330.000	5,77	R\$ por Unidade	100,000000

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**Exercício social 31/12/2019****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	68.300	6,03
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	68.300	
Relação valores mobiliários em circulação	0,127706%	

Exercício social 31/12/2018**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	111.400	
Quantidade adquirida	218.600	5,77
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	330.000	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,616415%	

Exercício social 31/12/2017**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	111.400	5,68
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	111.400
<hr/>	
Relação valores mobiliários em circulação	0,207017%

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não há outras informações relevantes a serem fornecidas.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O Emissor não possui política formal de negociação de valores mobiliários.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Qualquer informação a respeito das atividades do Emissor que seja passível de divulgação pública é obrigatoriamente submetida ao crivo da Diretoria do Emissor e, dependendo da sensibilidade da matéria tratada, sujeita à aprovação pelo Conselho de Administração.

O Emissor preparou e atualiza regularmente publicações que orientam todos os seus colaboradores sobre a filosofia do Conglomerado do qual faz parte, bem como sobre as diretrizes de atuação e princípios que norteiam seus negócios. Tais publicações incluem os “Conceitos Básicos e Linha de Atuação”, o “Código de Ética e Conduta”, as medidas de “Prevenção à Lavagem de Dinheiro” e a política de “Segurança da Informação”.

Tais normas incluem regras sobre a proibição à prestação de declarações ou entrevistas a órgão de comunicação sem a prévia e expressa aprovação da Diretoria. Também determinam a vedação absoluta ao uso de informação privilegiada e ao fornecimento a terceiros de informações relativas às atividades do Emissor sujeitas ao sigilo profissional.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Ao identificar ato ou fato que possa ser caracterizado como relevante para o Emissor, e desta forma sujeito à divulgação nos termos do Artigo 157 da Lei nº 6.404/76, e da Instrução CVM nº 358/02, a Diretoria do Emissor submete-o à análise da Presidência e da Diretoria de Relações com Investidores que, conjuntamente, quando entendem ser o caso, elaboram o respectivo Comunicado e adotam as providências para sua divulgação.

A manutenção do sigilo destas informações, até sua divulgação na forma regulamentar, é assegurada pelo seu acesso restrito até a divulgação, permitido somente aos administradores, bem como pelas regras de sigilo profissional acima mencionadas, sempre aplicadas criteriosamente e com máximo rigor.

A Política de Divulgação do Emissor determina que a divulgação de fato relevante se dará através de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pelo Emissor, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores – Internet, onde a informação completa estará disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e, se for o caso, à Bolsa de Valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão do Emissor sejam admitidos à negociação.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações do Emissor é o Diretor responsável por Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes a serem fornecidas.